



FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Dissertação de Mestrado

Dinâmicas de poderes implícitos e sua influência no estabelecimento e sustentabilidade da governança local: Evidências da implementação do Projecto ProSuLi na comunidade de Mavunguane, Sabié



Autora:

Azinaida Artur Chipuzane

Supervisora:

Profª. Dra. Nícia Givá (PhD)

Dinâmicas de poderes implícitos e sua influência no estabelecimento e sustentabilidade da governança local: Evidências da implementação do Projecto ProSuLi na comunidade de Mavunguane, Sabié

Dissertação apresentada à Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Rural, sob a supervisão da Prof^a. Dra. Nícia Givá.

Maputo, Julho de 2026

Declaração de honra

Declaro por minha honra que esta dissertação é da minha autoria e nunca foi submetido nesta ou em outra instituição para aquisição de qualquer outro grau académico e que ele constitui o resultado da minha investigação individual e das orientações da minha supervisora. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia final. Este trabalho é apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural, da Universidade Eduardo Mondlane.

Azinaida Artur Chipuzane

Data: ____/____/2026

Por ser verdade, confirmo que o trabalho foi realizado pelo candidato sob minha supervisão.

Prof^a. Dra. Nícia Givá

Departamento de Economia e Desenvolvimento Agrário, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane

Data: ____/____/2026

Maputo, Julho de 2026

Dedicatória

À minha filha, Zuri,

que despertou em mim uma força inimaginável e se tornou o fôlego nos meus momentos de cansaço e desânimo. Pela luz que ilumina meus dias, pela alegria que renova meu espírito e pelo incentivo silencioso que me acompanha a cada passo. Que este trabalho seja também uma pequena inspiração para que sigas teus sonhos com coragem, determinação e confiança.

Ao meu parceiro de vida, Jacinto Majibo,

o psicólogo dos meus intervalos de ausência, pela dedicação, apoio constante e força incondicional que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Agradecimentos

Primeiramente, à Deus que, pela sua infinita misericórdia, tem-me permitido continuar com o sopro da vida, concedendo-me força, sabedoria para enfrentar as adversidades e coragem para ultrapassar os obstáculos ao longo deste percurso

Ao projecto ProSuLi pela bolsa de estudo concedida, que me permitiu dar continuidade aos meus estudos e avançar na concretização do meu sonho académico.

Agradeço profundamente à minha supervisora, Nícia Givá, que me acompanhou desde a licenciatura até o mestrado. Obrigada por acreditar no meu potencial e por me incentivar a ir sempre além, desafiando-me continuamente a superar limites e a crescer academicamente. A sua orientação, paciência e incentivo foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Expresso, igualmente, a minha profunda gratidão à comunidade de Mangalane, em especial ao povoado de Mavunguane, pelo acolhimento único e pela disponibilidade em permitir a realização de recolha de dados. Em meio das inúmeras adversidades de campo, estiveram sempre presentes para me apoiar em tudo o que foi necessário, tornando este trabalho possível.

À minha família, especialmente aos meus pais, irmãos e minha cunhada Ecineta pelo amor, incentivo e apoio incondicional ao longo de toda a minha trajetória.

Aos meus queridos amigos, Laurene, Joice, Fauzia, Eunice, Edna, Vasco e Irondina pelo companheirismo, apoio constante e pelas palavras de incentivo que tornaram esta caminhada mais leve e significativa.

Um agradecimento especial à tia Hamina e à tia Victória, pelo apoio incondicional em cuidar da minha filha, proporcionando-me o tempo e as condições necessárias para me dedicar e desenvolver este trabalho.

À família que a FAEF me presenteou, especialmente ao senhor Octávio, dra Helena e dra Cláudia, pelo apoio constante e pelas palavras de motivação que sempre me inspiraram a seguir em frente.

À todos aqueles que não foram mencionados e que contribuíram de qualquer forma e em qualquer fase da minha formação e na realização deste trabalho

RESUMO

O presente estudo analisou as dinâmicas de poder implícito e a sua influência na governança local no povoado de Mavunguane, uma das 7 comunidades que circundam a reserva de caça Sabié Game Park (SGP), no âmbito contexto da implementação do Projecto ProSuLi (*Promoting Sustainable Livelihoods in Transfrontier Conservation Areas*) no período entre 2018-2023. O projecto adoptou abordagens participativas para engajamento dos diferentes actores na identificação e implementação de acções de desenvolvimento para a melhoria dos meios de vida das comunidades circunscritas ao SGP, promovendo a acção colectiva e o estabelecimento de uma governança funcional para a co-gestão de infraestruturas de água de múltiplo- uso. Apesar do enfoque participativo, os resultados revelaram tensões internas e clivagens entre linhagens da liderança local, que influenciaram implicitamente os processos decisórios e os arranjos de governança estabelecidos.

A investigação recorreu a uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa para analisar o processo histórico de estabelecimento e aquisição do poder pelas linhagens de liderança, bem como as formas de exercício do poder segundo a perspectiva de Gaventa. Foram igualmente utilizados métodos quantitativos para determinar o nível de posse de bens das linhagens em diferentes períodos, a análise das redes de parentesco entre os actores e o nível de influência por estes exercido na gestão dos recursos naturais na percepção da comunidade. Por fim, examinaram-se como essas dinâmicas de poder influenciaram a participação e os resultados nas diferentes fases do projecto, especialmente na constituição do grupo de gestão da infraestrutura de água.

Os resultados evidenciaram sobreposição de funções entre a liderança tradicional e administrativa. O poder das linhagens consolidou-se historicamente por migrações, alianças matrimoniais e envolvimento em funções de liderança e militares, com destaque para as linhagens Zitha, Muconto e Chihesse, sendo esta última destacada com maior nível de riqueza nos períodos analisados. Todos os actores da liderança exercem poder visível, excepto o *ndota* 2, que combina poder oculto e invisível. A maioria dos actores mantém relações de parentesco por consanguinidade e por casamento, concentrando funções estratégicas entre familiares. Na percepção da comunidade, a influência varia conforme o recurso: o régulo predomina na atribuição de terras, o líder comunitário nas áreas florestais, e os *ndotas* 1 e 4 na resolução de conflitos relacionados ao roubo de gado.

A influência dos actores também variou ao longo das fases do projecto. Na fase inicial, o régulo desempenhou papel central na negociação com actores externos, enquanto o *ndota* 2 destacou-se pelo status social e pelos laços de parentesco com o régulo. Nas fases seguintes, o líder comunitário e o *ndota* 2, ligados às linhagens Muconto e Chihesse, consolidaram e fortaleceram a sua influência na escolha do local da infraestrutura, supervisão e fiscalização das obras e constituição do comité de gestão da água, cuja composição reflectiu predominantemente vínculos familiares com esses actores, enquanto a influência do régulo enfraqueceu progressivamente.

Com base nesses resultados, conclui-se que, embora o Projecto ProSuLi tenha adoptado abordagens participativas, os processos para a constituição do comité de gestão da infraestrutura, paradoxalmente, reproduziram e reforçaram as dinâmicas de poder pré-existentes. A compreensão limitada do contexto sociopolítico local, da relação entre os actores envolvidos, das formas de poder exercidos e das agendas individuais permitiu que grupos e linhagens mais influentes consolidassem a sua posição, e reproduzindo desigualdades na governança local.

Palavras chaves: dinâmicas de poder, acção colectiva, engajamento de actores, abordagens participativas e governança local

ABSTRACT

The present study analyzed implicit power dynamics and their influence on local governance in the village of Mavunguane, one of the seven communities surrounding the Sabié Game Park (SGP), within the context of the implementation of the ProSuLi Project (Promoting Sustainable Livelihoods in Transfrontier Conservation Areas) between 2018 and 2023. The project adopted participatory approaches to engage different stakeholders in the identification and implementation of development actions aimed at improving the livelihoods of communities associated with the SGP, promoting collective action and the establishment of functional governance for the co-management of multi-use water infrastructure. Despite this participatory focus, the results revealed internal tensions and divisions among local leadership lineages, which implicitly influenced decision-making processes and the governance arrangements established.

The study employed a predominantly qualitative methodological approach to analyze the historical process of power acquisition by leadership lineages, as well as the forms of power exercised, based on Gaventa's cube perspective. Quantitative methods were also used to analyze specific data deemed necessary, including lineage asset ownership over different periods, kinship networks among actors, and the level of influence they exert in natural resource management as perceived by the community. Finally, the study examined how these power dynamics influenced participation and outcomes across different phases of the project, particularly in the formation of the water infrastructure management group.

The results revealed an overlap of roles between traditional and administrative leadership. The power of lineages was historically consolidated through migration, marital alliances, and involvement in leadership and military roles, with particular prominence of the Zitha, Muconto, and Chihesse lineages, the latter standing out as the wealthiest across the analyzed periods. All leadership actors exercised visible power, except for *ndota* 2, who combined hidden and invisible forms of power. Most actors maintained kinship ties through both consanguinity and marriage, concentrating strategic roles within family networks. According to community perceptions, influence varied depending on the resource: the *régulo* dominated land allocation, the community leader was more influential in forest areas, while *ndotas* 1 and 4 were more prominent in resolving cattle theft conflicts.

The influence of actors also varied across the project phases. In the initial phase, the *régulo* played a central role in negotiations with external stakeholders, while *ndota* 2 stood out due to social status and kinship ties with the *régulo*. In subsequent phases, the community leader and *ndota* 2, linked to the Muconto and Chihesse lineages, consolidated and strengthened their influence over site selection, supervision and monitoring of construction works, and the formation of the water management committee. The composition of this committee predominantly reflected family ties with these actors, while the influence of the *régulo* progressively weakened.

Based on these findings, it is concluded that although the ProSuLi Project adopted participatory approaches, the processes paradoxically reproduced and reinforced pre-existing power dynamics in the constitution of the water infrastructure management committee. The lack of an in-depth understanding of the local socio-political context, the actors involved, the forms of power exercised, and individual agendas allowed more influential groups and lineages to consolidate their positions, limiting the emergence of less influential actors in management position and reproducing inequalities in local governance.

Keywords: Power dynamics, collective action, stakeholder engagement, participatory approaches, and local governance.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AMETRAMO	Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
ARS	Análise de Redes Sociais
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
ENAASR	Estratégia Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2015-2030
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
PA	Posto Administrativo
PROSULI	Promoting Sustainable Livelihoods in Transfrontier Conservation Areas
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SGP	Sabié Game Park
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TFCA	Transfrontier Conservation Area

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização geográfica da comunidade de Mavunguane.....	26
Figura 2. Estruturas de liderança do povoado de Mavunguane.....	42
Figura 3. Perfil histórico que resume os principais eventos marcantes do povoado de Mavunguane	48
Figura 4. Localização geográfica dos 7 povoados que integram a Localidade de Manhgalane	49
Figura 5. Análise de posse de bens pelas diferentes linhagens de liderança no período da guerra civil e actual	54
Figura 6 Mapa que ilustra as relações de parentesco entre os actores da liderança	62
Figura 7 Percepção da comunidade sobre o nível de influência dos actores da liderança na gestão dos recursos naturais	66
Figura 8. Mapa que ilustra as relações de parentesco entre os membros do comité e actores da liderança.....	88
Figura 9. Estrutura hierárquica do comité de gestão da infra-estrutura de água ProSuLi e respectivos papéis.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição dos pressupostos da governança	7
Tabela 2: Evolução/transformação das estruturas de liderança local ao longo do tempo	22
Tabela 3: Descrição das variáveis, técnicas de recolha de dados e fontes usadas na fase exploratória.....	32
Tabela 4: Descrição das variáveis, técnicas de recolha de dados e fontes usadas na fase de aprofundamente	33
Tabela 5. Descrição das variáveis analisadas para identificação das formas de poder.....	34
Tabela 6. Papéis dos actores da liderança com percepções divergentes na comunidade	46
Tabela 7. Descrição das formas de poder exercido pelos actores da estrutura de liderança.....	57
Tabela 8 Nível de influência dos actores medido pelos métricas de grau, centralidade de proximidade e intermediação	63
Tabela 9. Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de inserção e negociação do projecto	71
Tabela 10. Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de definição colectiva das prioridades de intervenção	75
Tabela 11 Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de desenho, construção e monitoria das infraestruturas de água e do seu funcionamento	78
Tabela 12. Resumo das principais etapas de constituição do comité de gestão de água e da influência dos actores no processo.....	83
Tabela 13. Nível de influência dos actores medido pelos métricas de grau, centralidade de proximidade e intermediação	89

ÍNDICE

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Delimitando e fundamentando o problema de estudo	2
1.2. Objectivos do estudo	5
1.2.1. <i>Objectivo geral</i>	5
1.2.2. <i>Objectivos específicos</i>	5
2. QUADRO TEÓRICO	6
2.1. Relação entre Participação, Acção Colectiva e Governança	6
2.2. A governança como mecanismo de estímulo à acção colectiva para gestão de bens comuns	8
2.2.1. O papel das Abordagens participativas e as dinâmicas de poder em processos de governança	10
2.2.2. Abordagens de análise de dinâmicas de poder entre actores	11
2.2.3. Factores que moldam as dinâmicas de poder entre actores na governança dos recursos comuns	14
2.3. A Governança Local: o Historial das Lideranças Tradicionais em Moçambique	16
2.3.1. Período pré-colonial	16
2.3.2. Período colonial	17
2.3.3. Período pós-colonial	18
2.3.4. Formas de obtenção de poder na tribo shangana	23
2.4. Quadro Analítico Adoptado	24
3. METODOLOGIA	26
3.1. Descrição da Área de Estudo	26
3.2. Breve descrição histórica das comunidades de Mangalane	27
3.3. Tipo de Pesquisa	28
3.4. Tamanho da amostra e o tipo de amostragem	28
3.4.1. Tamanho da amostra	28
3.4.2. Tipo de amostragem	30
3.5. Procedimentos Metodológicos por Objectivo	31

3.5.1.	Operacionalização do Primeiro Objectivo	31
3.5.2.	Operacionalização do Segundo Objectivo	34
3.5.3.	Operacionalização do Terceiro Objectivo.....	37
3.6.	Posicionamento e Reflexidade da Autora como interveniente do processo.....	39
3.7.	Limitações do estudo.....	40
4.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1.	A Estrutura de Liderança da Comunidade de Mavunguane: actores, papéis e responsabilidades.....	41
4.2.	Percepção da comunidade sobre o papel dos diferentes actores na estrutura de liderança	45
4.5.	Perfil social (<i>status</i>) das diferentes linhagens	53
4.6.	Análise da configuração do Poder das diferentes linhagens e a influência na governança Local.....	56
4.6.1.	Formas de poder exercido pelos actores da estrutura de liderança	56
4.6.2.	Análise das relações de parentesco e o nível de influência dos actores da estrutura de liderança	61
4.6.3.	Análise do nível de influência dos actores da estrutura de liderança na gestão dos recursos naturais comuns com base na percepção da comunidade.....	65
4.7.	Análise das dinâmicas de participação e sua influência no processo de implementação do Projecto ProSuLi	69
4.7.1.	Análise das relações de parentesco entre os membros do Comité de Gestão da Água e os Actores da liderança e sua influência na selecção e composição do grupo.....	87
5.	CONCLUSÕES	94
6.	RECOMENDACÕES.....	96
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
8.	ANEXOS	103

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho explora o contexto histórico, sociocultural e político que caracteriza as comunidades de Mangalane, no Posto Administrativo de Sábie, que estão adjacentes ao Sábie Game Parque (SGP) e que foram beneficiárias do Projecto ProSuLi (*Promoting Sustainable Livelihoods in Transfrontier Conservation Areas - TFCAs*) entre 2018-2023. Este foi um projecto regional, implementado em Botswana, Zimbabwe e Moçambique, em comunidades que vivem próximas a áreas de conservação transfronteiriça (TFCA). As comunidades nos três países partilhavam do mesmo contexto semiárido e uma interface com as áreas de conservação, elegeram como acção de desenvolvimento a construção de um sistema de armazenamento e distribuição de água e outras intervenções associadas. Contudo, este estudo teve seu enfoque em Moçambique, na comunidade de Mavunguane, uma das 7 comunidades que circundam o SGP, e integra a Localidade de Mangalane. Com o propósito de explorar as dinâmicas inter-relacionais entre os diferentes actores envolvidos na governança local, esta pesquisa explora o historial de assentamento dos membros desta comunidade, o processo evolutivo de estabelecimento das diferentes linhagens que constituem a estrutura de liderança, as suas origens, o processo de aquisição de poder, o tipo de influência exercida, por forma a compreender e explicar as nuances da trajectória do processo participativo para o estabelecimento de uma governança local para gestão da infraestrutura de água resultante da intervenção do projecto ProSuLi.

Ao adoptar este enfoque, parte-se do pressuposto de que a experiência de Mavunguane não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser contextualizada no debate mais amplo sobre participação, dinâmicas de poder e governança. Segundo Reyers *et al.* (2018), as dinâmicas de poder são amplamente reconhecidas como barreiras críticas à governança sustentável dos recursos naturais, particularmente da água, ao contrariarem os princípios de participação e equidade que a fundamentam, permitindo que determinados actores exerçam influência desproporcional sobre decisões, acesso e uso dos recursos (Ribot e Peluso, 2003). A negligência dessas dinâmicas internas contribui para a perpetuação de assimetrias locais, a ocultação de conflitos latentes e dificulta a construção de arranjos de governança efectivamente inclusivos e sustentáveis (Shunglu *et al.*, 2022).

Para fazer face as possíveis assimetrias, e estimular um sistema local de governança, as abordagens participativas têm sido promovidas como alternativa para fortalecer a governança e promover a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a água (Navarrete *et al.*, 2009). Foi esta, perspectiva que norteou a intervenção do Projecto ProSuLi. A governança, neste estudo, é

entendida como o conjunto de normas, regras e processos que regulam a interacção de actores com o intuito de estimular acções colectivas, definindo mecanismos de partilha de decisões, responsabilidades e benefícios em gestão colectiva de recursos (Hulfy, 2011), determinando, assim, como o poder e as responsabilidades sobre os recursos são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam e beneficiam-se desta gestão (Graham *et al.*, 2013).

As abordagens participativas, muitas vezes fundamentadas em discursos normativos de participação e descentralização, tendem a negligenciar as complexas dinâmicas de poder, os conflitos e os processos históricos que moldam o estabelecimento da governança (Newman *et al.*, 2004). Nesses casos, a participação é frequentemente tratada de forma simplista, como um mero exercício de reunir actores para legitimar consensos, desconsiderando a heterogeneidade e as relações internas das comunidades (Aubriot *et al.*, 2018; Naiga, 2018), o que muitas vezes favorece grupos de elite e detentores de poder, reforçando desigualdades pré-existentes (Akbulut e Soyulu, 2012). Evidências empíricas, como as de Srinivas (2003) e Jones e Sok (2015) sobre governança de recursos hídricos, mostram que a negligência das dinâmicas de poder locais e das práticas culturais frequentemente resulta em resistência comunitária, conflitos e concentração de benefícios em mãos de elites, marginalizando os grupos mais vulneráveis.

Esses resultados indicam que os processos de governança são moldados por múltiplas dinâmicas que devem ser reconhecidas, sobretudo em contextos nos quais diferentes actores, com interesses, agendas e níveis de influência distintos, participam de processos colectivos de tomada de decisão (Forquilha, 2013; Bovens *et al.*, 2001; Gibson, 1999). Por isso, recomenda-se que estudos sobre governança incorporem análises históricas que considerem o contexto específico de cada comunidade, os actores envolvidos e os seus interesses particulares, uma vez que essas dinâmicas influenciam o comportamento dos actores frente aos princípios de governança, como a participação, colaboração, transparência, legitimidade, inclusão e justiça social (Navarrete *et al.*, 2009). A negligência desses factores históricos, socioeconómicos e culturais limita a compreensão das interrelações entre actores, questão central explorada neste trabalho (Saravanan *et al.*, 2008). Inspirado no exposto acima, o presente trabalho explora as interrelações dos actores locais e as dinâmicas de poder através do historial do assentamento e aquisição de poderes dos diferentes actores envolvidos na Governança local na comunidade de Mavunguana.

1.1. Delimitando e fundamentando o problema de estudo

A intervenção para o estabelecimento do sistema de água do Projecto ProSuLi na comunidade de Mavunguane, que constitui o objecto deste estudo, foi orientada por processos participativos

concebidos com o propósito engajar os diferentes actores nos vários processos de tomada de decisão durante o desenho e implementação da intervenção, e em simultâneo estimular acções colectivas destes actores, por forma a estabelecer uma governança local funcional para a gestão de uma infra-estrutura de múltiplo-uso destinada ao acesso e distribuição de água. Importa ressaltar que, no âmbito do projecto, actuei como assistente de pesquisa, tendo participado directamente na facilitação de alguns processos e na realização de actividades em conjunto com os membros da comunidade. Os processos e actividades foram cuidadosamente documentados, e este trabalho resulta do processo reflexivo dos vários processos e respectivos resultados.

A análise reflexiva destes processos, revelou que paradoxalmente, apesar do enfoque participativo adoptado pelo projecto, nem sempre resultaram necessariamente em acções concertadas, mesmo quando se legitimasse um aparente consenso. No decurso do projecto, quando a comunidade consolidou a confiança com os intervenientes do projecto, revelaram-se clivagens internas entre os diferentes grupos ou linhagens na estrutura de liderança, evidenciando tensões subjacentes que até então permaneciam latentes. À luz das constatações acima, emerge a seguinte questão de estudo: Até que ponto os processos participativos favorecem ou inibem a exposição das dinâmicas de poder existentes entre os diferentes intervenientes da estrutura de liderança e a influência exercida no estabelecimento de uma governança local funcional?

Esse paradoxo não é exclusivo do caso de Mavunguane. Vários estudos (Shunglu *et al.*, 2022; Ebata *et al.*, 2020; Akbulut e Soyly, 2012) alertam para o facto de que abordagens participativas podem ser capturadas por dinâmicas locais de poder ou instrumentalizadas por actores com maior influência, conduzindo ao fracasso das intervenções externas que buscam estimular acções colectivas e promover o desenvolvimento comunitário. Como apontado por Saravanan *et al.* (2008) e Carr *et al.* (2012) este fracasso deve-se ao facto de assumir as comunidades como unidades homogéneas, enquanto que, na realidade, os espaços participativos reflectem e, por vezes, amplificam estruturas de poder desiguais. Além disso, os desequilíbrios de poder e a heterogeneidade dentro das comunidades minam as concordâncias sociais e fragilizam a confiança mútua, elemento essencial para o sucesso das acções colectivas (Koutsou *et al.*, 2014).

Por outro lado, uma vertente crescente da literatura (Santander *et al.*, 2024; Riomalo *et al.*, 2022) sustenta que o engajamento dos actores relevantes em processos participativos e deliberativos de tomada de decisão é condição *sine qua non* para arranjos funcionais de governança dos recursos naturais. Pois, quando adequadamente concebidos, os processos participativos podem mitigar assimetrias de poder e favorecer arranjos de governança mais inclusivos (Bonfiglioli, 2003).

Adicionalmente, Cleaver (2012) ressalta que a participação não é apenas um procedimento técnico em espaços formais, mas uma prática social baseada em normas, valores e redes locais, que, quando articulados, fortalecem a cooperação, consolidam a confiança entre grupos e apoiam uma gestão colectiva sustentável dos recursos. De forma complementar, Mansuri e Rao (2013) defendem que a participação produz resultados equitativos apenas quando acompanhada de mecanismos de mediação de conflitos e *accountability* (prestação de contas), assegurando voz a grupos marginalizados, transparência nas decisões e resolução justa de disputas.

Essas perspectivas indicam que a eficácia das abordagens participativas não reside apenas na sua adopção formal, mas na forma como são conduzidas e na capacidade de reconhecer e integrar as dinâmicas de poder locais. Assim, longe de serem neutras, tais abordagens podem tanto criar espaços de inclusão e equidade, como reproduzir ou reforçar estruturas de poder pré-existentes. É nesse contexto, que surgiu a necessidade de analisar as dinâmicas internas entre as principais linhagens de liderança em Mavunguane, explorando a origem e a razão das clivagens, os interesses e agendas não expressas, o tipo de influência exercida pelos diferentes intervenientes na estrutura de liderança por forma a compreender e explicar o curso dos resultados dos processos participativos facilitados pelo projecto para o estabelecimento de uma governança local funcional em Mavunguane.

Espera-se que este estudo contribua com uma abordagem metodológica que explore e torne explícitas as dinâmicas do poder, através de uma análise histórica sobre a origem e as inter-relações entre os diferentes actores que integram a estruturas de liderança, seus papéis e interesses expressos e não expressos, na construção de processos participativos que estimulem uma governança local justa e funcional. Aspectos geralmente negligenciados nestes processos, mas que têm grande influência nos resultados, e concorrem para a reduzida sustentabilidade da estrutura de governança, consequentemente fraca gestão de infraestruturas e disponibilidade e acesso à água. Este conhecimento, irá permitir uma análise reflexiva sobre o processo de estabelecimento de uma governança local funcional, as abordagens participativas adoptadas e o efeito destas no contexto sociocultural e político de Mavunguane, como forma de captar e documentar lições, reflectir sobre as abordagens mais apropriadas, por forma a informar processos e intervenções similares futuros.

1.2. Objectivos do estudo

1.2.1. Objectivo geral:

- Estudar as dinâmicas de poder entre os diferentes intervenientes da estrutura de liderança e a sua influência no processo de estabelecimento de governança local para a gestão de água na comunidade de Mavunguane

1.2.2. Objectivos específicos:

- Mapear os actores que compõem a estrutura de liderança, explorando o processo de assentamento e aquisição do poder
- Examinar a configuração do poder dos actores da estrutura de liderança e sua influência na governança local
- Descrever o papel e influência dos actores de liderança nas diferentes fases da intervenção da infraestrutura de água

2. QUADRO TEÓRICO

O presente capítulo apresenta a revisão da literatura relevante para a compreensão dos principais conceitos e abordagens teóricas que sustentam esta pesquisa. A revisão bibliográfica incide sobre os debates académicos em torno da relação entre a participação, acção colectiva e dinâmicas de poder na governança dos recursos naturais, bem como do papel das inter-relações entre as lideranças locais nas dinâmicas de poder.

2.1. Relação entre Participação, Acção Colectiva e Governança

O conceito de **participação** tem assumido crescente centralidade nos debates contemporâneos das ciências sociais, sendo reconhecido como um mecanismo fundamental para promover modelos de gestão mais inclusivos, responsivos e capazes de lidar com desafios complexos, como a crise hídrica, a insegurança alimentar, as mudanças climáticas e o desmatamento (Siangulube *et al.*, 2022; Naiga, 2018). Estes desafios evidenciam as limitações dos modelos tradicionais de governação, entendidos como o conjunto de regras, processos e práticas conduzidos pelo Estado para responder às demandas da população (Lauze *et al.*, 2013), os quais, por se basearem numa abordagem vertical (*top-down*), centralizada e hierárquica (Hill, 2013), tendem a favorecer as elites locais nos processos decisórios, enfraquecer os mecanismos de prestação de contas e produzir resultados com baixa legitimidade social, contribuindo, assim, para a ineficácia das intervenções (Lockwood *et al.*, 2010).

A participação assenta na premissa de que, ao permitir que as comunidades locais expressem directamente as suas necessidades, os mecanismos participativos favorecem o reconhecimento de interesses diversos, promovem justiça social e fortalecem o empoderamento de grupos historicamente marginalizados (Ebata *et al.*, 2020). Como argumentam Agrawal e Gupta (2005) e Holmes e Scoones (2000), processos participativos tendem a gerar decisões mais equitativas, contextualizadas e acompanhadas de maior compromisso dos envolvidos, resultando no estímulo da cooperação, do diálogo e da construção conjunta de soluções, ou seja, da acção colectiva.

A **acção colectiva** é definida como o esforço coordenado de indivíduos ou grupos para alcançar objectivos comuns que não poderiam ser atingidos individualmente (Olson, 1965). Pois, quando os actores coordenam, interagem e estabelecem regras em conjunto, tendem a fortalecer relações de confiança e reciprocidade, elementos que constituem o capital social (Putnam, 1995), o que, por sua vez, aumenta a predisposição dos indivíduos para se envolverem em acções colectivas, reforçando o tecido social e promovendo a cooperação (Koutsou *et al.*, 2014). Dessa forma, a acção colectiva é essencial para alcançar resultados socialmente desejáveis, como o uso

sustentável dos recursos, a distribuição equitativa de benefícios e a mitigação de conflitos entre interesses individuais e colectivos, sendo a sua eficácia dependente da participação legítima e inclusiva de todos os actores em todas as etapas dos arranjos institucionais, desde o desenho até à monitoria e avaliação (Ostrom, 1990).

Por sua vez, a **governança** surge como um modelo que complementa e potencializa a participação e a acção colectiva, oferecendo uma alternativa às abordagens verticalizadas de governação, propondo processos decisórios descentralizados, participativos e adaptativos. Pois, Graham *et al.* (2013), definem governança como conjunto de normas, instituições e processos que determinam como o poder e as responsabilidades são partilhados, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam e beneficiam-se da gestão dos recursos. Este processo, permite participação e interacção entre os diferentes actores, estimulando a formulação colectiva de normas sociais (Huffy, 2011).

Lockwood *et al.* (2010) apresenta um conjunto de pressuposto sobre a governança resumidos na Tabela 1, os quais fornecem uma visão detalhada de como os aspectos normativos da governança podem ser operacionalizados na prática, podendo ser usados como elementos de análise em estudos sobre a governança.

Tabela 1: Descrição dos pressupostos da governança

Pressupostos	Descrição
<i>Participação</i>	Refere-se ao envolvimento activo dos cidadãos, grupos da sociedade civil e outros atores relevantes nos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas
<i>Legitimidade</i>	Refere-se à validade da autoridade de uma organização para governar, que pode ser conferida por meio de um estatuto democrático ou obtida pela aceitação das partes interessadas. Além disso, envolve o facto de que o poder foi devolvido ao nível mais baixo em que pode ser efectivamente exercido, bem como à integridade com a qual essa autoridade é exercida.
<i>Transparência</i>	Foca nas informações relevantes sobre a estrutura e processos de tomada de decisões, bem como os critérios e regras que ditaram tais decisões.
<i>Responsabilidade</i>	Consiste na atribuição e aceitação de responsabilidade por decisões e acções, bem como a demonstração de como essas acções foram cumpridas. Além disso, a responsabilidade inclui também a prestação de contas para garantir credibilidade e autoridade dos processos
<i>Inclusão</i>	Refere-se às oportunidades que as partes interessadas têm de participar e influenciar os processos de tomada de decisões. A governança é considerada inclusiva quando todos os envolvidos têm acesso igualitário à participação, com as mesmas condições oferecidas a todas as partes interessadas.
<i>Justiça</i>	Trata-se do respeito e da consideração pelas opiniões das partes interessadas, da consistência e da ausência de viés pessoal nas decisões, além da atenção dada à distribuição equitativa dos custos e benefícios dessas decisões.
<i>Integração</i>	Aborda a conexão e coordenação entre os diferentes níveis de governança; entre as organizações do mesmo nível e o alinhamento de suas prioridades, planos e actividades.

<i>Capacidade</i>	Refere-se aos sistemas, planos, recursos, habilidades, liderança, conhecimento e experiências que permitem que as organizações, e os indivíduos que dirigem, gerem e trabalham para elas, cumpram efetivamente suas responsabilidades.
<i>Adaptabilidade</i>	Consiste na incorporação de novos conhecimentos e aprendizagem na tomada de decisão e sua implementação; a antecipação e gestão de ameaças, oportunidades e riscos associados; e a reflexão sistemática sobre o desempenho individual, organizacional e do sistema.

Fonte: Lockwood *et al.* (2010)

Os pressupostos de governança constituem pilares essenciais para o estabelecimento de uma governança local, ao indicar o que é desejável, ético e racional na gestão dos processos comunitários (Lockwood *et al.*, 2010). O autor refere ainda que, para além de fornecerem uma referência normativa, estes pressupostos funcionam igualmente como ferramentas analíticas, permitindo avaliar práticas existentes, identificar incoerências e corrigir práticas indesejáveis.

Ao serem operacionalizados como ferramentas analíticas, os pressupostos de governança orientam o tipo de informação a recolher e as variáveis a observar no terreno. A partir deles, torna-se possível examinar, de forma sistemática, quem participa nas decisões, o nível de participação (activa, consultiva ou meramente simbólica), bem como a clareza das responsabilidades assumidas por cada actor, avaliar o grau de transparência, inclusão e legitimidade dos processos decisórios (Grindle, 2007).

Da mesma forma, ressalta o autor que os pressupostos ajudam a analisar a distribuição de poder entre os actores, identificando assimetrias, influências desproporcionais ou formas de captura institucional. A observação da distribuição dos benefícios e custos decorrentes das decisões revela quem é favorecido, quem é marginalizado e até que ponto existe equidade no acesso aos recursos e oportunidades (Berger, 2010; Kooiman, 2003). Além disso, os pressupostos orientam na análise de mecanismos formais de prestação de contas e resolução de conflitos, permitindo verificar se existem instrumentos claros de responsabilização, se são efectivamente aplicados e se conseguem responder a tensões, queixas ou irregularidades de forma justa e eficaz (Lockwood *et al.*, 2010).

2.2.A governança como mecanismo de estímulo à acção colectiva para gestão de bens comuns

A governança dos bens comuns refere-se ao conjunto de regras, normas e práticas que visam a utilização sustentável de recursos ou bens comuns/colectivos (Ostrom, 1990). Essa perspectiva deu espaços a abordagens de gestão de recursos naturais, como água, terra e florestas, que tem sido adoptada globalmente como uma tentativa de reduzir o papel do Estado, aliviar a pressão

sobre o orçamento do Estado e promover o uso sustentável destes recursos (Agarwal, 2001; Cleaver, 2002).

Ostrom (2009) explica ainda que, a governança dos recursos comuns enfrenta desafios complexos devido à sua natureza: os recursos são não excludentes, ou seja, todos têm acesso, e de uso competitivo, pois o uso por uma pessoa reduz a disponibilidade para os demais. Hardin (1968) argumenta que, sem privatização ou controle estatal, esses recursos correm o risco de degradação, fenómeno conhecido como “tragédia dos comuns”. Em contraste, Ostrom (1990), demonstra que comunidades locais podem gerir os seus recursos de forma eficaz e sustentável por meio da acção colectiva, sem depender do Estado ou da privatização, propondo oito princípios que orientam essa gestão, como a definição de limites claros, regras adaptadas ao contexto local e mecanismos de monitoria e aplicação de sanções.

Nesse sentido, a análise dos recursos comuns não se limita apenas à gestão dos bens em si, mas também permite compreender como regras formais e informais moldam comportamentos e estruturam a distribuição de poder entre os actores (Ostrom, 1990). Ela examina quem define as regras e quem delas se beneficia, observa como normas tradicionais e estatais influenciam decisões e possibilita identificar quem possui autoridade legítima ou reconhecida dentro da comunidade, relacionando a governança dos recursos às relações sociais e ao exercício de poder dentro da comunidade.

Embora os princípios de Ostrom tenham sido amplamente reconhecidos por sua aplicabilidade prática, uma crítica recorrente à literatura sobre bens comuns é a tendência de negligenciar os processos sociais e relacionais, especialmente as dinâmicas de poder (Bollier e Helfrich, 2015). Nesse contexto, Giddens (1984) argumenta que os recursos são os meios pelos quais o poder é exercido, e o seu controle está geralmente concentrado em um grupo, o que, por sua vez, gera assimetrias de poder que afectam a capacidade de cooperação entre os usuários dos recursos.

Como resultado, alguns actores, em virtude da sua posição social, estão melhor posicionadas para influenciar as regras e moldar os processos de governança em prol do seu benefício ou interesses (Agarwal, 2003; Cleaver, 2002). Isso ocorre porque o poder está intrinsecamente incorporado às instituições de governança, determinando tanto quem participa das decisões quanto quem se beneficia dos recursos (Lukes, 2004; Ostrom, 2011). Quando os processos participativos não são desenhados para explicitamente reconhecer estes aspectos, podem simplesmente reproduzir tais assimetrias (Cleaver, 2002; Barnaud *et al.*, 2010).

2.2.1. O papel das Abordagens participativas e as dinâmicas de poder em processos de governança

As abordagens participativas são amplamente promovidas como instrumentos capazes de ampliar a inclusão, reduzir desigualdades e fortalecer a acção coletiva em contextos de governança dos recursos naturais. Parte-se do pressuposto de que o envolvimento directo dos utilizadores locais nos processos de tomada de decisão permite incorporar o seu conhecimento contextual, aumentar a adesão às regras estabelecidas e gerar resultados mais eficazes e legítimos (Agrawal e Gupta, 2005; Holmes e Scoones, 2000). Além disso, sustenta-se que a ampliação da participação contribui para a promoção da justiça social, ao criar oportunidades para que diferentes grupos influenciem decisões que afectam directamente os seus meios de vida (Akbulut e Soylu, 2012). Para isso, Mansuri e Rao (2013) argumentam que os processos participativos devem ser estruturados com regras claras e inclusivas, o que aumenta a probabilidade de envolvimento de grupos marginalizados e fortalece a representatividade de diferentes interesses.

No entanto, a literatura demonstra que tais resultados não decorrem automaticamente da simples adopção de mecanismos participativos, uma vez que estes são implementados em contextos sociais heterogéneos, marcados por conflitos de interesses e assimetrias de poder (Barnaud *et al.*, 2010). Consequentemente, actores com maior poder social, económico ou político tendem a exercer influência desproporcional sobre os espaços deliberativos, orientando os processos decisórios em função dos seus próprios interesses (Akbulut e Soylu, 2012). Essa dinâmica está associada em parte à visão frequentemente homogénea de “comunidade”, que tende a ignorar diferenças internas relacionadas ao género, *status* social, religião e acesso a recursos (Amit e Rapport, 2002).

Assim, conforme argumenta Arnstein (1969), nem todos os níveis de participação implicam uma redistribuição efectiva do poder, podendo alguns funcionar apenas como mecanismos consultivos que legitimam decisões previamente influenciadas por grupos dominantes. Como resultado, actores historicamente marginalizados tendem a permanecer sub-representados e com limitada capacidade de influenciar os processos decisórios, mesmo quando formalmente incluídos nos espaços participativos (Ebata *et al.*, 2020). Na mesma perspectiva, Agrawal e Gupta (2005) e Cleaver (2002) alertam que, mesmo em arranjos formalmente inclusivos, elites locais podem capturar os espaços decisórios, moldando regras e decisões de modo a consolidar e reproduzir as suas posições privilegiadas.

Com base nessas evidências, as abordagens participativas podem ter efeitos distintos: podem reproduzir os desequilíbrios de poder existentes, favorecendo actores privilegiados e reforçando a

elite local, ou, quando incluem mecanismos de equidade e representação de grupos marginalizados, têm o potencial de ampliar a participação e desafiar hierarquias estabelecidas.

2.2.2. Abordagens de análise de dinâmicas de poder entre actores

A compreensão das dinâmicas de poder em contextos de governança local requer abordagens analíticas capazes de captar tanto a estrutura das relações entre os actores como os mecanismos através dos quais o poder é exercido. A literatura apresenta diversas abordagens para a análise do poder, destacando-se a Análise Institucional, proposta por Ostrom (1990), que enfatiza o papel das regras formais e informais e dos arranjos institucionais na configuração das interacções entre os actores, e a Análise de Stakeholders, que procura identificar os actores relevantes, os seus interesses, recursos e níveis de influência nos processos de tomada de decisão (Reed *et al.*, 2009).

Embora estas abordagens contribuam para a compreensão das instituições e dos actores envolvidos, apresentam limitações para captar simultaneamente a estrutura das relações sociais e as diferentes formas de exercício do poder. Por esta razão, o presente estudo adopta a Análise de Redes Sociais (ARS) e o Cubo de Poder de Gaventa (2006; 2019), por permitirem analisar, de forma complementar, tanto a posição e influência dos actores nas redes de relações como as formas visíveis, ocultas e invisíveis de poder que moldam os processos de governança local.

Abaixo apresenta-se uma explicação detalhada de cada método, bem como da forma como são operacionalizados para analisar as dinâmicas de poder.

Análise de Redes Sociais (ARS)

É uma abordagem amplamente aplicada para examinar a interacção entre os diversos actores (*stakeholders*) em processos multiníveis de governança dos recursos naturais, permitindo mapear como os actores se relacionam através de diferentes tipos de conexões, incluindo a troca de informação e conhecimento (Crona e Bodin, 2006), e a mobilização de recursos e as dinâmicas de poder que emergem dessas interacções (Bodin e Crona, 2009; Fischer e Sciarini, 2015). Ao analisar essas relações, a ARS possibilita identificar a posição estratégica de cada actor dentro da rede, avaliando a sua centralidade e influência com base nas interacções e conexões estabelecidas com os demais actores (Frija, 2015).

Nesse contexto, a posição ocupada por um actor na rede constitui um elemento central para a compreensão do poder. A ocupação de posições estruturais favoráveis permite aos actores exercer influência sobre os outros e aceder a informação privilegiada, conferindo-lhes vantagens

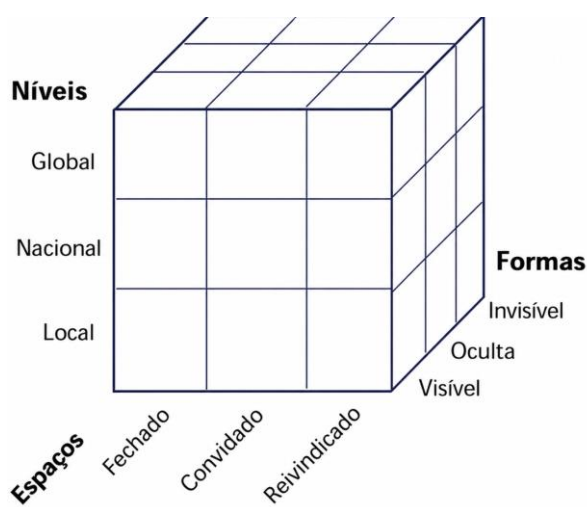
estratégicas (Burt, 2004; Bodin e Crona, 2009). Igualmente, Krebs (2004) destaca que os actores que actuam como pontes entre outros que não se encontram directamente ligados entre si, caracterizam-se como de elevada centralidade de intermediação, bem como aqueles que conseguem alcançar todos os membros da rede por meio de caminhos curtos, apresentando elevada centralidade de proximidade, tendem a ser particularmente influentes e/ou poderosos. Esses actores exercem maior controlo sobre os fluxos de trocas e interacções entre os intervenientes (intermediação) e beneficiam de um acesso mais rápido e facilitado a toda a rede (proximidade).

Corroborando esta perspectiva, Rei (2000) demonstrou que o efeito combinado da posição ocupada na rede, medida pela centralidade de grau, e do nível formal de autoridade corresponde ao nível de influência percebida nos processos de tomada de decisão. Por outro lado, indivíduos que não detinham simultaneamente uma posição central na rede e autoridade formal apresentavam níveis inferiores de influência.

Contudo, Krebs (2004) alerta que essa configuração de rede, marcada pela concentração das interacções em torno de um ou poucos actores centrais, tende a aumentar a vulnerabilidade da rede, uma vez que o seu funcionamento depende fortemente do desempenho desses polos centrais, podendo ocorrer rupturas significativas caso estes deixem de exercer o seu papel.

Por outro lado, Schiffer (2008) chama a atenção para os limites de uma leitura exclusivamente baseada nas métricas de centralidade. O autor argumenta que, em contextos empíricos concretos, a influência dos actores resulta não apenas da sua posição na rede, mas também das suas características e dos recursos estratégicos que controlam, podendo mesmo actores com baixa centralidade exercer influência significativa nos processos políticos ou decisórios. O autor ilustra ainda este argumento com o exemplo de um doador que, apesar de possuir apenas um único elo na rede (fluxo de financiamento para um departamento local) pode exercer uma grande influência no desenvolvimento e implementação de políticas, mesmo que a sua proximidade e intermediação sejam muito reduzidas.

Cubo de Poder de Gaventa



É uma ferramenta analítica amplamente utilizada para compreender as dinâmicas de poder em contextos de governança. Gaventa, expressa e ilustra as múltiplas dimensões do poder através de um cubo, analisando as formas, espaços e níveis de poder, gerando reflexões sobre as causas e os efeitos dos desequilíbrios de poder, contribuindo para a identificação de oportunidades para maior participação e equidade nos processos decisórios (Gaventa, 2019; Gaventa, 2006; Siangulube *et al.*, 2023). O exercício do poder depende do contexto social e das instituições existentes, que moldam sua percepção e aplicação. Isso pode favorecer alguns grupos (“vencedores”) e limitar outros (“vencidos”), influenciando diretamente a intensificação ou a atenuação dos conflitos (Turner *et al.*, 2020; Gaventa, 2006). Estas formas de poder podem ser classificadas como visíveis, oculto e invisíveis, operando em espaços de poder (fechado, convidado, ou reivindicado) e entre níveis (local, nacional, ou global).

Para este estudo, o foco analítico recai sobretudo sobre as formas de exercício de poder dos actores inseridos na estrutura de liderança local, por serem determinantes na tomada de decisões, na gestão dos recursos naturais e na definição de quem participa, influencia e beneficia dos processos de governação local. Ou seja, mais do que uma análise exaustiva de todos os níveis e dimensões do poder, a investigação centra-se em compreender como os líderes locais exercem, negociam e reproduzem o poder nos diferentes espaços de exercício da governança, tanto formais (espaços convidados e fechados) como informais (espaços reivindicados).

Segundo Gaventa (2019), as formas de poder são definidas da seguinte maneira:

- *Poder visível* corresponde ao poder claramente observável, exercido por meio de regras, estruturas e procedimentos formais nos processos de tomada de decisão;
- *Poder oculto* refere-se às formas discretas de permitir ou limitar influências, definindo quem participa, quais temas entram na agenda e que discursos são valorizados, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros; e
- *Poder invisível*, também chamado de “controlo do pensamento”, considera o poder que reside nas estruturas de significado, normas culturais e sistemas de crenças, moldando as percepções, valores e comportamentos das pessoas, as suas identidades e restringindo as suas possibilidades de acção.

De acordo com Gibson (1999), as comunidades são heterogéneas, compostas por múltiplos atores que diferem em termos de poder, interesses, influência, classe, status e riqueza, o que implica variações nas formas de exercício do poder no seio comunitário. No estudo de Siangulube *et al.* (2022) mostra que chefes tradicionais, chefes de aldeia e funcionários governamentais exercem predominantemente formas de poder visível, baseadas em normas institucionais, regras consuetudinárias e dispositivos formais de autoridade socialmente reconhecidos. Por exemplo, o Departamento Florestal detém autoridade legal para emitir licenças e regular o acesso à Reserva Florestal de Kalomo, enquanto os líderes tradicionais podem reforçar ou obstruir processos colaborativos.

Em contrapartida, actores como agências doadoras, grandes criadores de gado e empresas privadas detêm formas de poder oculto, sustentadas em recursos económicos e em conhecimento especializado, que lhes permitem influenciar de forma subtil as discussões e a definição das agendas. enquanto, as cooperativas locais, agricultores locais e Organizações da Sociedade Cível exercem poder invisível, influenciando mudanças culturais e decisões comunitárias. Por exemplo, uma organização promoveu a aquisição de terras por mulheres, desafiando a dominância masculina. Em outros casos, agricultores locais e cooperativas contrabalançaram o poder visível e oculto, mobilizando vozes locais e recorrendo a protestos silenciosos contra decisões que restringiam o acesso a recursos hídricos, garantindo que suas expectativas fossem consideradas.

2.2.3. Factores que moldam as dinâmicas de poder entre actores na governança dos recursos comuns

As dinâmicas do poder nos processos de governança são influenciadas por vários factores que moldam a tomada de decisão, a alocação de recursos e a eficácia das estruturas de governança. A seguir descrevem-se os principais factores que contribuem para as dinâmicas do poder favoráveis

(fortalecimento da acção colectiva através do capital social) ou desfavoráveis (asimetria do poder) nos processos de governança:

Assimétrica de poder

As comunidades são heterogéneas, únicas e hierárquicas compostas por múltiplos actores que diferem em termos de poder, classe, divisões políticas, status e riqueza (Gibson, 1999). Essas desigualdades internas, conduzem frequentemente à sub-representação de grupos marginalizados nos órgãos de decisão, perpetuando relações de desigualdade e exclusão (Ebata *et al.*, 2020).

Essa falta de representação equitativa constitui um elemento central na configuração das relações de poder entre os diferentes actores envolvidos na gestão local dos recursos naturais (Saravanan *et al.*, 2008). O poder é compreendido como um conjunto de dinâmicas visíveis, ocultas e invisíveis que influenciam, de forma directa ou indirecta, os processos de tomada de decisão e como as decisões são implementadas (McIlwain *et al.*, 2023). Segundo Carr *et al.* (2012), as posições ocupadas pelos actores nesses processos são fortemente influenciadas pelos seus interesses no uso dos recursos, moldados por factores históricos, socioeconómicos e culturais.

Essa dinâmica afecta especialmente os grupos pobres e marginalizados, que enfrentam maiores obstáculos para participar em processos decisórios, e, conseqüentemente, ficam impedidos de influenciar as decisões que afectam as suas vidas (Saravanan *et al.*, 2008). E isto, cria espaço para que as elites locais capturem o poder e dominem os processos decisórios, o que não só marginaliza ainda mais esses grupos, mas também os torna mais vulneráveis (Agarwal e Gupta, 2005). Para Agrawal e Gibson (1999), essa exclusão sistemática enfraquece a governança local, tornando-a menos inclusiva, menos legítima e mais propensa a conflitos entre os actores.

Fortalecimento da Acção Colectiva através do Capital social

O conceito de capital social é amplamente reconhecido na literatura como um mecanismo para fomentar a acção colectiva, reduzir custos de transacção e inibir comportamentos oportunistas (Ostrom, 1994), definido como “as normas e redes que facilitam a acção colectiva para benefício mútuo (Putnam, 2001). O autor explica ainda que, entre essas normas e redes, destacam-se relações de confiança, reciprocidade, regras e sanções comuns, além da conectividade em redes e grupos, factores que se relacionam positivamente com a acção colectiva e a governança sustentável dos bens comuns. Para Koutsou *et al.* (2014) refere que níveis elevados de confiança individual ou interpessoal dentro de uma comunidade podem favorecer a disposição para o envolvimento em acções colectivas, fortalecendo o tecido social e promovendo a cooperação

Contudo, Cleaver (2000) alerta que confiança, normas e redes, isoladamente, não explicam plenamente o sucesso na governança dos recursos, sendo necessário considerar também factores culturais, históricos e contextuais. Embora o capital social possa gerar resultados ambientais positivos, ele também pode ter efeitos negativos sobre grupos pobres e marginalizadas, ocultando desigualdades de classe e relações de poder (Agarwal, 2001). Nesse sentido, a perspectiva de Bourdieu (1990) amplia essa análise, ao mostrar que o capital social não é neutro, ou seja, ele pode ser mobilizado por indivíduos ou grupos para manter e reproduzir desigualdades existentes, consolidando privilégios de elites com maior prestígio social e poder económico, estrategicamente posicionadas e culturalmente legitimadas dentro das estruturas sociais.

Além disso, estudos empíricos demonstram que redes sociais densas nem sempre promovem inclusão, em muitos casos, fortalecem a coesão de elites locais, perpetuando a concentração de poder e limitando o acesso de grupos marginalizados a decisões sobre recursos comuns (Pena-López *et al.*, 2021).

2.3.A Governança Local: o Historial das Lideranças Tradicionais em Moçambique

As estruturas de lideranças em Moçambique foram se transformando ao longo dos anos, moldadas pelo contexto histórico e interesses do momento. Nesta secção faz-se alusão dos diferentes arranjos da estrutura de liderança nos diferentes momentos históricos marcantes, proporcionando uma visão geral das transformações que marcaram a organização do poder local no país.

2.3.1. Período pré-colonial

De acordo com Feliciano (1989) e Magode (2003), as estruturas políticas tradicionais na tribo shangana no período pré-colonial eram constituídas pelo *hosi* (rei) e os seus respectivos conselheiros que se designavam por *tinduna* (ministros), *tiqulume* ou *tinghanakana* (governadores), *tindota* (conselheiros), e os *tinyanga* (curandeiros/especialistas mágicos). A ascensão ao cargo de *hosi* baseava-se na conquista militar e na ordem de chegada aos territórios, pelo que as primeiras famílias a estabelecerem-se orientavam a fixação das linhagens posteriores.

O *hosi*, equivalente ao régulo na estrutura tradicional, era a figura central da autoridade política legítima. A ele cabia a posse e gestão da terra e dos recursos naturais, bem como a responsabilidade de garantir e regular o acesso de cada clã ou linhagem a esses recursos, através de um conjunto de normas e instituições que definiam direitos, obrigações, prestações de trabalho e de produtos (Feliciano, 1989).

A autoridade do *hosi* tinha igualmente uma dimensão espiritual. Associada à força dos seus antepassados, a sua liderança combinava funções políticas e religiosas, uma vez que mediava a relação entre os vivos e os ancestrais através de rituais como o *kuphalha*, onde ele adquiria qualidades e postura de governação, semelhantes às dos seus antepassados, por ordem de sucessão.

O prestígio do *hosi* não resultava apenas da sua riqueza, mas principalmente do respeito e obediência dos súbditos, sustentados pela crença de que a existência da comunidade dependia da sua liderança (Lourenço, 2005; Magode, 2003). A obediência expressava-se através do pagamento de tributos e de serviços obrigatórios, que funcionavam como mecanismos simbólicos de controlo e responsabilização. Esses contributos reforçavam a expectativa de que o *hosi* assegurasse a boa gestão do território, a proteção espiritual da comunidade e a redistribuição justa dos recursos colectivos (Feliciano, 1989).

Neste período, a região de Sábie era conhecida como Mabila e encontrava-se organizada em diversos regulados, entre os quais se destacavam Mangalane, Sepembane, Manengul, Vaja, Chiquizela e Magauana. Cada regulado era subordinado aos chefes de terra, ou régulos, responsáveis liderança local. O regulado de Mangalane incluía os chefes Boi, Cossetine, Langa, Mabibine, Magunela e Mucacaza. A estrutura de liderança local era composta pelo *hosi* (régulo), acompanhado pelos seus colaboradores *ndunas*, *ndotas* e *tinyangas*, que desempenhavam de auxiliar o régulo em questões políticas, administrativas e rituais dentro da comunidade.

2.3.2. Período colonial

Com a extensão e consolidação do regime colonial português em Moçambique, as autoridades tradicionais passaram por um processo de transformação significativa, sendo as principais: a limitação da mobilidade das comunidades, a subordinação das chefaturas ao Estado territorial central, e a sua incorporação como o nível mais baixo da hierarquia político-administrativa colonial (Lourenço, 2005). Além disso, o autor supracitado afirma que durante esse período, as estruturas de autoridade tradicionais foram recriadas, rebaptizadas ou formalizadas, onde assumiram novas funções, como a cobrança de impostos e o recrutamento de força-de-trabalho para o *xibalo* (trabalho forçado).

Essas alterações limitaram drasticamente a autonomia das lideranças locais e mudaram as dinâmicas de poder. Os líderes tradicionais, anteriormente vistos como legítimos representantes das suas comunidades, passaram a ser percebidos como intermediários do governo colonial, o que,

por sua vez, gerou confusão e resistência por parte da população, que começou a questionar a lealdade desses líderes, afirma Lourenço (2005)

Neste cenário, a hierarquia político-administrativa no sul de Moçambique foi reestruturada da seguinte forma: Chefes de Povoação/Chefes de Terras- denominados Régulos, Conselheiros (formado pelos indunas dos régulos), Comandantes Militares e, no topo da hierarquia, o Governador. Os três primeiros níveis, que faziam parte da estrutura política tradicional, tornaram-se subordinados às autoridades coloniais impostas, reorganizando o poder local de maneira a servir os interesses destes.

Durante o período colonial, o chefe do posto administrativo de Sabié, ao qual a localidade de Mangalane integra, identificava, em colaboração com os régulos e as indunas, as terras a serem ocupadas pelos colonos. As autoridades tradicionais eram então incumbidas de informar a população local e de organizar a sua retirada das áreas destinadas à ocupação colonial. Na prática, este processo de planeamento fundiário resultou na deslocação forçada da população para terras menos férteis e mais marginais, nomeadamente áreas secas ou zonas baixas sujeitas a inundações frequentes, originando situações críticas de vulnerabilidade e escassez em várias regiões.

Como consequência destas dinâmicas, a estrutura de liderança de Mangalane foi desestruturada e reorganizada, uma vez que a linhagem que detinha o poder no regulado de Mangalane refugiou-se devido a intensificação da guerra para a África do Sul, transferindo a autoridade para uma linhagem migrante.

2.3.3. Período pós-colonial

O período pós-colonial experimentou diferentes regimes e cada um deles com características particulares, influenciado pelo contexto sociopolítico e histórico do momento. Para melhor descrição, consideraram-se três principais sub-períodos ou regimes Socialista, guerra civil e Democrático.

Fase I: Período Socialista

Após a independência, a relação entre o Estado moçambicano e as autoridades tradicionais tornou-se particularmente tensa e marcada por uma ruptura profunda. Embora a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) tivesse mobilizado o apoio dos líderes tradicionais durante a guerra colonial, esse vínculo foi rapidamente desvalorizado após a independência, quando o novo governo, orientado ideologicamente pelo marxismo, passou a considerar as estruturas de chefia hereditária como obstáculos à construção de uma sociedade revolucionária (Gonçalves, 2004;

O’Laughlin, 2000). As chefias foram acusadas de obscurantismo, tribalismo e colaboração com o regime colonial, e substituídas pelos grupos dinamizadores, dirigidos por secretários do partido responsáveis pela organização política e social das comunidades no quadro do partido único.

A marginalização dessas lideranças foi ainda mais acentuada no sul do país, onde persistia a percepção de que os chefes tradicionais haviam sido beneficiados pelo colonialismo. Essa percepção resultava, em parte, do facto de alguns líderes desta região terem prosperado mais do que em outras durante o período colonial, o que, para a Frelimo, era interpretado como sinal de colaboração com o regime colonial, embora, na realidade, estivesse em grande parte associada à prática dos mineiros regressados da África do Sul, que ofereciam aos chefes uma quantia simbólica como sinal de reconhecimento (Gonçalves, 2006).

Paralelamente, o governo implementou um vasto programa de reassentamento, justificando que a dispersão rural dificultava a prestação de serviços e a implementação de políticas públicas. Inspirada nos princípios marxistas, a FRELIMO promoveu a criação de aldeias comunais, concebidas para reorganizar o espaço rural, promover a vida colectiva e formar o “homem novo socialista” (Cabrita, 2000). Além disso, a FRELIMO determinou que cada aldeia comunal deveria ter um órgão partidário, uma assembleia composta por membros nomeados pelo partido, organizações democráticas de massas, serviços de segurança e departamentos encarregados da difusão ideológica do partido (Forquilha, 2009).

Contudo, os esforços do governo não foram bem sucedidos. A população rural reforçou o apego às suas tradições e intensificou a desconfiança em relação à FRELIMO, agravada pela substituição das autoridades tradicionais por funcionários partidários, sobretudo provenientes do sul, o que aprofundou o distanciamento entre o Estado e as comunidades e acentou tensões regionais (Cabrita, 2000). Perante a resistência, o governo recorreu a medidas coercivas, como deslocações forçadas, intimidação por forças disfarçadas e a utilização de desastres naturais como justificativa para reassentamentos, além da repressão directa de líderes tradicionais através de detenções, envio para campos de reeducação e execuções (Forquilha, 2009; Gonçalves, 2006). Apesar dessas estratégias, o projecto socialista de transformação social fracassou, e as autoridades tradicionais mantiveram influência central na resolução de conflitos, na gestão de terras e na vida quotidiana das comunidades.

Durante o período colonial, na região de Sábie-Mangalane, o chefe do Posto, com o apoio dos régulos e das ndunas, determinava quais áreas seriam destinadas à ocupação pelos colonos. As autoridades tradicionais eram responsáveis por comunicar à população local a necessidade de

desocupar essas terras e por organizar a sua saída, o que resultou na transferência das comunidades africanas para áreas menos produtivas e marginalizadas, como terrenos secos ou baixos sujeitos a inundações frequentes, gerando condições críticas em várias localidades.

Fase II: Período da Guerra Civil

Em Moçambique foi alimentada não apenas por factores externos, mas também por tensões internas, particularmente a reacção às políticas socialistas da FRELIMO. A exclusão das chefias tradicionais, o carácter repressivo do partido único, as políticas impopulares de aldeamento e o preconceito urbano do governo geraram profundo descontentamento nas zonas rurais, criando um ambiente propício ao surgimento de um novo movimento insurgente, a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), fundado em 1979 para contestar essas formas de opressão e exclusão política (Gonçalves, 2006; Buur e Kyed, 2005).

Inicialmente, a RENAMO não tinha uma agenda política clara, alegava que a sua intenção era apenas substituir o aparelho militar quando chegasse ao poder (Cabrita, 2000; Forquilha, 2010). No entanto, o movimento desenvolveu posteriormente uma agenda política mais coerente, que incluía a implementação de um modelo de desenvolvimento com um pendor capitalista e a restauração da liderança tradicional nas zonas rurais (Gonçalves, 2004). Com base nessas propostas, muitas comunidades rurais espalhadas pelo país, estavam frequentemente predispostas a colaborar com esta nova revolta militar, percebendo na RENAMO uma oportunidade de resistir ao partido-estado da FRELIMO, que as havia marginalizado, humilhado e submetido a diversos abusos políticos, culturais e sociais, e de recuperar a dignidade e autoridade (Geffray, 1990).

Nesta oportunidade, a RENAMO passou a recrutar combatentes e buscar apoio junto das autoridades tradicionais nas regiões sob seu controlo, integrando-as na sua estratégia político-militar (Forquilha, 2009). Essa aproximação permitiu ao movimento mobilizar apoio comunitário, garantir a sua sobrevivência e ampliar o controlo territorial. Como parte desse processo, a RENAMO estabeleceu bases militares em áreas rurais estratégicas, apoiando-se nos líderes tradicionais reinstaurados, que desempenharam um papel central na administração local e na logística militar, incluindo o fornecimento de alimentos, abrigo e informação aos combatentes (Cabrita, 2000; Buur e Kyed, 2005).

Segundo O’Laughlin (2000), o restabelecimento dessas chefias contribuiu para aumentar a relutância da FRELIMO em relação ao sistema de autoridade tradicional, uma vez que essas lideranças, historicamente vistas como colaboradoras do regime colonial, agora actuavam também em apoio à RENAMO. Dessa forma, os líderes tradicionais assumiram um papel ambíguo, ao

mesmo tempo mediadores junto das comunidades e facilitadores da insurgência, reforçando a tensão entre Estado e estruturas tradicionais locais.

Durante a guerra, a RENAMO consolidou o seu controlo sobre a região de Mangalane, estabelecendo uma base militar estratégica. Esse alinhamento reforçou o papel das chefias tradicionais junto ao movimento, mas comprometeu a relação de confiança dessas lideranças com o Estado no período pós-conflito, perpetuando tensões entre o governo central e as estruturas tradicionais locais (Ducrot e Givá, 2022).

Fase III: Período Democrático

Após o término da guerra civil em 1992, a FRELIMO procurou consolidar sua influência nas áreas rurais, então dominadas pela RENAMO, promovendo reformas políticas que redefiniram o papel das chefias tradicionais no processo de descentralização (Forquilha, 2010). A promulgação da Lei n.º 3/94 marcou um avanço no reconhecimento formal das autoridades tradicionais; todavia, a sua aplicação foi acompanhada por fortes tensões políticas, motivadas pelo temor de que a RENAMO viesse a consolidar a sua influência ao nível local através dessas estruturas. Em resposta a essas preocupações, a Constituição de 1996 e a Lei 2/97 restringiram a autonomia das autoridades tradicionais e limitaram a sua participação nos processos decisórios. No entanto, esses instrumentos legais não clarificaram de forma explícita as funções e competências dessas lideranças, resultando num enquadramento institucional pouco definido (Cabrita, 2000).

Somente com a aprovação do decreto 15/2000, as relações entre Estado e autoridades locais foram retomadas, ampliando o conceito de autoridades comunitárias para incluir chefes tradicionais (régulos), secretários de bairro e outros líderes locais, estes últimos frequentemente vinculados à Frelimo (Forquilha, 2010).

Essa medida diversificou os actores locais e enfraqueceu o monopólio dos chefes tradicionais como mediadores entre Estado e comunidades, especialmente em áreas antes dominadas pela RENAMO, onde a presença estatal era fraca ou ausente (Gonçalves, 2004). O processo de identificação de líderes legítimos mostrou-se mais complexo do que o previsto, com várias comunidades enfrentando disputas de sucessão e tensões entre elites tradicionais e representantes locais do Estado (O’Laughlin, 2000). Em algumas regiões, especialmente no sul de Moçambique, foram reconhecidos líderes sem vínculos históricos com suas comunidades, desafiando as concepções oficiais de legitimidade local (Buur e Kyed, 2006). Em certos casos, chefes tradicionais designados régulos foram reclassificados como líderes comunitários, enquanto outros

líderes paralelos foram nomeados, criando situações de dupla subordinação e conflitos internos (Gonçalves, 2004).

Estes conflitos e resistências no processo de identificação e nomeação de “líderes legítimos” resultaram das rivalidades históricas entre diferentes formas de liderança. A coexistência entre chefes tradicionais e novos actores locais reacendeu disputas por legitimidade, espaço político e controlo de recursos, num contexto marcado pelas tensões entre FRELIMO e RENAMO, o que comprometeu a aceitação dos líderes nomeados e enfraqueceu os processos de governança local (Gonçalves, 2006, Forquilha 2009,).

Para West (1999), estes resultados demonstram que a introdução de líderes comunitários esteve longe de representar uma restauração da tradição, como alegava a RENAMO durante a guerra cívil. Pelo contrário, o processo evidenciou uma tentativa do Estado de expandir o seu poder e controlo sobre as zonas rurais, através da cooptação de instituições políticas assentes em laços familiares.

Para além dos conflitos de sucessão entre as lideranças, muitos dos líderes comunitários recentemente eleitos mostraram-se pouco motivados com a sua integração na administração local, sobretudo por ocuparem uma posição marginal e não receberem qualquer forma de remuneração pelo exercício das suas funções (Gonçalves, 2006). Adicionalmente, os uniformes oficiais distribuídos pelo governo não respeitam as hierarquias tradicionais, levando chefes de escalões superiores, como os régulos, a ressentirem-se por, em alguns casos, receberem o mesmo tratamento dado a líderes de categorias inferiores, como os ndunas e ndotas.

Para captar e ilustrar melhor as transformações da estrutura hierárquica de liderança ao longo dos anos, a Tabela 2 sumariza as informações descritas acima.

Tabela 2: Evolução/transformação das estruturas de liderança local ao longo do tempo

Período	Pré-colonial	Colonial	Socialista/guerra civil	Democrática
Estrutura hierárquica da liderança	Hosi (Rei)/Régulo	Governador Colonial	Chefe de Localidade	Chefe de Localidade
	Ndunas (ministros); Tinyanga (curandeiros)	Comandantes Militares	Secretário de ciclo (+ grupos dinamizadores e vigilantes)	Régulo/ Líder comunitário
	Tindotas/Ndotas (conselheiros)	Régulos	Secretário de célula (+ grupos dinamizadores e vigilantes)	
		Ndunas e Ndotas	Chefe de zona	Chefe da zona
			Chefe de 10 casas	Chefe de 10 casas

				Ndunas Ndotas	e
--	--	--	--	------------------	---

A tabela indica que a mudança nas estruturas de liderança em Moçambique teve impactos significativos na estrutura de governança local, evidenciando uma clara tendência à centralização do poder. Observa-se uma transição de uma estrutura horizontal, caracterizada por processos decisórios realizados por pessoas detentoras de conhecimento, como o régulo em conjunto com seus conselheiros no período pré-colonial, para uma estrutura vertical e hierárquica nos períodos subsequentes.

Mesmo com o processo de descentralização nos anos 1990 e o reconhecimento formal das autoridades comunitárias pelo Decreto 15/2000, manteve-se uma estrutura de liderança fortemente hierárquica, marcada pela ambiguidade de papéis e pela coexistência conflictuosa entre diferentes lideranças. Assim, apesar do debate académico defender modelos horizontais e participativos, a evolução prática da governação em Moçambique seguiu no sentido oposto, consolidando o controlo central e limitando a participação efectiva dos actores locais.

2.3.4. Formas de obtenção de poder na tribo shangana

O poder é um conceito complexo e multifacetado que desempenha um papel fundamental na sociedade Bantu. Segundo Junod (1966) citado por Feliciano (1989), a tribo shangana possui uma estrutura social baseada em laços de parentesco, linhagens e clãs, onde o poder é entendido como uma combinação de status social, autoridade e a capacidade de influência. A seguir apresenta as principais formas de obtenção de poder na tribo shangana:

- *Linhagem e parentesco:*

Na tribo shangana, uma das principais maneiras de obter poder é através de laços de linhagem e parentesco. A herança de poder, como a liderança política, muitas vezes depende de laços familiares e sucessão hereditária (Kuper, 1960). Segundo o mesmo autor, a forma de obtenção de poder através de laços de parentesco e linhagem garante uma sensação de continuidade e estabilidade dentro da comunidade.

- *Conhecimento e Experiência*

De acordo com Loubser (2005), indivíduos que possuem conhecimento ou experiência especial também podem ganhar poder dentro das sociedades Bantu, através de uma compreensão profunda de plantas medicinais ou curativas. A aquisição e o compartilhamento de conhecimento aumentam a reputação e a influência de um indivíduo dentro da comunidade, podendo ser selecionados ou

nomeados para cargos de poder, como ser um conselheiro do chefe ou um conselheiro na resolução de disputas.

- *Riqueza*

A acumulação de riqueza e recursos, como gado, terra ou bens comerciais valiosos, pode levar ao aumento do status social e do poder, afirma Loubser (2005). O autor afirma ainda que, a riqueza não apenas fornece aos indivíduos um meio para atender às suas necessidades, mas também estabelece um senso de prestígio e respeito.

De acordo com Feliciano (1998), a riqueza para este povo é definida em relação à posse de mulheres e de bens de prestígio, sem ter em conta a acumulação de bens de consumo. Entre os principais indicadores de riqueza destacam-se o número de mulheres e de bois, visto que são a expressão do estatuto social de quem tem acesso (e sucesso), e ainda, porque são as grandes reservas reprodutivas de força de trabalho e de recursos económicos, pelo acesso que garantem a bens alimentares de sobrevivência

2.4. Quadro Analítico Adoptado

O presente estudo adopta a Teoria da Participação e a perspectiva de poder de James Scott como quadro teórico para compreender as dinâmicas de participação, influência e tomada de decisão na governança local.

A Teoria da Participação sustenta que o envolvimento activo dos cidadãos nos processos de tomada de decisão contribui para a inclusão social, o fortalecimento da democracia, a legitimidade das decisões e uma gestão mais eficaz dos recursos colectivos (Arnstein, 1969; Cornwall, 2008). Esta abordagem destaca a importância da criação de espaços participativos que permitam aos diferentes grupos expressar as suas necessidades, interesses e prioridades, promovendo uma governança mais inclusiva e transparente. Contudo, uma das suas limitações consiste na tendência para assumir que os diferentes actores dispõem de oportunidades semelhantes para participar e influenciar os processos decisórios, dedicando atenção limitada às desigualdades de poder que condicionam o acesso aos espaços de decisão e a capacidade efectiva de influenciar os seus resultados (Cooke e Kothari, 2001).

Por sua vez, a perspectiva de James Scott (1985; 1990) centra-se na análise das relações de poder, dominação e resistência presentes no quotidiano das comunidades. Esta abordagem permite compreender como o poder se manifesta para além das estruturas formais, através de relações

sociais, alianças, redes de influência e formas de legitimidade socialmente construídas. Scott argumenta que os actores com menor poder formal não são necessariamente passivos, desenvolvendo estratégias subtis de negociação, adaptação e resistência. Neste contexto, introduz o conceito de *weapons of the weak* (armas dos fracos), que se refere a formas discretas e quotidianas de resistência, como a evasão, a dissimulação, a cooperação parcial ou o incumprimento silencioso. O autor desenvolve igualmente o conceito de *hidden transcripts* (discursos ocultos), que descreve as críticas, interpretações e formas de contestação expressas fora dos espaços dominados pelos grupos detentores do poder, permitindo aos grupos subordinados construir narrativas alternativas e negociar a sua posição social (Scott, 1990). Apesar dos seus contributos para a compreensão das dimensões informais do poder, esta perspectiva dedica menor atenção às estruturas institucionais formais e aos mecanismos organizacionais que moldam os processos de tomada de decisão, privilegiando sobretudo as interações quotidianas e as formas informais de dominação e resistência (Hayward e Lukes, 2008).

Neste estudo, as duas perspectivas são utilizadas de forma complementar. A Teoria da Participação permite analisar os espaços, mecanismos e oportunidades de envolvimento dos diferentes actores nos processos de governança local, enquanto a perspectiva de Scott auxilia na compreensão de como as relações de poder, as alianças sociais, as linhagens de liderança e as formas informais de influência moldam a participação e a tomada de decisão. A articulação destas abordagens possibilita compreender não apenas quem participa e de que forma participa, mas também como as relações de poder existentes influenciam os resultados dos processos participativos, contribuindo para a inclusão de alguns actores e para a exclusão ou marginalização de outros.

Neste contexto, a Teoria da Participação foi operacionalizada através da análise dos espaços participativos promovidos pelo ProSuLi, considerando os actores envolvidos, a diversidade social e territorial, os padrões de participação e os processos de tomada de decisão. Esta análise permitiu avaliar o nível de inclusão e a contribuição destes espaços para a governança local. Por sua vez, a perspectiva de James Scott foi aplicada na análise das relações entre líderes e membros da comunidade, das interações entre linhagens e zonas territoriais, bem como das relações de parentesco e dos níveis de influência na gestão dos recursos naturais, entendidos como expressões de legitimidade social e de poder exercido no quotidiano.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta procedimentos metodológicos usados no presente trabalho. Os assuntos arrolados neste capítulo são: descrição da área de estudo, descrição das variáveis por objectivo de estudo, a técnica de recolha de informação, descrição da amostragem (tamanho da amostra e o tipo de amostragem); bem como as técnicas de análise de dados que foram usadas no trabalho.

3.1.Descrição da Área de Estudo

O Povoado de Mavungune é uma das 7 aldeias que compõem a Localiadde Mangalane, uma comunidade localizada numa região semi-árida, no interior do sul de Moçambique, Província de Maputo, Distrito de Moamba, Posto Administrativo de Sabié, que dista a 150 quilómetros da Fronteira de Ressano Garcia entre África Sul e Maputo (ver Figura 1). Limita-se a Norte com o rio Massitonto (ou Nwaswitsontso); a Oeste encontra-se o Sabié Game Park, que faz fronteira com o Kruger Park na África Sul, e integra a área de conservação transfronteiriça de Lebombo, e na parte sul da comunidade está localizada a barragem de Corrumana.

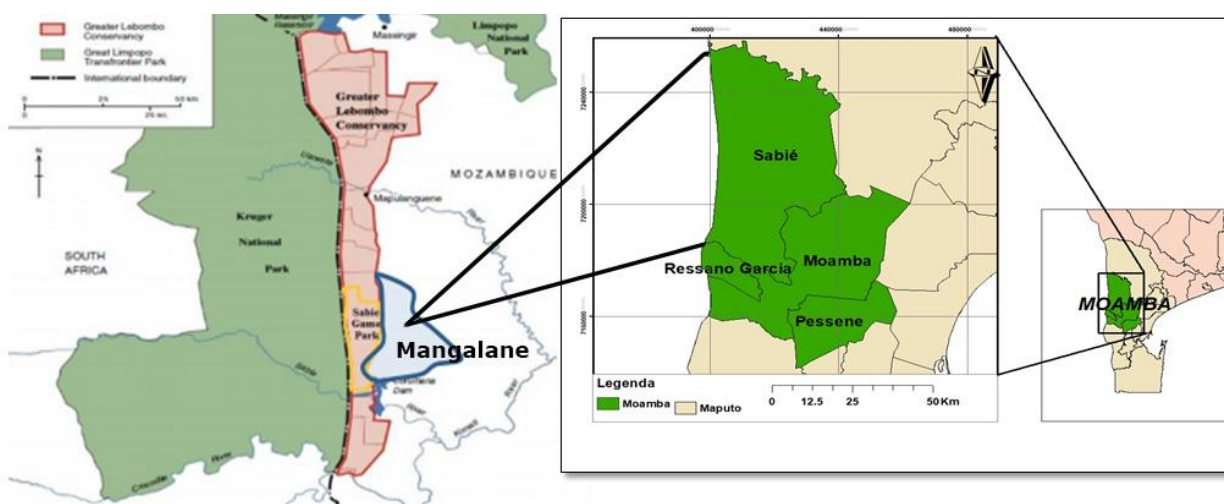


Figura 1 Localização geográfica da comuniadde de Mavunguane

O clima é predominantemente semi-árido, caracterizado por longos períodos de seca durante o inverno, sobretudo entre os meses de Maio e Agosto, quando a precipitação média mensal não ultrapassa os 20 mm, cujo o episódio mais recente de seca severa foi registado em 2016. Em contraste, o período chuvoso alcança o seu pico em janeiro, mês em que a precipitação média atinge aproximadamente 120 mm. As populações destes povoados são essencialmente falantes da língua shangane e vivem de forma dispersa em áreas extensas.

O Povoado de Mavunguane é formado por quatro zonas, nomeadamente: Manhinhane com 25 agregados familiares (AFs), Ganguene (11 AFs), Mavunguane-Escola (25 AFs) e Tafula (26 AFs). Os principais serviços básicos da comunidade, como Escola, Posto de saúde, fonte de água funcional, encontram-se concentrados na zona de Mavunguane-Escola.

Constituem actividades económicas dominantes desta comunidade: a agricultura, a criação de gado e a produção de carvão vegetal. A agricultura é predominantemente de sequeiro e de subsistência, tendo como principais culturas produzidas as seguintes: milho, amendoim, mandioca (Relatório do ProSuLi, 2023).

3.2.Breve descrição histórica das comunidades de Mangalane

Mangalane é uma região dominada por povos da cultura Shangane, oriundos das migrações da região de kwazulo Natal. Historicamente, a tribo Shangane surgiu quando o rei Shaka do Zulu, enviou o fundador do reino de Gaza, Soshangane (*Manikusse*) para conquistar o povo Tsonga na área do actual sul de Moçambique, no século XIX, afirma Junod (1912) citado por Feliciano (1989).

Em virtude da invasão dos ngunis, entre as décadas 1820 a 1845, numerosos grupos tsongas emigraram para Trasvaal (África de sul) para escapar de domínio do Soshangane, visto que os ngunis temiam uma confrontação com os bóeres já estabelecidos naquela região (Magode, 2003; Junod, 1912). Os Shanganes são uma mistura de Nguni (um grupo linguístico que inclui Swazi, Zulu e Xhosa) e falantes de Tsonga (tribos Ronga, Ndzawu, Shona, Chopi), que Soshangane conquistou e dominou.

Na década de 1895, o Posto Administrativo de Sabié, que era conhecida como Mabila, foi dividida pelos Portugueses em 4 regulados, nomeadamente: Sepembane, Chiquizela, Maguane e Vaja. A inclusão do Regulado de Mangalane neste Posto Administrativo foi dada mais tarde, em 1956, onde era constituída inicialmente pelos povoados Boi, Costine, Langa, Mavivine, Magunela, Mukakaza (Filipe, 2005; Magode, 2003).

Adicionalmente, nos períodos colonial e pós-colonial, a comunidade de Mangalane foi marcada por diversas deslocações, que de certa forma influenciaram nas dinâmicas socioculturais e políticas pré-existentes na comunidade. Entre as mais significativas destacam-se aquelas influenciadas por aspectos políticos, como as guerras; intervenções de desenvolvimento, como a construção da barragem de Corumana; e por medidas de conservação ambiental, como o estabelecimento de da reserva de caça Sabié Game Park.

3.3. Tipo de Pesquisa

O presente trabalho adoptou uma abordagem essencialmente qualitativa, devido ao seu enfoque histórico de análise. Mas, recorreu também a métodos quantitativos, através de inquéritos, para recolher dados sobre o nível de posse de bens das diferentes linhagens em distintos períodos históricos.

Importa sublinhar que a componente quantitativa não foi concebida para fins de generalização estatística, mas sim para complementar a análise qualitativa, através da identificação de padrões de percepção e da verificação da consistência dos dados obtidos por meio de entrevistas, observação e análise documental. Assim, a integração dos dados seguiu uma lógica de triangulação metodológica, permitindo confrontar e complementar os resultados qualitativos e quantitativos, contribuindo para confirmar tendências identificadas no trabalho de campo, evidenciar diferenças entre grupos sociais e reforçar a robustez das interpretações (Creswell, 2014).

3.4. Tamanho da amostra e o tipo de amostragem

Nesta secção, apresenta-se a descrição do tamanho da amostra e do tipo de amostragem utilizado para identificação e selecção dos indivíduos que constituem a população de interesse do presente estudo, que incluem os informantes-chaves e os membros da comunidade.

3.4.1. Tamanho da amostra

O universo populacional do presente estudo é constituído pelos agregados familiares do povoado de Mavunguane, divididos em diferentes categorias mediante os objectivos, nomeadamente agregados familiares, anciãos e actores que integram a estrutura de liderança local. A selecção desta população de interesse baseou-se nas seguintes características:

- Anciãos com conhecimento profundo sobre a história do estabelecimento da comunidade e assentamento das famílias e anciãos mais velhos das diferentes linhagens;
- Membros da comunidade que ocupam uma posição na estrutura de liderança local; e
- Agregados familiares representates das 4 zonas integrantes do povoado de Mavunguane

Para identificação dos anciãos das diferentes linhagens de liderança, fez-se um levantamento ao nível das diferentes linhagens para identificação dos indivíduos com as seguintes características: pessoa mais velha da família; indivíduo que vivenciou o estabelecimento da família em Mangalane e que ainda reside na comunidade; indivíduo que possui conhecimento profundo e detalhado sobre

a história de origem, estabelecimento e aquisição de poder da sua família e disponibilidade para a entrevista.

A partir deste informante inicial, perguntou-se sobre a existência de outras pessoas com igual conhecimento, recorrendo-se à técnica de bola de neve para a identificação dos anciãos seguintes. No total, foram entrevistados dez anciãos das diferentes linhagens, cuja distribuição foi a seguinte:

Linhagens	Nr de entrevistados	Sexo
Zitha	2	Masculino; Feminino
Muconto	2	Masculino; Feminino
Chihesse	2	Masculino; Masculino
Bila	1	Masculino
Sibui	1	Masculino
Sitoe	1	Masculino
Matusse	1	Masculino

Importa referir que nem todas as linhagem disponham de informantes chaves de ambos sexos com as características pré-definidas ou com informação histórica. Por isso, a inconsistência no número e no sexo dos entrevistados. Tal facto pode estar associado ao estabelecimento mais recente dessas linhagens, em comparação com as demais, o que implica que não vivenciaram o processo evolutivo de estabelecimento das famílias.

Para a identificação e selecção dos dos actores da estrutura de liderança procedeu-se da seguinte forma: Primeiro, questionou-se o régulo sobre quais eram os actores que compõem a estrutura de liderança de Mavunguane, sendo apontado o líder comunitário e alguns ndotas (ndota 1, ndota 2, ndota 3, ndota 4 e ndota 7). Em seguida, o líder comunitário foi igualmente consultado, fornecendo uma lista que foi posteriormente triangulada com a indicada pelo régulo. Por fim, os indivíduos identificados foram contactados para a realização das entrevistas.

A amostra dos agregados familiares foi seleccionada com base num universo de 87 agregados familiares, identificado através de um censo realizado pelo líder comunitário em Outubro de 2022. triangulado com informação do números de famílias de cada um das zonas fornecido pelos *ndotas* (conselheiros), que em muitos casos desempenham o papel de secretários dos bairros para conferir garantir maior precisão e confiabilidade das informações. O tamanho da amostra foi determinado através da fórmula de Krejcie e Morgan (1970), adequada para populações finitas.

A seguir a fórmula sugerida pelos autores Krejcie e Morgan (1970) para a determinação do tamanho da amostra:

$$n = \frac{X^2 * NP(1-P)}{d^2 (N-1) + X^2 * P(1-P)}$$

Onde:

n= tamanho da amostra; N= universo da população (87); P= parâmetro da população da variável (P=0.5); X^2 = a probabilidade é de 95%, o equivalente á 1.96; d^2 = intervalo de confiança escolhido (5%). Assim, teremos:

$$n = \frac{1.96^2 * 87 * 0.5(1-0.5)}{0.05^2(87-1) + 1.96^2 * 0.5(1-0.5)}$$

n= 71 agregados familiares

3.4.2. Tipo de amostragem

Como mencionado anteriormente, a comunidade encontra-se dividida em quatro zonas e, para garantir a inclusão das diferentes perspectivas dos agregados familiares distribuídos por essas zonas, adoptou-se a amostragem estratificada proporcional na selecção dos entrevistados. Assim, cada zona foi considerada um estrato, dado que apresentam diferenças entre si, mas uma relativa homogeneidade dentro de cada uma das zonas.

A utilização de amostragem estratificada proporcional, com base nas diferentes zonas da comunidade, visou assegurar a representação equilibrada dos diversos grupos sociais, num contexto caracterizado por heterogeneidade territorial e social. Esta opção permitiu incluir segmentos da população com diferentes níveis de acesso a recursos, estatuto social e proximidade às estruturas de poder, evitando a sobre-representação de grupos mais visíveis ou influentes e garantindo a captação de variações internas nas percepções da comunidade.

Para determinar o número de indivíduos seleccionados por zona, seguiu-se os seguintes passos:

1- Calcular a proporcionalidade amostral através da fórmula abaixo:

$$n_h = \frac{n}{N} * 100\%$$

Onde: N= tamanho da população; n= tamanho da amostra; e n_h =numero de elementos a serem sorteados em cada estrato

Assim, teremos:

$$n_h = \frac{71}{87} * 100\%$$

$$n_h = 81,6\%$$

- 2- Calcular o número de elementos a serem sorteados em cada estrato usando a proporcionalidade calculada.

Estratos (zonas)	População por zona	Percentagem (%)	Amostra
Manhinhane	25	81,6	20
Guanguene	11	81,6	10
Mavunguane-Escola)	25	81,6	20
Tafula	26	81,6	21
Total	87		71

3-Por fim, realizou-se uma amostragem aleatória simples dentro de cada estrato. Este método constitui primeiro na atribuição de um número a cada agregado familiar, visto que existe uma lista nominal dos agregados familiares, de seguida colocou-se num recipiente e fez-se o sorteio, um por um sem repetição até completar o número de elementos de cada estrato.

3.5.Procedimentos Metodológicos por Objectivo

Nesta secção são apresentados os procedimentos metodológicos adoptados para cada objectivo específico do estudo. Para o efeito, foram identificadas as variáveis operacionalizadas, o tipo de informação recolhida, as técnicas de recolha de dados utilizadas, as respectivas fontes de informação e as técnicas de análise aplicadas. Esta sistematização visa demonstrar a articulação entre os objectivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para a produção e análise dos dados.

3.5.1. Operacionalização do Primeiro Objectivo

Para a operacionalização do primeiro objectivo, procedeu-se ao levantamento do contexto sociocultural, político e organizativo da comunidade de Mavunguane, com enfoque na identificação das linhagens existentes, no processo histórico do seu estabelecimento e nas suas origens. Paralelamente, foram analisadas as relações sociais entre as principais linhagens, o seu perfil socioeconómico e a posição que ocupam na comunidade, de modo a compreender os factores associados ao exercício do poder e ao *status* social.

Adicionalmente, realizou-se o mapeamento da estrutura organizativa e de liderança local, identificando os diferentes actores envolvidos, as relações hierárquicas existentes e os papéis desempenhados na governança local na percepção dos próprios e dos membros da comunidade. Foram igualmente analisados os factores que influenciam o nível de influência exercido pelas

diferentes linhagens, incluindo elementos simbólicos de poder, como a posse de terra, condição de habitação, tamanho do gado e meios circulantes em distintos períodos históricos. Contudo, apenas o tamanho do gado e os meios circulantes foram considerados na análise, por terem sido os únicos indicadores que demonstraram variações relevantes entre as linhagens ao longo do tempo.

A Tabela 3 apresenta as variáveis, técnicas de recolha de dados e fontes usadas para responder o primeiro objectivo do estudo:

Tabela 3: Descrição das variáveis, técnicas de recolha de dados e fontes usadas

Variável	Informação recolhida	Fontes	Técnica de recolha de dados
Perfil das Linhagens nos diferentes períodos históricos (estabelecimento, guerra colonial, Guerra civil e Pós acordos de paz)	- Diferentes linhagens que integram a estrutura de liderança e respectivo histórico de assentamento - Origem, período e local de estabelecimento, razões da migração - Mobilidade durante a guerra e outros eventos, meios de subsistência, papel ou função desempenhado na comunidade ou na estrutura de liderança - Tipo de influência exercida (conhecimento espiritual, tradicional, posse de bens, etc)	10 anciãos das diferentes linhagens Actores da estrutura de liderança (régulo, líder comunitário e 9 ndotas)	Entrevista semi-estruturada Perfil histórico Inquérito
Status social com indicadores de poder nos diferentes períodos históricos	- Posse de bens - Tamanho do gado bovino - Posse de terra - Meios circulantes	10 anciãos das diferentes linhagens	Inquérito
As linhagens que integram a estrutura de liderança	Nomes dos diferentes actores que integram a estrutura de lideranças, o sexo, designação das respectivas famílias e o grau de parentesco	Actores da estrutura de liderança (régulo, líder comunitário e 9 ndotas)	Entrevista semi-estruturada
Estrutura de organização da liderança nos diferentes períodos (colonial, guerra-civil e actual)	Intervinientes que compõem a estrutura, a relação hierárquica entre os actores, os papéis e responsabilidades	10 anciãos das diferentes linhagens	Entrevista semi-estruturada
Estrutura organizativa e de liderança	- Estrutura de liderança - Organização da estrutura de liderança - Actores que integram a estrutura de liderança - Papéis dos diferentes actores na estrutura de liderança - Ligação social entre os actores	Informantes-chave (4 Anciãos de cada zona); Actores da estrutura de liderança (régulo, líder comunitário e 9 ndotas)	Entrevista semi-estruturada e Discussão em grupo
Relação social existentes entre as linhagens	Grau de parentesco entre as diferentes linhagens	10 anciãos das diferentes linhagen	Entrevista semi-estruturada

			Matriz para triangulação da informação
Percepção da comunidade sobre o papel dos actores integrantes da estrutura de liderança	• Papel e responsabilidades percebidos pelos membros da comunidade como sendo desempenhados por diferentes actores da estrutura de liderança • Tipo de decisões tomadas por cada tipo de poder	71 Membros da comunidade	Entrevista semi-estruturada

Para análise de dados qualitativos, recorreu-se essencialmente à técnica de coincidência de padrões, a qual permitiu comparar, agrupar e interpretar as respostas obtidas em torno das variáveis de interesse. O processo iniciou-se com a transcrição integral das entrevistas e, posteriormente, as respostas referente a cada variável considerada foram agrupadas, comparadas e identificadas as tendências, similaridades e diferenças.

No caso do historial das diferentes linhagens, a análise centrou-se na identificação das versões convergentes e divergentes quanto aos períodos de migração, razões de deslocamento, actividades de sustento em diferentes fases e posições de poder ocupadas. O mesmo procedimento foi aplicado às informações sobre a estrutura organizativa e de liderança, onde se procurou encontrar padrões na forma como os entrevistados descrevem os actores envolvidos, suas funções e as ligações sociais entre eles.

Para a análise da posse de bens, os dados foram organizados numa base de dados e, em seguida, recorreu-se à estatística descritiva, com o objectivo de calcular frequências e percentagens das variáveis associadas ao perfil das linhagens, com base nos indicadores previamente estabelecidos. Os resultados foram igualmente sistematizados em gráficos, de modo a facilitar a sua visualização, comparação e interpretação.

A análise das relações sociais foi feita explorando o grau de parentesco entre as diferentes linhagens identificando os vínculos de parentesco e as formas de interdependência existentes. Numa segunda dimensão de análise, examinou-se como essas ligações moldam a estrutura de liderança, definem hierarquias e influenciam a distribuição do poder. Em relação à influência percebida pelos informantes-chaves na estrutura de governança local, a coincidência de padrões foi fundamental para analisar os papéis e responsabilidades assumidas e também os atribuídos, bem como as formas de poder exercido pelos actores de liderança para posterior comparação a partir do contexto histórico e social descrito nas entrevistas.

Após a comparação das narrativas, as respostas semelhantes foram agrupadas, enquanto as divergências foram interpretadas com base nos factos narrados e na triangulação com outras fontes documentais. Finalmente, as informações foram sistematizadas em tabelas e diagramas, de modo a facilitar a visualização dos resultados, sua interpretação e análise.

3.5.2. Operacionalização do Segundo Objectivo

Paralelamente, procurou-se compreender a configuração do poder e a influência dos actores na governança local, considerando três parâmetros de análise: (i) as formas de poder propostas por Gaventa (2019; 2006); (ii) o nível de influência revelado pela análise de relações de parentesco; e (iii) a percepção da comunidade sobre o nível de influência dos actores na gestão dos recursos comuns. A seguir é apresentado um resumo da metodologia utilizada para a recolha e análise de dados, detalhando os procedimentos aplicados a cada parâmetro analisado:

Formas de poder exercidas pelos actores da liderança

A configuração do poder centra-se no exercício do poder pelos indivíduos, sendo este conceptualizado como “a capacidade desigual dos diferentes actores para influenciar os objetivos, processos e resultados” da tomada de decisão (Morrison *et al.*, 2019). Para a análise, adoptaram-se as formas de poder propostas por Gaventa (2019), poder visível, poder oculto e poder invisível. As formas de poder foram identificadas por meio da análise de como os diferentes actores exercem o poder, considerando tanto a percepção dos próprios líderes quanto a da comunidade, permitindo assim evidenciar convergências e divergências. A seguir, apresenta-se a Tabela 4 que sintetiza as variáveis analisadas para a identificação das formas de poder.

Tabela 4. Descrição das variáveis analisadas para identificação das formas de poder

Formas de Poder (Gaventa, 2006)	Critério/Variável
Visível	• Fonte de poder expresso (legal) ou explícito (regras consuetudinárias) • Suporte formal/suporte para exercício do poder expresso
Oculto	• Exercício de poder não expresso • Status do actor : posse de bens (meios circulantes, tamanho do gado); grau de respeito
Invisível	• Exercício de poder não expresso • Conhecimento espiritual/ práticas de magia • Grau de intimidação percebida (medo/temido)

Nível de influência com base na análise de redes sociais

Ao analisar o poder em termos de influência dos actores, este trabalho concebe a influência como a capacidade de um actor de modificar a acção de outro, restringindo as alternativas disponíveis no processo de tomada de decisão (Siangulube *et al.*, 2022). Assim, caracterizar os actores, as suas relações (laços) e redes ajuda a identificar actores influentes e periféricos na rede de governança, quem está ligado a quem, a extensão dessas ligações e as suas implicações para as relações de poder. Para a análise, foram examinadas as relações de parentesco entre os actores que integram a estrutura de liderança, utilizando as métricas de grau de centralidade, centralidade de proximidade e centralidade de intermediação, com o propósito de modelar a influência dos diferentes actores, definidas da seguinte forma (Bodin e Crona, 2009):

Grau de centralidade (*Degree Centrality*): refere-se ao número de conexões directas que um nó (actor) possui em uma rede. Quanto maior o grau, mais conectado está o actor, indicando maior visibilidade, influência directa ou capacidade de acessar informações rapidamente. Nesta métrica, foram atribuídos pesos às análises, considerando que as relações entre os actores diferem em intensidade e relevância, de modo a reflectir com maior precisão a força de cada conexão. Os pesos variaram de 1 a 3, de acordo com a proximidade e intensidade da relação:

- **Peso 3:** relações próximas e fortes, como vínculos directos de sangue (pais, filhos, irmãos) ou uniões maritais
- **Peso 2:** relações de intensidade média, como parentes de segundo grau (tios, sobrinhos, primos)
- **Peso 1:** relações distantes ou fracas, correspondentes a parentes de terceiro grau, como primos de segundo grau, tios-avós ou sobrinhos-netos

A aplicação desses pesos permite que a análise capture não apenas o número de ligações de cada actor, mas também a força relativa de cada relação, reflectindo de forma mais fiel os níveis diferenciados de influência e poder entre os actores.

Centralidade de proximidade (*Closeness Centrality*): mede a distância média de um nó em relação a todos os outros nós da rede. Um nó com alta centralidade de proximidade pode alcançar

os outros actores mais rapidamente, sendo capaz de difundir informações ou influenciar a rede de forma eficiente.

Centralidade de intermediação (*Betweenness Centrality*): indica a frequência com que um nó actua como intermediário ou “ponte” em caminhos mais curtos entre outros pares de nós.

Actores com alta centralidade de intermediação têm maior controle sobre o fluxo de informações e recursos na rede, podendo influenciar ou mediar interacções entre diferentes grupos.

O mapeamento das redes sociais foi realizado utilizando o software KUMU (<https://www.kumu.io>), uma aplicação gratuita e de fácil utilização. O KUMU permite a visualização e análise de redes complexas, integrando informações sobre os actores e suas interacções em diagramas interativos. O software possibilita calcular métricas de centralidade, identificar actores-chave, mapear conexões e fluxos de influência, além de oferecer ferramentas para organizar os dados de forma clara, facilitando a interpretação das estruturas e dinâmicas das redes sociais analisadas (Siangulube *et al.*, 2022).

Nível de influência dos actores na gestão dos recursos comuns na percepção da comunidade

A análise baseou-se na ferramenta de mapeamento de poder proposta por Schiffer (2005), que permite recolher dados sobre o poder percebido dos diferentes actores num determinado campo político. Esta ferramenta possibilita a obtenção de dados quantitativos, referentes ao peso atribuído a cada actor, e dados qualitativos, relativos às razões subjacentes a essa atribuição, permitindo uma compreensão empírica mais aprofundada do papel do poder nos processos de governança.

Para a análise, definiram-se inicialmente as questões analíticas com base nos recursos considerados mais relevantes pela comunidade, com enfoque na identificação dos actores envolvidos nos processos de tomada de decisão e respectivo peso de influência de cada um. As questões analisadas incluíram: a atribuição de terra para construção de habitações, a alocação de áreas florestais para exploração de carvão, a escolha do local para o estabelecimento de infraestruturas de água e a resolução de conflitos relacionados com o roubo de gado.

Em seguida, foi aplicado um questionário aos membros da comunidade. Numa primeira fase, os entrevistados foram solicitados a identificar os actores envolvidos em cada uma das questões analisadas. Após essa identificação, cada entrevistado foi convidado a atribuir pesos relativos a influência dos diferentes tipos de liderança na tomada de decisão, utilizando um conjunto de dez pedrinhas, correspondentes a 100% do poder percebido. Portanto, as 10 pedrinhas foram

distribuídas de acordo com a percepção do entrevistado sobre o nível de influência de cada actor da liderança nos processos de tomada de decisão relativos às questões em análise.

A atribuição dos pesos obedeceu às seguintes regras: (i) quanto maior a influência percebida de um tipo de liderança, maior o número de pedrinhas atribuído; (ii) quanto menor a influência percebida, menor o número de pedrinhas atribuído; e (iii) diferentes tipos de liderança podiam receber o mesmo número de pedrinhas, caso fossem percecionados como tendo níveis de influência semelhantes.

Para a análise, recorreu-se à estatística descritiva através de frequência e percentagem, com o objectivo de quantificar o nível de influência percebida dos diferentes actores nas questões analisadas. Primeiro, com o auxílio do pacote estatístico SPSS, versão 25, procedeu-se à criação de uma base de dados a partir das informações levantadas. Em seguida, calculou-se a pontuação média das respostas de cada entrevistado em relação ao peso atribuído aos actores para cada questão, permitindo determinar o nível médio de influência percebida de cada tipo de liderança. Posteriormente, essas médias foram convertidas para uma escala de Likert (0–5), adoptando-se a escala proposta por Siangulube *et al.* (2022), em que 0 corresponde a nenhuma influência e 5 ao nível máximo de influência percebida. Por fim, os resultados foram representados graficamente, possibilitando uma visualização clara e comparativa da influência dos actores e dos diferentes tipos de liderança em cada questão.

3.5.3. Operacionalização do Terceiro Objectivo

Além disso, procedeu-se à análise do papel e da influência dos diferentes actores da liderança ao longo das várias fases de implementação do projecto, com ênfase no acompanhamento do processo, nos temas discutidos, na participação dos intervenientes e, particularmente, nos membros da estrutura de liderança, considerando o papel, a influência exercida e os resultados alcançados. A análise também incorporou uma revisão retrospectiva das narrativas dos participantes, visando avaliar o alcance da intervenção e o nível de influência obtido.

Importa referir que todas as intervenções do projecto ProSuLi foram cuidadosamente documentadas, seguindo o princípio de pesquisa acção (McNiff e Whitehead, 2009), o que permitiu uma análise reflexiva dos processos facilitados e dos resultados obtidos. A seguir,

apresenta-se uma tabela que resume as variáveis analisadas em relação aos aspectos mencionados acima.

Variável	Informação a recolher	Fontes	Método/técnica
Participação dos actores nas fases de implementação do projecto	- Fases de implementação do projecto e respectivo objectivo - Actores envolvidos nas diferentes fases do projecto (nr de participantes, diversidade de zona, linhagens); - Tipo de participação (quem entrevistou com frequência, quem não entrevistou, quem assumiu papel activo/alguma função durante as fases, etc) - Tipo de decisão tomada pelos actores nas diferentes fases	Todos relatórios dos processos de intervenção que abordam as diferentes etapas do estabelecimento da infraestrutura de água do projecto, ProSuLi	Pesquisa documental
Influência da participação dos actores nas diferentes fases	Narrativas dos participantes e factos que evidenciam a influência dos actores nos assuntos discutidos ou decididos		

A análise de conteúdo foi utilizada para examinar as variáveis relacionadas com o processo de implementação do projecto ProSuLi. O procedimento adoptado consistiu nas seguintes etapas:

1. *Organização dos relatórios*: Todos os relatórios referentes ao processo de implementação do projecto foram reunidos e sistematicamente organizados. Para facilitar a visualização e análise posterior, as informações foram estruturadas em formato de tabela utilizando o Excel, permitindo uma visão clara de cada actividade realizada.
2. *Categorização por fases*: Os relatórios foram classificados de acordo com as diferentes fases do projecto, considerando o tipo de evento e os objectivos específicos de cada missão. Essa etapa permitiu organizar a informação de forma cronológica e temática, facilitando a análise subsequente.
3. *Seleção e registo das informações*: Para cada fase identificada, foram registadas informações detalhadas sobre os eventos ocorridos, incluindo datas, objectivos específicos de cada missão, principais decisões tomadas e assuntos discutidos. Foram também documentados os participantes, abrangendo os actores da liderança envolvidos, o número de membros da comunidade por zona e outros participantes relevantes que contribuíram para as actividades. Além disso, foram reunidas narrativas e evidências, consistindo em relatos detalhados das interacções, factos que demonstram a influência dos actores e outros elementos observacionais. Por fim, foram realizadas análises reflexivas, oferecendo uma

interpretação crítica das narrativas e factos identificados, permitindo compreender melhor o papel e a influência dos actores ao longo do processo de implementação.

3.6. Posicionamento e Reflexidade da Autora como interveniente do processo

O presente trabalho foi conduzido no âmbito de uma intervenção de pesquisa-acção, na qual a autora assumiu um papel activo no terreno, participando directamente na facilitação de processos e na realização de actividades com os membros da comunidade. Esta posição implicou uma interacção contínua com diferentes grupos sociais, reconhecendo-se que o conhecimento produzido não é neutro, mas resulta de um processo de co-construção entre investigadora e participantes (McNiff e Whitehead, 2009).

Na pesquisa-acção, o investigador é simultaneamente parte do contexto e agente de mudança (Reason e Bradbury, 2008). Neste sentido, a posicionalidade da autora influenciou tanto o acesso à informação como as dinâmicas observadas no terreno. Por exemplo, ao engajar a comunidade para a participação nos eventos, procurou-se garantir que diferentes segmentos sociais estivessem representados, assegurando a participação de mulheres, jovens e membros de zonas mais periféricas, que normalmente têm menor presença nos espaços de decisão.

A reflexividade constituiu um eixo central do processo investigativo, traduzindo-se num exercício contínuo de autoquestionamento sobre práticas, pressupostos e impacto da presença da investigadora no campo. Em linha com McNiff e Whitehead (2009), este processo envolveu não apenas observar o contexto, mas também analisar criticamente a própria acção enquanto parte do sistema investigado. Por exemplo, durante os encontros comunitários, a investigadora teve de ajustar continuamente a forma de comunicação, simplificando linguagem e adaptando métodos participativos em função dos níveis de literacia dos participantes, de modo a garantir maior inclusão e compreensão.

Um outro exemplo concreto deste processo reflexivo ocorreu após a identificação interna, pela comunidade, dos membros para a constituição do comité de gestão da água. Após esta selecção, a autora realizou entrevistas com os membros da comunidade para compreender como o processo tinha sido conduzido, quais os actores da liderança local envolvidos, o nível de representatividade das diferentes zonas e as razões subjacentes às escolhas feitas. Esta abordagem permitiu não apenas descrever o resultado final, mas também analisar as dinâmicas de poder, influência e

legitimidade que orientaram o processo de selecção, evidenciando como diferentes actores participaram, ou foram excluídos, na tomada de decisão.

Além disso, ao longo do trabalho de campo, identificaram-se desigualdades significativas entre diferentes grupos e zonas da comunidade, em termos de acesso a recursos, representação e influência nos processos de decisão. Por exemplo, observou-se que a zona de Tafula apresentava maior vulnerabilidade socioeconómica, menor acesso a serviços básicos e menor representação na estrutura de liderança, o que resultava numa participação mais limitada nos processos decisórios. Esta constatação levou a investigadora, no seu papel de facilitadora, a adoptar uma postura mais de advocacia na promoção da inclusão desses grupos. Para além da investigadora, estas reflexões envolviam a supervisora do trabalho e outros membros integrantes do projecto ProSuLi, que colectivamente ajudavam a ajustar a metodologia para maior inclusão.

Assim, reconhece-se que esta posição interventiva influenciou inevitavelmente as dinâmicas observadas. Por exemplo, ao incentivar activamente a participação de grupos marginalizados, pode ter-se alterado a forma como as discussões ocorreram, bem como o equilíbrio das vozes no espaço participativo. Esta tensão entre observação e intervenção é inerente à pesquisa-acção e exige uma reflexão crítica contínua sobre o papel da investigadora e os efeitos da sua actuação (Denzin e Lincoln, 2018).

Desta forma, a integração da reflexividade no processo de investigação contribui para o reforço do rigor metodológico, ao tornar explícita a influência da investigadora e ao situar a produção de conhecimento no contexto das relações sociais em que emerge.

3.7.Limitações do estudo

Constituíram constrangimentos para o presente estudo os seguintes:

- A limitada informação documentada sobre o historial de assentamentos da comunidade de Mangalane, sobretudo do povoado de Mavunguane, por forma a triangular com a informação recolhida com os entrevistados.
- A posição da investigadora no terreno, enquanto facilitadora de processos no âmbito do projecto, constitui uma potencial fonte de viés. O seu envolvimento directo pode ter influenciado tanto a recolha de dados quanto as dinâmicas observadas, nomeadamente através da promoção de processos mais inclusivos e da interacção com diferentes grupos

sociais. Embora a reflexividade tenha sido adoptada como estratégia para mitigar este viés, reconhece-se que a presença da investigadora pode ter condicionado comportamentos, discursos e relações de poder no contexto estudado.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo, são apresentados obedecendo a lógica dos objectivos do estudo e são, acompanhados da respectiva discussão. A primeira secção aborda a estrutura organizativa da liderança, os actores envolvidos, seus papéis e o processo evolutivo de aquisição de poder, a partir de uma análise histórica dos estabelecimentos das linhagens a que pertencem. A segunda secção apresenta os resultados relativos à configuração do poder da liderança, considerando as diferentes formas de poder exercidas pelos actores, as relações sociais entre eles e o nível de influência desses actores na gestão de recursos naturais, conforme percebido pela comunidade. Por fim, são discutidos os efeitos da influência dos actores nas diferentes fases de implementação do projecto ProSuLi, complementados por uma análise de um estudo de caso sobre o processo de constituição do comité de gestão da água, com o objectivo de examinar se as abordagens participativas adoptadas pelo projecto durante a facilitação dos processos contribuíram para dissipar ou reforçar assimétricas de poder existentes entre os diferentes actores da comunidade.

4.1.A Estrutura de Liderança da Comunidade de Mavunguane: actores, papéis e responsabilidades

O Povoado de Mavunguane integra o regulado de Mangalane, que é constituído por 7 povoados ou comunidades, como descrito acima. Neste povoados foram identificadas duas linhas de liderança, a “tradicional” e “administrativa”, conforme ilustrado na Figura 2. Aparentemente estas duas formas ou linhas de lideranças estão interligadas, pois identifica-se o régulo que por sua vez interage com os Ndunas, e estes podem igualmente tomar a função de líder comunitário.

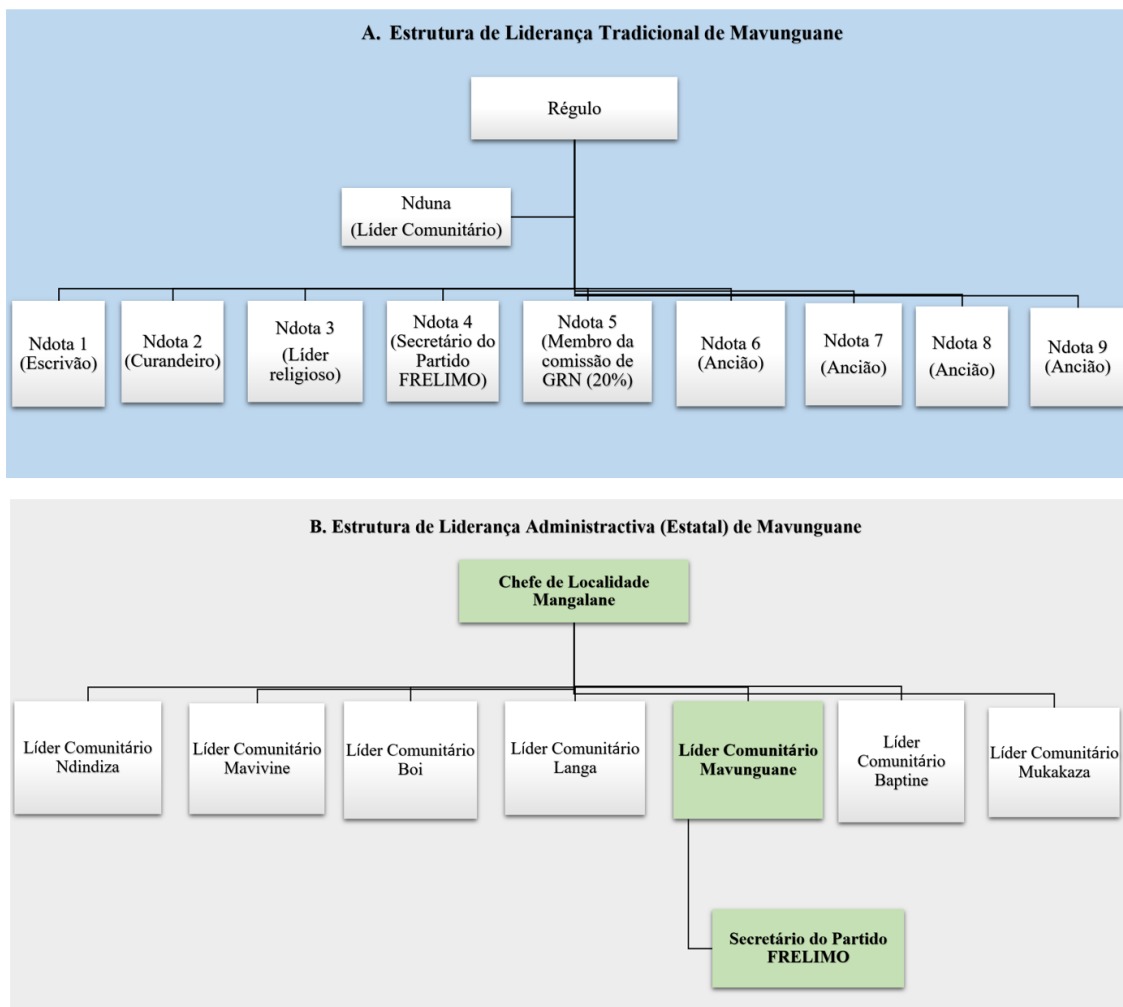


Figura 2. Estruturas de liderança do povoado de Mavunguane

O régulo exerce liderança sobre os sete povoados da localidade de Mangalane, incluindo Mavunguane, e é assessorado por um grupo de conselheiros, os *ndunas*, que são os líderes comunitário de cada uma das sete comunidade que formam o regulado de Mangalane. Cada *nduna* é também auxiliado por um grupo de conselheiros, conhecidos na língua local como *ndotas*. Assim, para o caso específico de Mavunguane, o grupo de conselheiros do *nduna* é composto pelos seguintes *ndotas*: ndota 1 (escrivão), ndota 2 (curandeiro), ndota 3 (líder religioso), ndota 4 (secretário do partido), ndota 5 (membro do comité de GRN-20%), ndotas 6 a 9 são anciãos.

Constata-se que na estrutura de liderança tradicional, existe uma relação hierárquica entre os actores, onde o régulo ocupa a posição de autoridade máxima, funcionando como instância final para decisões internas e como primeira instância em assuntos que envolvem actores externos. O *nduna*, por sua vez, actua como intermediário entre o régulo e a comunidade, transmitindo as orientações e decisões do régulo à população, e assegurando o seu cumprimento, e reporta à

autoridade superior os problemas e/ou necessidades identificadas na comunidade. No nível mais baixo da hierarquia encontram-se os *ndotas*, cuja função principal é apoiar o *nduna*, especialmente na mediação e resolução de conflitos, e disseminação de informação.

De acordo com as entrevistas, a função de régulo é monárquica e hereditária – passando de pai para filho. Depoimentos indicam que a linhagem do régulo foi a primeira a estabelecer-se no território. Essa função confere direitos consuetudinários sobre a terra, e legitimidade simbólica para a sua gestão e incluindo de outros recursos naturais. O régulo, detêm o poder de comunicação com os ancestrais, bem como a responsabilidade de assegurar a proteção espiritual e a prosperidade da comunidade por meio da realização dos rituais tradicionais conhecidos localmente como *khupalha*

Esta estrutura reflecte a descrição da estrutura política tradicional descrita por Feliciano (1989) e Magode (2003), onde o território do regulado era chefiado pelo régulo e subdividido em pequenas áreas administradas pelos “chefes de terra” (*nduna*), que, por sua vez, contavam com o apoio de um conselho de anciãos designados como *ndotas*. Os autores destacam ainda que, o régulo ocupava a mais importante posição na estrutura tradicional, sendo reconhecido como a autoridade legítima responsável pela gestão do acesso à terra e aos recursos naturais, através de normas consuetudinárias que regulam direitos, deveres e obrigações entre grupos clânicos e linhagens.

A outra linha de liderança constituída pelo *nduna*, que toma a função de líder comunitário, é instituído ao abrigo do Regulamento 15/2000, no quadro da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), por meio de um processo de votação comunitária. Enquanto que os *ndotas* são escolhidos e nomeados pelo próprio *nduna* com base em critérios subjectivos, tais como confiança, responsabilidade, experiência, reputação na comunidade, conduta ética e capacidade de mediação de conflitos.

As duas estruturas de liderança actuam em simultâneo, com papéis distintos, apesar de, em alguns casos podem sobrepor-se. Os mecanismos de interação incluem reuniões aos vários níveis e em locais distintos para os diferentes assuntos. Por exemplo, quando se tratam de assuntos internos e de resolução de conflitos, os membros da liderança tradicional reúnem num espaço conhecido como “delegacia”, localizados nas imediações da Escola Primária de Mavunguane. Embora não exista uma periodicidade formalmente definida, as reuniões ocorrem, em média, duas a três vezes por mês, sendo a maioria realizada entre o líder comunitário e os seus *ndotas* (conselheiros). O régulo participa apenas quando é solicitado e são discutidas questões que requerem a sua

intervenção, como nos casos em que a comunidade recebe a visita de representantes do governo distrital, designadamente o Chefe do Posto Administrativo ou o Chefe da Localidade.

A hierarquia da liderança administrativa segue uma estrutura distinta, integrando actores fora do povoado ou comunidade e segue a lógica do funcionamento do estado. O nível mais alto e próximo do povoado ou comunidade é o chefe da localidade, que faz a ponte entre o líder comunitário e o chefe do posto administrativo cujo principal papel é de coordenar a execução das decisões administrativas, dos planos governamentais e das actividades sectoriais. Outra figura importante nesta estrutura é o Secretário do Partido (no caso vertente – FRELIMO). O Líder Comunitário actua como elo entre o Estado e a população, mobilizando a comunidade para as iniciativas governamentais, transmitindo as preocupações locais às autoridades superiores e garantindo o cumprimento das orientações recebidas. Por sua vez, o Secretário do Partido FRELIMO, eleito através dos mecanismos internos do partido, assegura a articulação político-partidária ao nível local e integra o grupo de conselheiros (*ndotas*), em representação do partido no poder.

Estes resultados indicam uma organização e relação hierárquica vertical tanto para a estrutura tradicional quanto para a administrativa. Verifica-se igualmente que alguns actores ocupam simultaneamente posições em ambas estruturas de lideranças, por exemplo, como o líder comunitário na estrutura administrativa e *nduna* na estrutura tradicional. O secretário do Partido FRELIMO é também *ndota* na estrutura tradicional.

Os *ndotas* também integram diferentes comissões ou comités de trabalho comunitário. Entre estas destaca-se o comité de água, responsável pela gestão da infraestrutura hídrica, incluindo a manutenção do sistema, a substituição de peças sobressalentes e a mobilização da comunidade para a promoção da limpeza e da higiene. Destaca-se ainda a Comissão do gado, cuja função consiste na validação e assinatura das guias de compra e venda de gado, bem como na mediação e resolução de conflitos relacionados ao roubo de gado.

A literatura sobre governança local em contextos africanos indica que a coexistência de estruturas de liderança tradicional e administrativa no mesmo território é comum em Estados pós-coloniais, resultado da incorporação parcial das autoridades tradicionais nos sistemas estatais modernos (Forquilha, 2010; Buur e Kyed, 2005; Cabrita, 2000). Essa coexistência pode gerar diferentes dinâmicas, dependendo do grau de delimitação de competências e das relações entre os actores. Pode surgir *competição* quando há sobreposição de mandatos e indefinição de competências, especialmente na gestão da terra, na resolução de conflitos e na representação política,

aumentando o risco de disputas por legitimidade entre autoridades tradicionais e administrativas (Dava *et al.* (2003). Pode também haver *complementariedade* quando existe reconhecimento mútuo das competências e mecanismos claros de articulação, permitindo que a liderança tradicional contribua para a coesão social e a mediação de conflitos, enquanto os actores administrativos se concentram na implementação de políticas públicas e na ligação com o Estado (Forquilha, 2010). Estudos recentes indicam que a eficácia dessa colaboração depende do alinhamento político entre os actores, sendo mais provável quando ambos pertencem ao mesmo partido, enquanto divergências partidárias podem gerar tensões (Dava *et al.*, 2003). Por fim, a ausência de enquadramentos institucionais claros pode favorecer a *hibridização informal*, na qual indivíduos acumulam funções em ambas as estruturas, facilitando a coordenação, mas também elevando riscos de conflitos de interesse, concentração de poder e enfraquecimento da prestação de contas (Buur e Kyed, 2005).

4.2. Percepção da comunidade sobre o papel dos diferentes actores na estrutura de liderança

Os resultados revelam que, apesar de existirem diferentes percepções sobre funções específicas entre alguns actores, há um entendimento unânime na comunidade relativamente ao papel dos actores na governança local. De uma forma geral todos os entrevistados das quatro zonas que compõem o povoado, tem um entendimento comum das responsabilidades gerais do régulo e do líder comunitário e as descreveram da seguinte forma: o régulo é a autoridade responsável pela realização de cerimónias tradicionais, pelo estabelecimento de regras de convivência e pela distribuição de donativos provenientes do SGP. O líder comunitário como o actor responsável pela contagem e registo dos agregados familiares (censo comunitário) e pela distribuição de donativos fornecidos pelo governo. Os entrevistados também convergem no entendimento de que tanto o régulo quanto o líder comunitário tem a função de convocar as reuniões comunitárias.

Além disso, os entrevistados convergem no entendimento de que o grupo de conselheiros do líder comunitário (*ndotas*) desempenha funções essenciais na disseminação de informações sobre reuniões, jornadas de limpeza e outros assuntos comunitários, bem como na mediação e resolução de conflitos, especialmente aqueles relacionados a roubo de bens, agressões físicas e adultério. Por outro lado, a maioria dos entrevistados indicaram que os *ndotas* 1 (escrivão) e 4 (secretário do partido) participam e tem papel na mediação de conflitos relacionados com o roubo de gado. Esta percepção deve-se ao facto destes pertencerem a uma comissão encarregada de elaborar e assinar as licenças de compra e venda de gado bovino.

Contudo, outros papéis mais distintos foram igualmente indicados e estão reflectidos na Tabela 5. Nela revela-se variações na percepção dos entrevistados em relação a determinados papéis desempenhados por alguns actores da liderança, que incluem o régulo, líder comunidade, *ndota* 1, 2, 4 e 5.

Tabela 5. Papéis dos actores da liderança com percepções divergentes na comunidade

Papel		Actores da Estrutura de Liderança							
		Régulo	Líder Comunitário	Ndota 1	Ndota 2	Ndota 3	Ndota 4	Ndota 5	
Reportar problemas da comunidade ao Posto A. Sabié		17% (12)	5,9% (4)				2,8% (2)		
Gestão do 20% da exploração do SGP					21%			14%	
Mediar conflitos	Feitiçaria	28% (20)			7% (5)				
	Roubo de gado		1,4% (1)	35% (25)			49% (35)		
	Agressões físicas	Todos actores que integram a estrutura de liderança 100% (71)							
	Adultério								
	Roubo de bens								

Como se pode observar na tabela, existem outros papéis cujos 71 entrevistados tiveram opiniões divergentes, por exemplo, 17% dos entrevistados consideram que o régulo é o actor responsável por reportar as perocupações e problemas das comunidades ao Posto Administrativo de Sabié, enquanto 5,9% atribuem esse papel ao líder comunitário. No que diz respeito à gestão do valor de 20% proveniente da exploração do SGP, os entrevistados indicam o *ndota* 2 (21%) e o *ndota* 5 (14%) como os principais actores responsáveis por esta função.

Como referido acima, todos actores desempenham algum papel na mediação de conflitos, verificando-se variações pelo tipo de conflito. Os entrevistados tem percepção que todos os actores da estrutura de liderança participam na resolução de conflitos associados a agressões físicas, adultério e roubo de bens. No entanto, nos conflitos relacionados com feitiçaria, a mediação é atribuída sobretudo ao régulo (28%) e ao *ndota* 2 (7%).

Com base nos resultados apresentados, nota-se que os diferentes papéis mencionados podem ser agrupadas em três categorias importantes: gestão de recursos, gestão de conflitos e gestão de

informação. A gestão de recursos inclui licenças de compra e venda de gado, gestão de 20% de exploração de recursos naturais, donativos do SGP e do governo, os actores envolvidos são régulo, líder comunitário, *ndotas* 1, 2, 4 e 5. Na gestão de conflitos há envolvimento de todos actores da estrutura de liderança, contudo, o papel específico desempenhado por cada actor depende do tipo de conflito.

Para a gestão de informação, destacam-se 2 níveis. A partilha e fluxo de informação ao nível da comunidade (interna) a participação abrange todos os actores da estrutura de liderança. Para questões externas, ou seja a partilha e fluxo de informação entre as comunidades e outros actores como o governo, sector privado (ex: SGP) e parceiros (ex: projecto ProSuLi) é exercida pelo régulo, pelo líder comunitário e pelo *ndota* 4 (secretário do partido).

Os resultados indicam ainda que, embora existam funções claramente atribuídas a certos actores, há uma notória sobreposição de papéis dentro da estrutura de liderança local. Este padrão é consistente com as análises de Forquilha (2010), Lourenço (2009), Gonçalves (2006, 2004) e Dava *et al.* (2003), que apontam que o Decreto n.º 15/2000 apresenta ambiguidade na delimitação clara das funções entre os diferentes tipos de liderança enquadrados sob a designação abrangente de “autoridades comunitárias”. E isto, contribui para que a população e os próprios líderes tenham dificuldades em distinguir os papéis e atribuições dos diversos líderes presentes no território (Gonçalves, 2004).

4.3. Historial de assentamento da comunidade de Mavunguane e o seu efeito na configuração da estrutura do poder local

O historial de estabelecimento das famílias (ou linhagens) que constituem a comunidade de Mavunguane é caracterizado por vários eventos que resultaram em deslocações, assentamentos e reassentamentos. Os diferentes motivos que influenciaram as movimentações foram as guerras, a necessidade de estabelecimento do Sábie Game Park (SGP), uma concessão para caça desportiva, a construção da barragem de corrumana e posteriormente a sua expansão. A Figura 3 ilustra o diagrama do perfil histórico que sintetiza os diferentes eventos que marcaram o historial de assentamento na perspectiva das próprias comunidade, e respectivas implicações no tecido social, com enfoque no poder. Usou-se três cores distintas para melhor ilustrar eventos relacionados com a guerra (a vermelho), com a construção ou reabilitação de infraestruturas (azul) e com a conservação (verde).

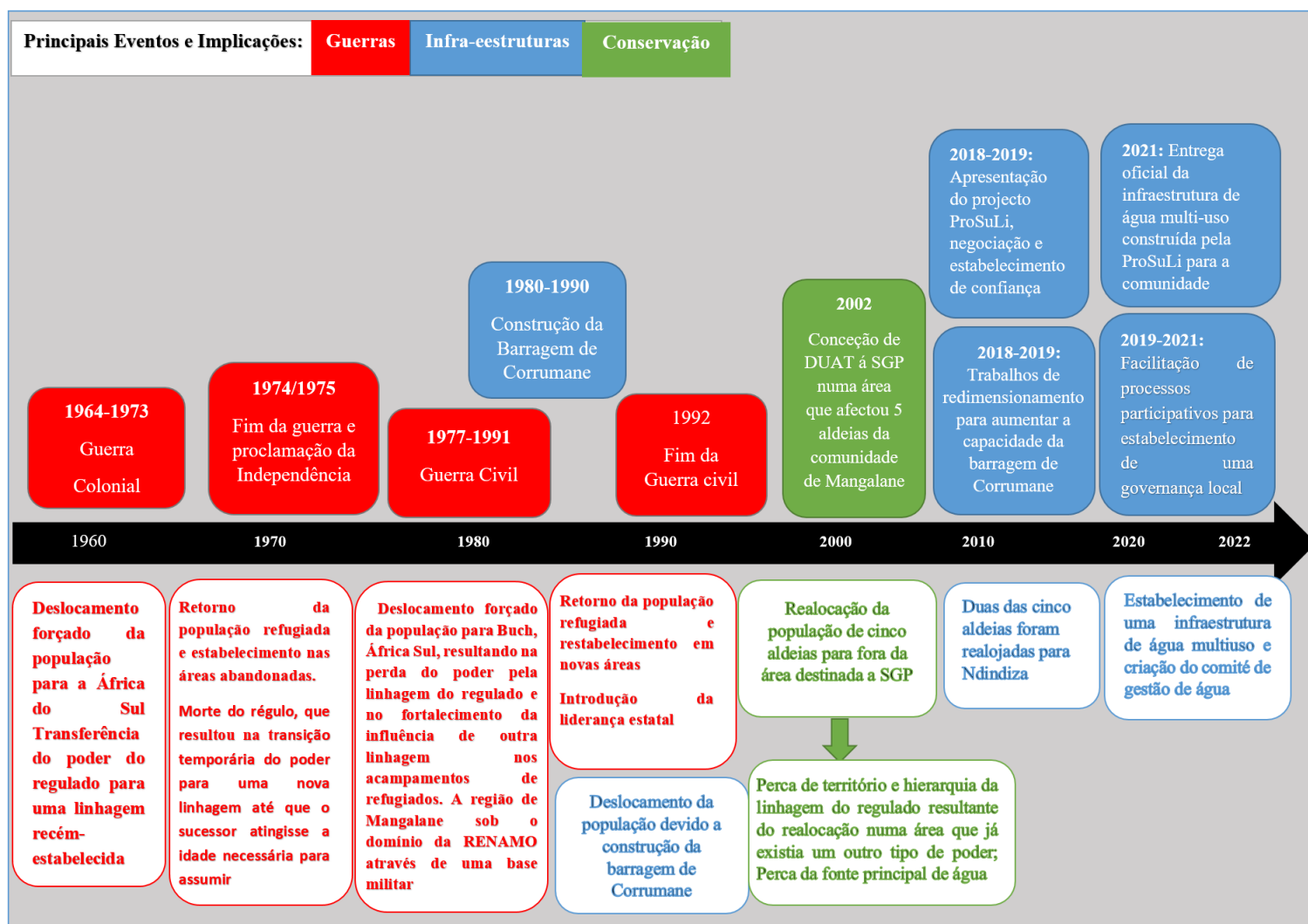
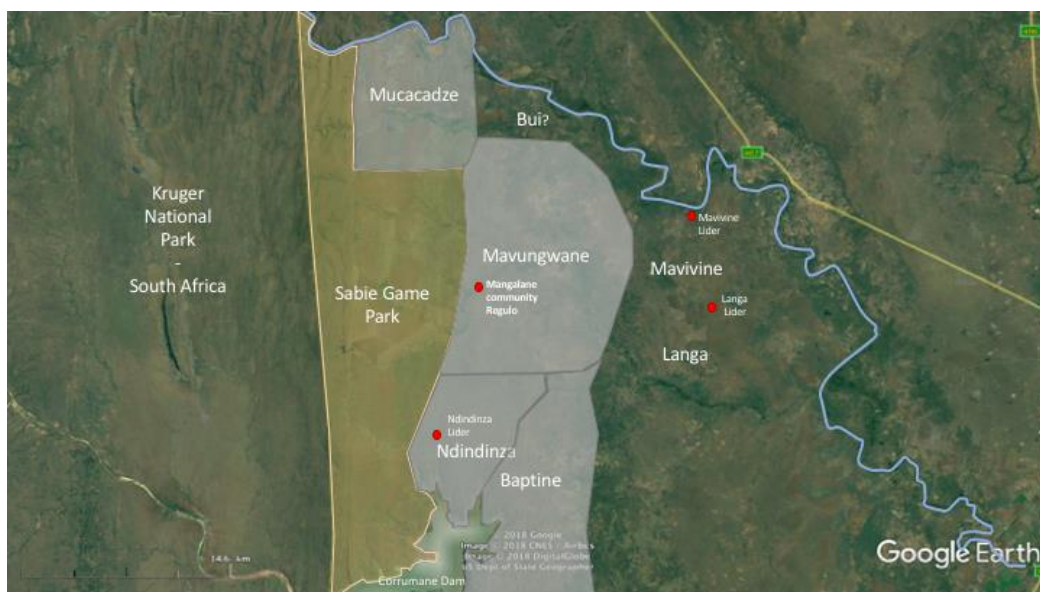


Figura 3. Perfil histórico que resume os principais eventos marcantes do povoado de Mavunaguane

Os resultados indicam que os eventos de deslocamento e reassentamento que marcaram a comunidade exerceram um impacto directo sobre a reconfiguração do poder local em diferentes períodos, resultando na perda de influência de algumas linhagens e no fortalecimento de outras. Linhagens tradicionalmente dominantes, como a do régulo e do líder comunitário de Mavunguane, experienciaram perda de autoridade em determinados contextos, especialmente quando se encontravam afastadas da comunidade, enquanto outras linhagens como do *ndota* 2 fortaleceram a sua influência fora da comunidade, especificamente nos acampamentos de refugiados em *Buch*, na África de Sul.

O historial de estabelecimento e a estrutura de liderança integra 7 linhagens que são os Zitha, Muconto, Chihesse, Bila, Sibui, Siteo e Matusse. Abaixo, relata-se o processo de estabelecimento e a evolução dos eventos que influenciaram a aquisição e as dinâmicas de poder entre as linhagens:

A comunidade de Mavungwane estabeleceu-se no período entre finais do século XIX e meados do século XX. A compreensão da origem do povoado de Mavungwane requer, antes de tudo, situar o processo de estabelecimento no contexto mais amplo do regulado de Mangalane, território no qual o povoado está inserido conforme apresentado na Figura 4. Esta figura, ilustra a localização das diferentes comunidades que integram o regulado de Mangalane, incluindo a área que actualmente é ocupada pelo SGP.



Fonte: Relatório de missão do projecto ProSuLi (2018)

Figura 4. Localização geográfica dos 7 povoados que integram a Localidade de Manhgalane

4.4.Principais Linhagens de Liderança e o seu historial de estabelecimento na comunidade de Mavungwane

A **linhagem da família Cossa** foi a primeira a estabelecer-se em Mangalane, proveniente de Bush, na África do Sul, e fixaram-se na área que actualmente corresponde à reserva de caça SGP (ver Figura 4), criada em 2005. Esta linhagem é tradicionalmente reconhecida como a detentora original da terra e da autoridade sobre o regulado.

Relatos da comunidade indicam que a negociação e os acordos de cedência abrangeram apenas uma parte da área, no entanto, durante o processo de estabelecimento, o SGP acabou por ocupar territórios além do previamente acordado. Quando a população local reagiu, o governo enviou um contingente de segurança, que permaneceu no local até a conclusão da construção da vedação.

Nessa altura, a liderança do regulado já não pertencia à linhagem Cossa, que, devido à intensificação da guerra colonial, foi obrigada a retornar à sua terra de origem, passando a liderança para a linhagem Zitha no século XX. Os Zithas são um grupo originário de Kwazulu Natal, na África do Sul.

A **Linhagem Zitha** estabeleceu-se em Mangalane na sequência de um pedido de apoio dos Cossa, dirigido a um membro desta família, reconhecido como guerreiro, em KwaZulu-Natal, com o objectivo de enfrentar e derrotar um alegado inimigo que se encontrava instalado no seu território. Atendendo à solicitação, o Zitha deslocou-se para Mangalane onde derrotou o inimigo e, como recompensa, recebeu em casamento a filha dos Cossa. Assim, a transição do poder ocorreu por meio do casamento entre a filha da linhagem Cossa e o filho da linhagem Zitha. Devido a normas culturais que impedem as mulheres de assumir o regulado, o poder foi transferido para o filho mais velho do casal, que é um Ziha, consolidando a sucessão do poder entre as duas famílias, que prevalece até ao presente momento. A linhagem Zitha permaneceu estabelecida na área anteriormente ocupada pelos Cossa, que correspondente a área actualmente ocupada pelo SGP. As negociações para ocupação desta áreas foi feita pelo régulo Zitha (o pai do actual régulo).

Durante a guerra civil, em 1984, a linhagem Zitha deslocou-se para Kaboga (Magude) e, no ano seguinte, para Sabié-Moamba, onde permaneceu até o fim do conflito, sem exercer funções de liderança. Em 1994, após os acordos de paz em 1992, a linhagem Zitha e outras famílias retornaram e se estabeleceram na área onde actualmente é ocupada pelo SGP. Para além das terras férteis, um dos maiores atractivos para estabelecerem-se naquela zona, foi a existência de uma represa natural que no tempo colonial foi revestida e melhorada para melhor retenção de água. Esta fonte garantia água para as comunidade estabelecidas durante o ano inteiro. No contexto da criação do SGP, em 2006 as famílias, incluindo a do régulo Zitha foram reassentadas na zona de Manhinhane, em Mavunguane. Em 2015, o régulo foi oficialmente reconhecido pelo Governo.

A comunidade de Mavunguane já lá existia, tendo surgido com o estabelecimento de Mavunguane no período colonial, um sacerdote pertencente a **Linhagem Muconto**, proveniente de Magude, na província de Gaza, reconhecido por seus conhecimentos em rituais de pedido de chuva. Nesse período, o filho mais velho da linhagem Zitha, detentor do regulado de Mangalane, concedeu-lhe terras após realizar rituais que asseguraram boas colheitas, incumbindo-o a função de zelar pela região, actuando como chefe de terra (*nduna*) do regulado. Foi este sacerdote quem atribuiu à área o nome de Mavunguane.

No período da guerra cívil, em 1984, os membros da linhagem Muconto refugiaram-se em Buch, na África do Sul, onde se instalaram no acampamento de *Joshcity*. Ao contrário do que ocorria em Mavunguane, onde desempenhavam funções de liderança, no acampamento passaram a ser membros simples, trabalhando como operários em empresas agrícolas sul-africanas. Com o fim da guerra, a linhagem regressou a Mavunguane e reassentou-se na mesma área que abandonara no período da guerra. Em 1995, um dos membros desta linhagem Muconto foi nomeado secretário do partido FRELIMO e, em 2015, outro membro recebeu a nomeação oficial de líder comunitário pelo governo. É nesta zona de Mavunguane que as famílias, incluindo a linhagem do régulo Zitha foi reassentada em 2006 com a criação do SGP.

A **linhagem Chihesse** é proveniente de KwaZulu Natal, e se estabeleceram em Mangalane devido a intensificação da guerra naquela região. Durante a guerra colonial, as linhagens Zitha e Chihesse estiveram na liderança no combate, o que levou o régulo a oferecer a sua filha em casamento a um membro dos Chihesse como forma de reconhecimento da sua cooperação, facto que reforçou e consolidou a sua permanência em Mangalane, inicialmente estabelecida nas proximidades da área anteriormente ocupada pela linhagem Zitha, actualmente à área ocupada pelo SGP. A relação de proximidade entre as duas linhagens favoreceu a indicação da linhagem Chihesse para o cargo de *nduna* do régulo, actuando como seu principal auxiliar, o que possibilitou aos membros da linhagem adquirirem experiência e conhecimentos aprofundados sobre a governança local. Além disso, os membros desta linhagem foram pioneiros no trabalho nas minas na África do Sul, ainda antes do início da guerra colonial.

Em 1985, durante a guerra cívil, a linhagem Chihesse refugiou-se em Buch, na África do Sul, estabelecendo-se no acampamento de *Kunhamahembe*. Um dos membros da linhagem foi escolhido pelo governo sul-africano para actuar como chefe do acampamento, desempenhando funções de registo dos deslocados e distribuição de alimentos. Mais tarde, com o anúncio do fim da guerra e acordos de paz em Moçambique, o mesmo membro foi contratado para apoiar o processo de retorno das famílias refugiadas às suas zonas de origem, função que assumiu por ser o único no povoado que possuía um meio de transporte na época. Entre 2011 e 2013, após a morte do régulo Zitha (pai), o regulado de Mangalane ficou temporariamente liderada pelo pai do membro da linhagem Chihesse contratado para transportar as pessoas no fim da guerra, até que o sucessor que se encontrava a trabalhar na África de Sul pudesse regressar para assumir oficialmente o cargo. Este membro da linhagem Chihesse, é um ervanário e conhecedor da

medicina tradicional, e em 2015 foi nomeado presidente da AMETRAMO (Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique) a nível local.

A **linhagem Bila** é originária de Xai-Xai, na província de Gaza, e estabeleceu-se inicialmente em Mukakaza, uma comunidade também pertencente ao regulado de Mangalane, localizado mais a norte da comunidade de Mavunguane, fazendo fronteira com Magude e o parque nacional de Kruger, na África do Sul, onde um dos seus descendentes conheceu a esposa e decidiu permanecer após o casamento. Posteriormente, outro membro da linhagem casou-se com um membro da linhagem Muconto e estabeleceu-se em Mavunguane. As visitas regulares dos seus familiares à região, associadas às condições favoráveis para a agricultura e à disponibilidade de água, motivaram a migração gradual de outros parentes. Em virtude do vínculo de parentesco entre as linhagens Bila e Muconto, foi atribuída à linhagem Bila uma área na zona de Tafula Tafula (uma das 4 zonas que compõem Mavunguane, localizada mais a sul), onde permanece estabelecida até hoje.

Durante a guerra cívil, a linhagem Bila refugiou-se em Buch, na África do Sul, instalando-se no acampamento de *Kunhamahembe*. Tal como acontecia em Mavunguane antes do conflito, os seus membros mantiveram-se como membros simples, onde trabalhavam como operários nas explorações agrícolas locais. Em 1995, a linhagem retornou à Mavunguane e reassentou-se na mesma área que havia sido abandonada durante a guerra civil. A ascensão do membro da linhagem como *ndota* do líder comunitário deu-se no período pós-guerra cívil, entre os anos 2005-2010, quando o então *nduna* (tio do actual líder comunitário) de Mavunguane o escolheu para integrar ao seu grupo de conselheiros devido a sua boa reputação de mediação e resolução de conflitos.

A **linhagem Sibui** é originária de Phajane, no distrito de Magude. Um dos seus membros migrou durante o período pós-guerra colonial para Mangalane, em busca de melhores condições para a prática da agricultura, uma vez que os solos da região de origem não eram adequados para o cultivo. Solicitou o espaço ao régulo, que lhe atribuiu terras na zona de Fausse, uma das 4 zonas que compõem Mavunguane, localizada mais a norte. Com o início da guerra cívil, a linhagem refugiou-se em Buch, na África do Sul, no acampamento *Kunhamahembe*, retornando à comunidade em 1995. Após o regresso, os membros da linhagem estabeleceram-se novamente na mesma área, onde permanecem até hoje, dedicando-se à construção de currais e habitações.

No contexto da realocação da família Zitha (linhagem do régulo) para fora da área atribuída ao SGP, em 2005, a linhagem do regulado foi estabelecida nas proximidades da linhagem Sibui. Em

virtude da proximidade entre as residências das duas famílias, um dos membros da linhagem Sibui passou a apoiar o régulo nas actividades do regulado, sendo posteriormente integrado, em 2015, na estrutura de liderança como *ndota*, em reconhecimento à sua dedicação.

A **linhagem Siteo** é originária de Magude. Um dos seus descendentes migrou de Magude para Mavhivhine (ver figura 4), uma das 7 povoados que formam Mangalane, no período pós-guerra colonial devido a conflitos familiares, local onde se casou e construiu a sua residência. Devido às dificuldades de acesso à água naquela região, deslocou-se para Mavunguane, sabendo da existência de fontes próximas à comunidade. Durante a guerra cívil, refugiou-se em *Buch*, na África do Sul, no acampamento *Kunhamahembe*, onde permaneceu como membro simples. Retornou à comunidade em 1999. Posteriormente, após o líder comunitário ter sido oficialmente nomeado pelo governo em 2015, foi integrado ao grupo de conselheiros (*ndota*), em reconhecimento da sua boa reputação na mediação de conflitos

A **linhagem Matusse** é originária de Magude. Os seus descendentes migraram para Mangalane em busca de melhores condições de vida, estabelecendo-se na zona de Tafula. Durante a guerra cívil, a linhagem refugiou-se em *Buch*, no acampamento *Kunhamahembe*, onde trabalhou numa empresa de criação de ovelhas e porcos. Em 2001, retornou à região, fixando-se numa nova área devido ao casamento de um dos descendentes, à necessidade de construir a própria habitação e às limitações de acesso à água na localização anterior. Após a nomeação oficial do líder comunitário, em 2015, um dos membros da linhagem foi escolhido para integrar a estrutura de liderança de Mavunguane.

4.5. Perfil social (*status*) das diferentes linhagens

Para análise do perfil social das diferentes linhagens foram tomadas como variáveis à posse de bens em dois períodos antes da guerra cívil e actualmente, a dimensão de terra, o tamanho do gado, e a posse de meios circulantes. Embora o enfoque da análise se concentre nas linhagens, o perfil social é captada a partir da mensuração da posse de bens detidos pelos seus membros de referência, isto é, os actores que integram a estrutura de liderança, permitindo identificar diferenças relativas no nível de riqueza entre as diversas linhagens.

Os resultados mostram que a dimensão das terras foi a única variável que não apresentou diferenças entre as diferentes linhagens, sendo que, durante a guerra cívil, cada membro possuía

menos de 0,5 ha, enquanto no período actual as áreas são superiores a 3 ha. A figura abaixo mostra os indicadores que apresentaram variações entre as linhagens.

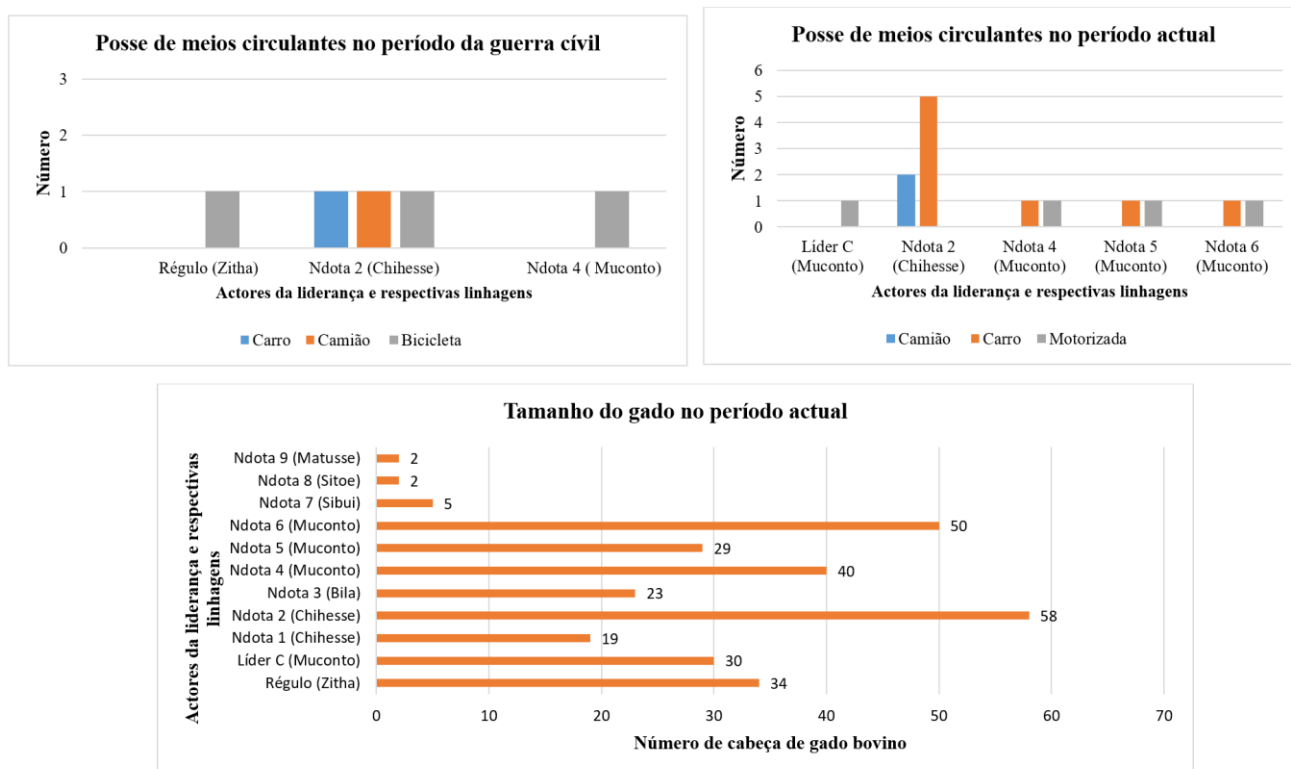


Figura 5. Análise de posse de bens pelas diferentes linhagens de liderança no período da guerra cívil e actual

Apesar dos entrevistados terem partilhado relatos de que tinham muito gado antes da guerra cívil, não foi possível a quantificação mesmo que de forma retrospectiva, pois contam que durante a guerra cívil todos tiveram que abandonar o seu gado ao buscar refúgio, tendo assim perdido todo o seu rebanho. A análise actual foi realizada em dois níveis. Ao nível individual, considerando os representantes de cada linhagem, destaca-se o *ndota 2* da linhagem Chihesse (curandeiro) como o detentor do maior efectivo de gado, com um total de 58 cabeças, enquanto os *ndotas 8 e 9*, pertencentes às linhagens Sitoe e Matusse, respectivamente, apresentam os menores rebanhos, com apenas dois bois cada (**Figura 5-A**).

Complementarmente, ao nível agregado, isto é, considerando o total de gado por linhagem, observa-se que a linhagem Muconto concentra o maior número de cabeças de gado, totalizando 149, seguida da linhagem Chihesse, com 77 cabeças. Por outro lado, as linhagens Sitoe e Matusse registam os menores efectivos de gado, reflectindo a mesma tendência identificada na análise individual dos seus representantes.

Em relação à posse de meios circulantes, verifica-se uma variação significativa entre os dois períodos analisados, conforme ilustrado na **Figura 5-B**. Durante a guerra cívil, apenas as linhagens Chihesse, Muconto e Zitha, sendo a primeira a que detinha o maior número, com três meios. Na análise individual, considerando os representantes de cada linhagem, destaca-se mais uma vez o *ndota* 2 da linhagem Chihesse (curandeiro) como detentor do maior número de meios circulantes, incluindo um camião, um carro e uma bicicleta, enquanto o régulo da linhagem Zitha e o *ndota* 4 da linhagem Muconto (secretário do partido) possuíam apenas uma bicicleta cada.

No período actual, verifica-se uma expansão significativa na posse de meios circulantes entre os representantes das linhagens, concentrando-se predominantemente nas linhagens Muconto e Chihesse, sendo esta última a que mantém a maior posse. O *ndota* 2 da linhagem Chihesse continua a ser o actor com maior número de meios, possuindo actualmente cinco carros e dois camiões. Por sua vez, os membros da linhagem Muconto, *ndota* 4 (secretário do partido), o *ndota* 5 (membro do comité GRN-20%) e o *ndota* 6 (ancião) possuem um carro e uma motorizada cada, enquanto o líder comunitário dispõe apenas de uma motorizada.

Os resultados indicam que, embora todos os actores tenham sofrido perdas significativas durante a guerra cívil, a reconstrução no período pós-guerra não ocorreu de forma homogénea. Os diferentes indicadores analisados, dimensão de terra, tamanho do gado e meios circulantes, revelam trajectórias diferenciadas de recuperação e acumulação de recursos. A terra constitui o único indicador que apresentou evolução uniforme entre todos os actores nos dois períodos, não funcionando, portanto, como elemento de distinção social, possivelmente devido a normas comunitárias de acesso relativamente igualitário.

Em contraste, a posse de gado e meios circulantes evidencia um padrão claro de diferenciação: algumas linhagens conseguiram reconstruir e ampliar significativamente os seus recursos, gerando assimetrias de poder. Entre eles, o *ndota* 2 da linhagem Chihesse (curandeiro) sobressai de forma consistente em todos os indicadores, destacando-se no período actual pelo maior número de cabeças de gado e meios circulantes. Esta capacidade de acumulação contínua sugere que a linhagem Chihesse mobiliza recursos superiores à média das restantes linhagens, consolidando assim uma posição central de poder económico e prestígio social no seio da comunidade.

Estes resultados estão em concordância com a literatura. Feliciano (1989) afirma que, na tribo dos Thonga, os principais indicadores de riqueza são o número de bois, pois estes constituem tanto uma expressão de *status* social como uma reserva de força de trabalho e recursos económicos,

garantindo acesso a bens alimentares de subsistência. De forma consistente, Siangulube *et al.* (2022) reforçam que historicamente o gado é a principal medida de riqueza, sendo socialmente considerado pobre aquele agricultor com menos de 10 cabeças de gado.

4.6. Análise da configuração do Poder das diferentes linhagens e a influência na governança Local

A configuração do poder é analisada dentro da estrutura de liderança, considerando 2 vertentes. A primeira refere-se as formas de poder (visível, oculto e invisível) conforme a estrutura do Cubo de poder proposta por Gaventa (2019). A segunda vertente examina o nível de influência dos diferentes poderes através da análise da composição da estrutura de liderança e da relação de parentesco dos membros da liderança, bem como da influência percebida pela comunidade na gestão dos recursos naturais comuns.

4.6.1. Formas de poder exercido pelos actores da estrutura de liderança

As formas de poder são analisadas conjugando a informação de exertos de entrevistas aos actores de liderança sobre o que entendem ser o seu papel, a percepção dos membros da comunidade sobre os papéis dos diferentes actores da liderança e as regras informais e formais que sustentam tais percepções. Com esta triangulação revela-se a forma de poder, mediante o cubo de Gaventa. A Tabela 6 apresenta os elementos de análise que revelaram as formas de poder exercidas pelos actores da estrutura de liderança

Tabela 6. Descrição das formas de poder exercido pelos actores da estrutura de liderança

Actor/ Jurisdição	Descrição da manifestação do poder		Análise da manifestação do poder	
	Pelos próprios actores da liderança	Pelos membros da comunidade	Fonte	Forma
Régulo: Localidade de Mangalane	<u>Narrativa:</u> "...a família Zitha herdou as terras dos Cossa na qualidade de netos...e nós é que temos poder de phalhar para o bem-estar da comunidade (Régulo, 21/02/2023)" <u>Reflexão:</u> Autoridade reconhecida como legítima para atribuição de terra e mediadora espiritual entre os vivos e os antepassados. Exerce autoridade tradicional através da condução de rituais tradicionais	Narrativas: Na tradição, o régulo não é um neto directo da família Cossa, e por isso não pode phalhar para pedido de chuva, apenas pequenas cerimónias (entrevistado da zona de Ganguene, 27/02/2023). "... o régulo não pode phalhar no cemitério dos Cossa que esta dentro do parque...só pode phalhar em casa porque não é neto directo... (entrevistado da zona de Tafula, 18/02/2023)" "...o régulo e dono da terra de Mangalane...deste Ndindiza ate Mucacaza...ele decide sobre este assunto...(entrevistado de Tafula, 19/02/2023)" "...quando alguém precisa de terra para viver, acompanhamos a pessoa até ao régulo para decidir ...(entrevistado de Maninhane, 22/02/2023)" "...o régulo não phalha para pedir chuva porque não é neto da família Cossa, mas sim genro na tradição...o pai dele é quem era neto...(entrevistada de Mavunguane-Escola, 23/02/2023)" <u>Reflexão:</u> Não é reconhecido como autoridade legítima para realizar rituais tradicionais, especialmente as de pedido de chuva, por possuir grau de parentesco distante com os verdadeiros "donos" da terra de Mangalane, a linhagem Cossa Autoridade reconhecida como legítima para atribuição de terra	1-Derivado dos costumes e tradições consuetudinárias 2-Transmitido por sucessão hereditária e reconhecido pelas estruturas de liderança local e pelo Estado.	Visível
Líder Comunitário: Povoado de Mavunguane	<u>Narrativas:</u> "...ocupe a posição de chefe da terra quando o meu pai morreu e o verdadeiro sucessor renunciou o cargo, pois era o filho mais velho..." "Em 2014 fui nomeado oficialmente como líder comunitário...deram-me na cerimonia uniforme e regulamento" (líder comunitário, 02/03/2023) <u>Reflexão:</u> Representante oficial do governo, actuando como elo de ligação entre a comunidade e as instituições governamentais	Narrativas: "...o líder comunitário é adjunto do régulo...o régulo lidera todas zonas de Mangalane e o líder comunidade ajuda a governar a zona de Mavunguane... (entrevistada da zona de Tafula, 14/02/2023)" "...o líder comunitário é o régulo menor...reporta os problemas da comunidade ao régulo... (entrevistado de Maninhane, 22/02/2023)" <u>Reflexão:</u> Reconhecido como líder que ocupa a segunda posição na hierarquia da liderança local, imediatamente subordinado ao régulo, actuando como seu auxiliar ou adjunto	Fundamentado na Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), Decreto 15/2000), reconhece e enquadra o papel das autoridades comunitárias na administração local.	Visível

Actor/ Jurisdição	Descrição da manifestação do poder			
	Pelos próprios actores da liderança	Pelos membros da comunidade	Fonte	Forma
Ndota 2 (Curandeiro)/ Mavunguane- Escola	<u>Narrativa:</u> “...aprendi sobre plantas curativas com um senhor de Namaacha que tratava doenças as pessoas da comunidade” “... sou presidente da AMETRAMO a nível local...e ajudamos acurar enfermidades e apoio o régulo na resolução de conflitos sobre feitiçaria...” (Ndota 2, 18/02/2023) <u>Reflexão:</u> Detentor de conhecimento especializado em plantas medicinais, que auxilia a comunidade na cura de doenças e apoia o régulo como mediador em conflitos relacionados a práticas de feitiçaria	<u>Narrativas:</u> “...roubaram 8 cabeças de gado e os ladrões são de lá (Mavunguane) e são conhecidos, mas não são punidos...são filhos do ndota 2...não houve punições porque a pessoa que lhes protege (ndota 2) é temido pela sua má fama... as pessoas não reagem por terem serem mortas, ele usa trovoadas para fazer mal as pessoas, por isso ninguém tem coragem de enfrentá-lo... vale a pena roubarem-te enquanto continuas vivo...(entrevistada de Manhinane, 22/02/2023)” “...o ndota 2 recebeu o dinheiro do SGP para apoiar as famílias durante o COVID, mas ninguém recebeu esse dinheiro...os líderes não tiveram coragem de pedir explicações e o assunto acabou assim mesmo...o ndota 2 é feiticeiro e ameaça a população de morte, mesmo o régulo não faz nada quando o assunto é sobre ele...todos lhe temem...(entrevistada de Mavunguane, 01/02/2023)” <u>Reflexão:</u> Percebido como uma pessoa perigosa, capaz de influenciar a vida dos outros por meio da magia negra. Diante dele, os membros da comunidade, incluindo actores da liderança local, tendem a evitar contrariar ou contestar abertamente suas posições e opiniões	Fundamentado pelos estatutos da AMETRAMO	Invisível
	<u>Facto:</u> Os resultados apresentados na figura 5 mostram que o actor possui maior número de gado, meios circulantes, com casas construídas com material convencional	<u>Narrativas:</u> “...o régulo escolheu o ndota 2 para fazer parte do grupo de gestão de 20% porque tem carro... (entrevistado de Manhinane, 22/02/2023)” “... quando uma pessoa está doente ou grávida e precisa ir ao centro de saúde com urgência, pagamos o carro do ndota 2 para te acompanhar...mesmo para emprestar dinheiro recorremos a ele... (entrevistada de Tafula, 16/02/2023)” <u>Facto:</u> A única mercearia existente na comunidade, responsável pela venda de bens de primeira necessidade, pertence ao ndota 2 <u>Reflexão:</u> Percebido como o indivíduo com maior nível de riqueza na comunidade, a quem as pessoas recorrem para questões de mobilidade, pedidos de empréstimos monetários e aquisição de produtos alimentares- o que conferem prestígio social e autoridade observável. Além disso, esses recursos permitem-lhe influenciar decisões de forma indirecta, já que outros membros da comunidade, incluindo o régulo, dependem da sua colaboração para mobilidade, acesso a bens ou apoio em actividades comunitárias	Derivado do controlo de recursos materiais, como terras, gado ou actividades comerciais, que conferem poder de decisão e prestígio social.	Oculto

Actor/ Jurisdição	Descrição da manifestação do poder		Análise da manifestação do poder	
	Pelos próprios actores da liderança	Pelos membros da comunidade	Fonte	Forma
Ndota 4 (Secretário do Partido) Ganguene	Narrativa: “...em 1995 fui escolhido pelo partido FRELIMO para ocupar o cargo de secretário do partido...ajudo nos trabalhos do partido durante as campanhas eleitorais e registo os membros que querem fazer parte do partido aqui na comunidade...(ndota 4, 05/03/2023)” Reflexão: Representante oficial do Partido FRELIMO na comunidade, responsável por conduzir campanhas eleitorais e recrutar novos membros	Narrativa: “...Faz parte do partido faz campanhas para Frelimo...(entrevistado de Mavunguane, 24/02/2023)” “...não sabemos se o secretário do partido é líder porque não foi escolhido pela comunidade... (entrevistado de Tafula, 14/02/2023) “...chamamos o régulo e o líder comunitário para explicarem a comunidade quais são as funções do secretário do partido...porque só sabemos que ele trabalha nas campanhas...as vezes ouvimos que ele foi reportar algum problema ao Posto... (entrevistado de Tafula, 14/02/2023)” Reflexão: Percebido como um actor externo e/ou intruso à estrutura de liderança local, cuja legitimidade é contestada pela comunidade devido à ausência de qualquer processo eleitoral formal que valide a sua posição	Fundamento nos Estatutos do Partido FRELIMO e nas estruturas de base do partido, que definem as funções e a autoridade dos secretários locais.	Visível
Ndota1 (Escrivão) Ganguene	Narrativa: “...nós ndotas recebemos os problemas e preocupações dos membros da comunidade e encaminhamos ao líder comunitário... (ndota 1, 26/02/2023)” “ ... os ndotas não decidem nada na comunidade...ajudam o líder comunitário a resolver os problemas... (ndota 7, 22/02/2023)” “...quando o líder comunitário quer marcar uma reunião ou actividade de todos, ele me informa para poder avisar as pessoas da minha zona para participarem... (ndota 3, 15/02/2023)” Reflexão: Os ndotas auxiliam o líder comunitário na mediação e resolução de conflitos, disseminação de informações e engajamento dos membros da comunidade	Narrativas: “...os ndotas são olhos e ouvidos do líder comunitário, que reportam para ele tudo o que acontece na comunidade e ajudam a resolver conflitos (entrevistado de Tafula, 18/02/2023) ...” “...os ndotas ajudam o líder comunitário a resolver problemas da comunidade... (entrevistado de Maninhane, 27/02/2023)” “...cada zona tem ndotas que reportam os problemas da sua área ao líder comunitário...os ndotas são convocadas para resolver conflitos... (entrevistado de Tafula, 15/02/2023)” “...quando roubam bens ou membros da comunidade lutam são chamados os ndotas para resolverem o problema com o líder comunitário... (entrevistado de Mavunguane, 26/02/2023) Reflexão: Reconhecido como um ancião (ndota) que integra o grupo de conselheiros do líder comunitário que desempenha a função de auxiliar o líder comunitário na resolução de conflitos	Regras e normas consuetudinárias que conferem ao líder comunitário a prerrogativa de escolher seus conselheiros (Ndotas)	Visível
Ndota 3 (Líder Religioso) Tafula				Visível
Ndota 5 (Membro do CGRN) Ganguene				Visível
Ndota 6 (Ancião) Ganguene				Visível
Ndota 7 (Ancião) Maninhane				Visível
Ndota 8 (Ancião) Mavunguane-Escola				Visível
Ndota 9 (Ancião) Tafula				Visível

Os resultados evidenciam que as formas de poder não se distribuem de maneira uniforme entre os actores da liderança, tendo sido identificadas três modalidades distintas de exercício do poder: visível, oculto e invisível.

Os resultados mostram que tanto o régulo quanto o líder comunitário exercem uma forma de poder visível. Essa configuração deriva das fontes formais e reconhecidas de autoridade que ambos detêm: no caso do régulo, o poder assenta nas tradições e costumes transmitidos por sucessão hereditária, enquanto o líder comunitário, a legitimidade decorre da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), estabelecida pelo Decreto 15/2000, que orienta o processo de identificação de um representante legítimo da comunidade.

No que se refere aos *ndotas*, observa-se uma variação nas formas de poder exercidas por estes. A maioria- *ndotas* 1, 3, 4, 5, 6, 8 e 9 - exerce predominantemente poder visível, sustentado por regras informais instituídas na comunidade que legitimam o líder comunitário a indicar anciãos para integrarem o seu grupo de conselheiros e a estrutura de liderança local. Tanto a liderança local como os membros da comunidade apresentam uma percepção unânime quanto às funções dos *ndotas*, reconhecendo que estes desempenham papéis de apoio na resolução de conflitos, na disseminação de informação e na promoção do engajamento comunitário.

Diferente dos outros, o *ndota* 2 distingue-se por acumular duas formas de poder em simultâneo. Por um lado, exerce poder oculto, derivado do seu nível de riqueza, que lhe confere capacidade de influenciar decisões de forma indirecta, sobretudo porque outros membros da comunidade, incluindo o régulo, dependem da sua colaboração para mobilidade, acesso a bens essenciais para o consumo (por exemplo, açúcar, arroz, sal, óleo de cozinha, produtos de higiene pessoal, etc.) ou apoio em actividades comunitárias (por exemplo, uso do camião para carregar estacas na floresta para construção de vedação) . Por outro lado, detém também poder invisível, associado à sua autoridade simbólica e ao seu conhecimento especializado em plantas medicinais, combinado com a percepção comunitária de que possui práticas de magia que podem influenciar a vida das pessoas. Esse *status* simbólico, sustentado simultaneamente pelo temor, molda percepções e comportamentos no seio da comunidade, ampliando a sua capacidade de influência para além das estruturas formais e dos espaços de decisão reconhecidos.

As formas de poder exercidas pelo *ndota* 2 ajudam a explicar a sua influência histórica no processo de estabelecimento e reassentamento das principais linhagens de liderança (ver Secção 5.2). Durante a guerra cívil, ocupou posições de liderança no acampamento de refugiados e

desempenhou um papel central no retorno das pessoas às suas terras de origem após o acordo de paz, em grande parte por ser um dos poucos indivíduos no local com posse de viatura. Para além da sua influência nesse período, um dos entrevistados da zona de Maninhane relatou um episódio que ilustra o poder exercido pelo *ndota* 2 sobre os demais líderes. De acordo com o relato, o régulo foi vítima do roubo de oito cabeças de gado, cujas evidências apontavam para os filhos do *ndota* 2 como autores. Contudo, apesar da identificação dos suspeitos, os actores da liderança optaram por não dar seguimento com a resolução do caso e nem foram aplicadas quaisquer sanções, por receio de represálias por parte do *ndota* 2, associadas ao seu poder invisível, a do uso da magia negra. Esses acontecimentos evidenciam a capacidade do *ndota* 2 de exercer poder tanto oculto quanto invisível, consolidando a sua posição de influência dentro da estrutura de liderança.

Enquanto os chefes tradicionais, os chefes de aldeia e os funcionários do governo exercem predominantemente uma forma de poder visível, assente em normas institucionais, regras consuetudinárias e dispositivos formais de autoridade reconhecidos socialmente (Siangulube *et al.* 2022), atenção deve ser dada as outras formas de poder pouco ou não visíveis. Pois, estes resultados corroboram com Gibson (1999), que argumenta que as comunidades são heterogêneas, compostas por múltiplos actores com diferenças em poder, interesses, influência, classe, *status* e riqueza, o que implica variações nas formas como o poder é exercido dentro da comunidade. São estas variadas forma de poder que devem ser reconhecidas em intervenções participativos e democráticos, de modo a que o desenho dos processos levem em consideração estas dinâmicas para resultados mais equitativos e justos

Na mesma perspectiva, Cullen *et al.* (2014) explica que o poder oculto pode emergir de recursos estratégicos como conhecimento especializado, estatuto simbólico ou competências técnicas. No contexto analisado, essa dinâmica manifesta-se na influência exercida pelo *ndota* 2, cuja especialização em plantas medicinais lhe confere reconhecimento social e capacidade de intervenção nos processos decisórios.

4.6.2. Análise das relações de parentesco e o nível de influência dos actores da estrutura de liderança

A análise das relações de parentesco centra-se na identificação dos vínculos por consanguinidade e por casamento existentes entre os actores. Esta análise permite examinar a composição social da estrutura de liderança e avaliar em que medida os laços familiares condicionam o acesso às

posições de poder, revelando padrões de inclusão e exclusão, bem como se o poder está concentrada em determinadas linhagens ou distribuída de forma mais ampla na comunidade.

O mapa (Figura 6) ilustra a análise da relação de parentesco de sete linhagens distinguidas pelas diferentes cores. As diferentes formas geométricas (triângulos, quadrados, círculos) representam as diferentes funções na estrutura de liderança. As relações são representadas pelas diferentes setas igualmente diferenciadas pelas distintas cores (vermelho-consanguinidade, verde- casamento com ligação próxima, verde tracejado- casamento com ligação distante) e formato da seta (cheias- forte e tracejado - fraca). Além disso, a figura ilustra a distribuição do nível de influencia dos actores da liderança (Tabela 7Tabela 1) com base nos valores das métricas de grau de centralidade, centralidade de proximidade e centralidade de intermediação. No caso do grau de centralidade, valores mais altos indicam maior número de ligações e, conseqüentemente, maior influência do actor na rede. Enquanto, as métricas de centralidade de proximidade e de intermediação variam entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, maior é a influência do actor, e valores próximos de 0 indicam

menor

influência.

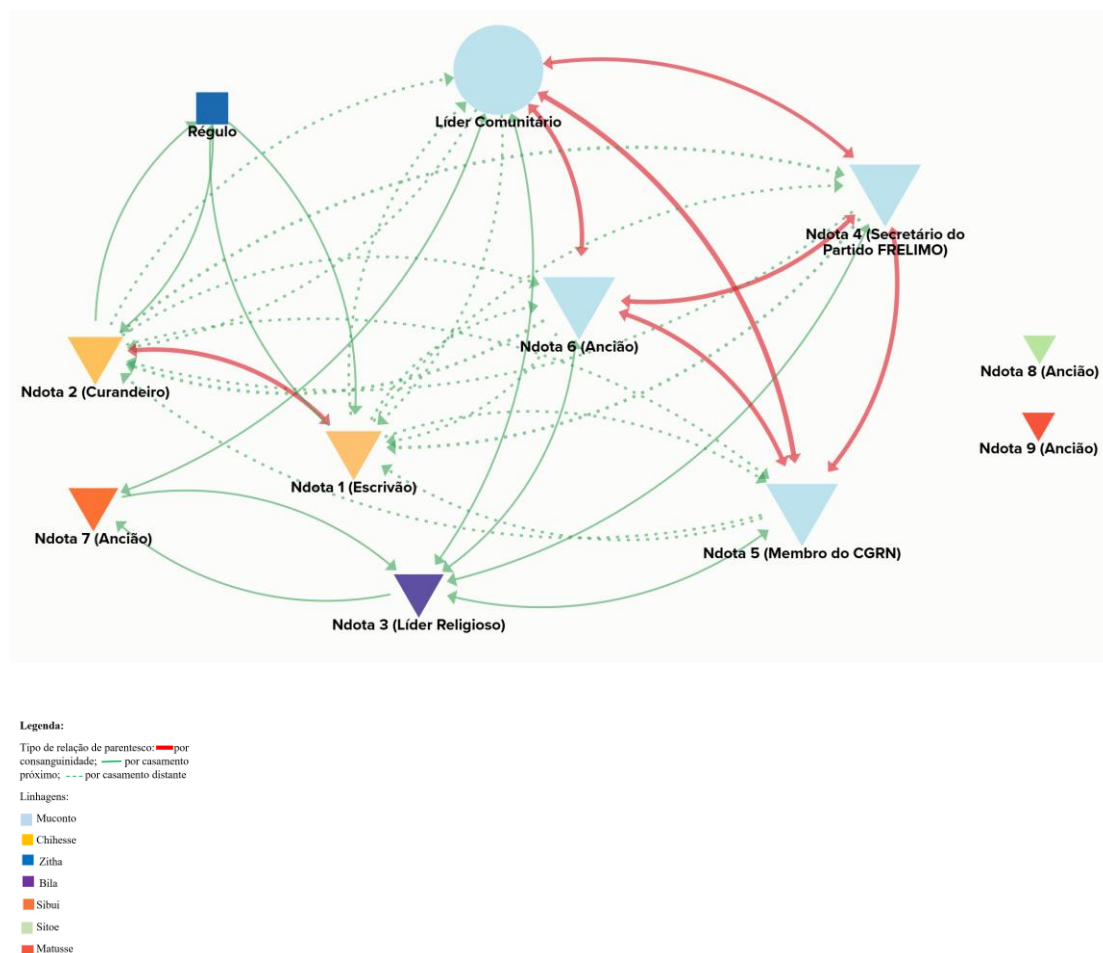


Figura 6 Mapa que ilustra as relações de parentesco entre os actores da liderança

Tabela 7 Nível de influência dos actores medido pelos métricas de grau, centralidade de proximidade e intermediação

Rede	Actores	Grau de centralidade ponderado	Centralidade de Proximidade	Centralidade de Intermediação
Relação de parentesco	<u>Régulo</u>	<u>5</u>	<u>0.367</u>	<u>0</u>
	<u>Líder Comunitário</u>	<u>17</u>	<u>0.750</u>	<u>0.150</u>
	Ndots 1 (Escrivão)	15	0.700	0.067
	Ndots 2 (Curandeiro)	15	0.700	0.067
	Ndots 3 (Líder Religioso)	12	0.633	<u>0</u>
	Ndots 4 (Secretário do Partido)	15	0.700	0.020
	Ndots 5 (Membro do Comité GRN)	15	0.700	0.020
	Ndots 6 (Ancião)	15	0.700	0.017
	Ndots 7 (Ancião)	<u>6</u>	0.483	<u>0</u>
	Ndots 8 (Ancião)	0	0	0
	Ndots 9 (Ancião)	0	0	0

Os resultados mostram que 9 dos 11 actores que compõem a estrutura de liderança mantêm relações de parentesco, predominantemente por consanguinidade e por casamento, tanto com ligações próximas quanto distantes. Com excepção dos *ndotas* 8 e 9, todos os demais actores têm mais de um membro da sua linhagem na estrutura da liderança.

Os resultados ilustram uma relação forte de consanguinidade entre os *ndotas* 4,5,6 e o líder comunitário. O líder comunitário e os *ndotas* 4, 5 e 6 têm igualmente uma relação próxima por casamento com o *ndota* 3, que também mantém uma relação similar com o *ndota* 7. Os *ndotas* 1 e 2 tem uma relação forte de consanguinidade e ambos mantêm uma relação de parentesco por casamento com ligação próxima com o régulo.

No que se refere à análise das métricas, os resultados indicam que o líder comunitário apresenta o maior grau de centralidade ponderado na rede (17), evidenciando que mantém múltiplos e fortes

vínculos de parentesco com a maioria dos actores da liderança (7 dos 11). Os resultados revelam também a presença de outros actores com grau de centralidade ponderada relativamente superior ao dos restantes, que incluem os ndotas 1 2, 4, 5 e 6, todos com valor de 15.

Quanto à centralidade de proximidade, os resultados mostram que o líder comunitário apresenta o valor mais elevado na rede (0,750), indicando que mantém vínculos de parentesco directos e próximos com vários membros da estrutura de liderança. Os ndotas 1 a 6 também apresentaram valores relativamente altos (0,700), o que sugere que estes actores mantêm igualmente laços de parentesco próximos com os membros da liderança. Em contraste, o régulo apresentou o menor valor da métrica (0,367), indicando que mantém relações de parentesco relativamente mais fracas em relação aos outros actores da estrutura de liderança. Por outro lado, na análise da centralidade de intermediação, o líder comunitário foi o único actor com valor na métrica (0,150), demonstrando que actua como elo de ligação de parentesco entre os membros da estrutura de liderança. Estes resultados estão em consonância com Krebs (2004), argumenta que actores com elevada centralidade de intermediação e de proximidade tendem a ser particularmente influentes e/ou poderosos, uma vez que controlam melhor as interacções entre os actores e têm acesso mais rápido a toda a rede.

Ao relacionar os resultados das métricas com as posições (funções) ocupadas na estrutura de liderança, observa-se que os actores com maiores valores, que mantêm relações de parentesco consanguíneo entre si, pertencendo às linhagens Muconto e Chihesse, desempenham funções estratégicas na liderança, nomeadamente: na gestão de recursos (Assinatura de licenças de exploração de carvão e guias de compra e venda de gado e a gestão do valor de 20% da exploração do SGP); na gestão de informação (acesso a informação externa) e na mediação de conflitos, incluindo tipos em que os demais membros da liderança não intervêm (feitiçaria e roubo de gado) (ver Secção 4.2).

Considerando que os ndotas são escolhidos pelo líder comunitário, estes padrões podem ser interpretados como uma estratégia intencional de selecção, privilegiando conselheiros pertencentes à sua própria linhagem ou a indivíduos com os quais mantém laços de parentesco próximos, actores em quem confia previamente e que tendem a alinhar-se com os seus interesses.

Estes resultados sugerem que as posições estratégicas ocupadas pelos actores podem estar associadas aos laços de parentesco existentes entre os membros. Este entendimento é sustentado por Kuper (1960) e Sikor e Lund (2009), que argumentam que as estruturas de governança local

em contextos africanos são frequentemente moldadas por relações familiares. Bebbington (1999), reforça esta perspectiva afirmando que tais estruturas podem, simultaneamente, fortalecer a cooperação dentro do grupo ou limitar a inclusão de outros membros ou grupos nas decisões comunitárias.

4.6.3. Análise do nível de influência dos actores da estrutura de liderança na gestão dos recursos naturais comuns com base na percepção da comunidade

A análise concentra-se na identificação dos actores envolvidos na gestão dos recursos naturais e no grau de influência que cada um exerce nos processos de tomada de decisão, com ênfase nos recursos considerados relevantes pela comunidade, nomeadamente: terra, água, áreas florestais (com destaque para a exploração de carvão) e áreas de pastagens. Ao examinar quem controla o acesso aos recursos e quem determina as decisões, esta abordagem permite compreender a organização da gestão dos recursos naturais e a distribuição da influência entre os diferentes actores, possibilitando identificar aqueles que ocupam posições mais centrais e aqueles que se encontram em posições periféricas nos processos de decisórios.

A Figura 7 apresenta o nível de influência dos actores da liderança local na gestão dos diferentes recursos naturais (terra, área florestal, água e áreas de pastagens) conforme percebido pela comunidade, expresso numa escala de Likert de 0 (nenhuma influência) a 5 (influência elevada/alta).

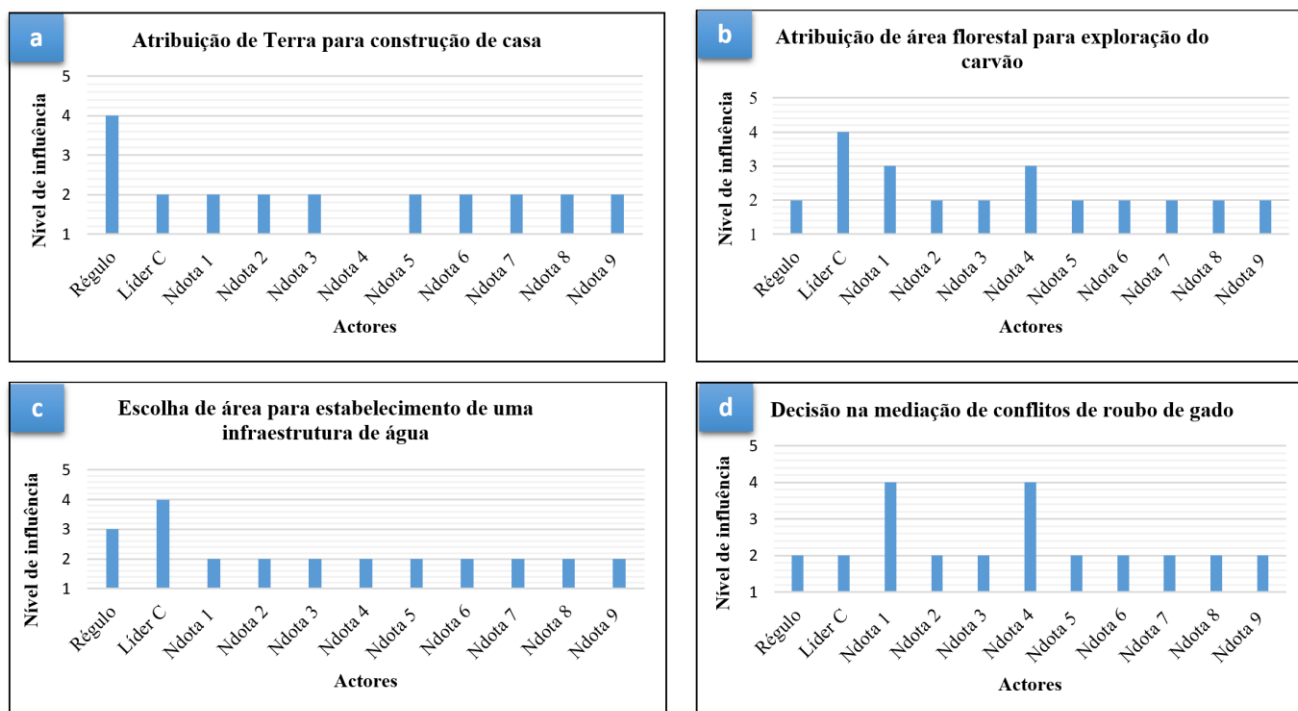


Figura 7. Percepção da comunidade sobre o nível de influência dos actores da liderança na gestão dos recursos naturais

Os resultados mostram que o nível de influência dos actores da liderança varia de acordo com o tipo de recurso natural analisado.

No que se refere à terra (**Figura 7-a**), os resultados indicam que o régulo é o actor percebido como detentor de influência alta na atribuição da terra para construção de casa, enquanto os demais actores, o líder comunitário e os *ndotas* (1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9) apresentam influência baixa, com excepção do *ndota* 4 (secretário do partido), que apresenta nenhuma influência. Esta centralidade do régulo na gestão da terra pode ser explicada à luz de Feliciano (1989), que argumenta que o régulo detém autoridade consuetudinária sobre a terra e legitimidade simbólica para a sua gestão, cabendo-lhe garantir e regular o acesso de cada clã ou linhagem. Por sua vez, a baixa influência atribuída aos restantes actores está associada ao papel limitado que desempenham nas questões fundiárias, o qual se restringe essencialmente à recepção e encaminhamento dos pedidos ao régulo, sem participação directa nos processos de tomada de decisão.

O *ndota* 4 (secretário do partido) é percebido como não tendo nenhuma influência na atribuição de terra, em parte porque está vinculado a uma estrutura de liderança administrativa. Como a terra é um recurso historicamente associado à liderança tradicional, o *ndota* 4 não é reconhecido como um actor relevante nas decisões relacionadas a esse recurso.

Em contraste, na atribuição de áreas florestais (**Figura 7-b**) observa-se uma dispersão na percepção da comunidade sobre o nível de influência sobre este recurso, sendo o líder comunitário considerado o actor com influência alta, enquanto os *ndotas* 1 e 4 apresentam influência moderada, e os demais actores da estrutura de liderança, incluindo o régulo, apresentam influência baixa.

Essa dispersão pode ser explicada por diversos factores. A alta influência do líder comunitário pode estar associada ao facto de que, actualmente, a disponibilidade de árvores para exploração de carvão se encontra na área de jurisdição desse líder. De acordo com os entrevistados, anualmente realiza-se uma cerimónia tradicional para marcar a abertura do período de exploração do carvão no território onde há disponibilidade de árvores, e, para a realização desses rituais, os produtores entregam ao líder responsável pela região produtos como vinho, cabritos e dinheiro em espécie. No caso de Mavunguane, essas cerimónias são actualmente conduzidas pelo líder comunitário devido à disponibilidade de árvores na sua área de jurisdição, enquanto, em períodos anteriores, quando ainda havia árvores na zona de Manhinhane, eram realizadas pelo régulo.

Por outro lado, a influência moderada dos *ndotas* 1 e 4 pode ser explicada pelo facto de serem responsáveis pela assinatura das licenças de exploração, o que leva a comunidade a perceber que, na prática, quem assina as licenças é quem decide pela atribuição das áreas florestais.

Na escolha do local para a implantação de uma infraestrutura de água (**Figura 7-c**) observa-se também uma variação na percepção de influência pela comunidade, com o líder comunitário mais uma vez sendo considerado o actor de influência alta, enquanto o régulo apresenta influência moderada, e todos os *ndotas* são percebidos como actores de influência baixa.

A elevada influência atribuída ao líder comunitário pode estar associada ao facto de a infraestrutura de água implementada pelo projecto ProSuLi ter sido construída no povoado de Mavunguane, numa área próxima da sua residência e distante da zona do régulo, levando a comunidade a perceber que o estabelecimento de uma infraestrutura de água numa determinada localização é definido pelo líder que governa esse território. Soma-se a este facto a concentração da maioria das fontes de água funcionais da comunidade (3 das 5) no mesmo território, enquanto na zona do régulo, Manhinhane, existe apenas uma fonte de água funcional, localizada na sua residência, construída pelo Sabié Game Park no âmbito dos acordos estabelecidos do processo de reassentamento. Em conjunto, esses elementos reforçam, entre os membros da comunidade, a percepção de que as decisões relativas à localização e ao estabelecimento das infraestruturas de água são fortemente influenciadas pelo líder comunitário.

Em relação à mediação e resolução de conflitos relacionados com o roubo de gado (**Figura 7-d**), os resultados indicam que os *ndotas* 1 e 4 são percebidos pela comunidade como actores de influência alta, enquanto os demais actores, incluindo o régulo e o líder comunitário, são percebidos como actores de influência baixa. A influência alta dos *ndotas* 1 e 4 pode ser explicada pelo facto de serem responsáveis pela assinatura das guias de compra e venda do gado bovino, conferindo-lhes, na percepção da comunidade, autoridade decisória efectiva na mediação e resolução de conflitos relacionados com o roubo de gado.

Os resultados apresentados revelam que a gestão dos recursos naturais se encontra concentrada em quatro actores da estrutura de liderança: o régulo, o líder comunitário e os *ndotas* 1 e 4, sendo o líder comunitário o actor percebido como mais influente nos processos decisórios. Essa configuração está em consonância com Giddens (1984), que argumenta que os recursos são os meios pelos quais o poder é exercido, e seu controle geralmente está concentrado em um pequeno grupo. A elevada influência do líder comunitário na gestão dos recursos naturais reforça a perspectiva apresentada na secção anterior, em que ele foi destacado como influente, segundo Krebs (2004), devido aos elevados níveis de centralidade de intermediação e de proximidade que apresenta na rede.

De forma consistente com estes resultados, Rei (2000) demonstrou que a influência percebida nos processos de tomada de decisão resulta da combinação entre posição na rede (centralidade de grau) e autoridade formal. Segundo o autor, actores que possuem ambos os atributos tendem a ser percebidos como altamente influentes, enquanto aqueles que não reúnem essas características ocupam posições inferiores em termos de influência. Esta perspectiva ajuda a explicar por que o líder comunitário, que combina centralidade na rede e reconhecimento formal, é considerado o actor mais influente na gestão dos recursos naturais.

Em contraste, o *ndota* 2, que detém simultaneamente formas de poder oculto (elevado nível de riqueza) e invisível (percebido como praticante de magia negra), apresenta baixa influência na gestão dos recursos naturais. Esta aparente contradição pode ser explicada pelo facto de que, embora o poder económico e simbólico possa conferir prestígio ou autoridade em certos contextos, a influência na gestão dos recursos depende também da aceitação social e da legitimação dentro da rede de liderança. Ou seja, a percepção negativa associada às suas práticas de magia negra, bem como possíveis barreiras de confiança, limita a sua capacidade de exercer influência nos processos decisórios, apesar do controlo potencial que poderia ter sobre os recursos.

Por outro lado, constatou-se que, apesar da elevada centralidade do *ndota* 2 na rede, a sua influência prática nos processos de gestão dos recursos comuns é limitada. Os dados indicam que

a percepção de influência na comunidade se concentra sobretudo nos actores com papéis formalmente reconhecidos e funcionalmente activos nesse domínio, nomeadamente o régulo, o líder comunitário e os *ndotas* 1 e 4.

Em contraste, o *ndota* 2, embora apresente forte centralidade relaccional e participação frequente nos processos decisórios da comunidade, não desempenha funções directas na gestão dos recursos comuns, facto que poderá influenciar a percepção dos entrevistados sobre a sua influência nesses processos, levando à atribuição de um nível relativamente baixo de influência. Assim, os resultados sugerem que determinadas formas de influência informal e simbólica podem não ser plenamente reconhecidas pela comunidade sobretudo quando não estão associadas a funções formais de gestão ou a posições visíveis nos processos de tomada de decisão.

4.7. Análise das dinâmicas de participação e sua influência no processo de implementação do Projecto ProSuLi

A implementação do projecto ProSuLi conheceu várias fases de engajamento das comunidades e da estrutura de liderança, desde a apresentação e inserção, identificação das acções de intervenção, a implementação das acções e o estabelecimento de um sistema de governança para gestão da infraestrutura. Em cada um dos processos os diferentes actores da estrutura de liderança desempenharam diferentes papéis e influenciaram o processo ou moldaram o curso das acções. É importante lembrar que o projecto adoptou desde o início uma abordagem participativa, cuja aceitação do projecto e as acções de intervenção deveriam ser identificadas pelos membros da comunidade e cabia a equipe do projecto desenhar e facilitar processos que permitissem o engajamento de todos os actores-chave no processo.

Esta secção do trabalho descreve as diferentes fases do projecto analisando o processo, os assuntos debatidos, a participação dos diferentes intervenientes e especialmente dos membros que compõem a estrutura de liderança, o papel e influência exercida por estes, e os resultados obtidos. Esta análise, é feita a cada uma das diferentes fases de implementação do projecto, analisando retrospectivamente as narrativas dos intervenientes para averiguar o alcance da intervenção e o nível de influência que obteve. Para garantir uma compreensão clara e sistemática, os resultados são apresentados sequencialmente por fases.

FASE I: Inserção e Negociação do Projecto

A primeira fase consistiu numa série de encontros ao nível do Posto Administrativo de Sábie e ao nível das comunidades para apresentação do projecto, a razão da escolha da região de Mangalane, os objectivos do projecto e a abordagem que o projecto iria adoptar. Este processo de inserção até a apresentação oficial do projecto levou cerca de 06 meses, de Março a Agosto de 2018. Pois, foram necessárias após a anuência do posto administrativo, 3 reuniões com o régulo, com o ndunas e depois com as comunidade e respectivas lideranças. Ao nível do posto, a dificuldade foi justificar a intervenção do projecto na região de Mangalane, considerada “confusa” e de difícil ambiente de trabalho, que, segundo o chefe do posto na altura, aquela região não tinha um chefe de localidade porque este teria abandonado a zona. Após explicar que o foco do projecto era em comunidades adjacentes as áreas de conservação, no caso estas comunidades estão localizadas nas imediações do SGP, que integra a área transfronteiriça de Lebombo. Após 2 ciclos de conversa com o chefe do posto foi autorizada a visita da equipe do projecto à comunidade de Mangalane, tendo se concretizado em Maio de 2018. Nesta visita a equipe do projecto foi acompanhada pelo chefe da localidade de Sábie e teve um encontro com o régulo de Mangalane. Este por sua vez, solicitou um encontro mais alargado que integrasse os outros membros da comunidade, que ele por si só não poderia tomar nenhuma decisão, tendo marcado a data 06 de Agosto para o novo encontro. A Tabela 8 abaixo, reporta os eventos e processos a partir desse encontro.

Tabela 8. Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de inserção e negociação do projecto

Data, Evento e Local	Objectivos	Principais assuntos discutidos ou decididos	Participação	Narrativas, evidências da influência dos actores e análises reflexivas
06/08/2018 Apresentação do projecto e construção de confiança (primeiro contacto) Local: Em casa do régulo, zona de Manhihane	1-Estabelecer o primeiro contacto oficial com a comunidade e liderança local. 2-Explicar o objectivo e abordagem do projecto.	1- Intervenientes da comunidade elaboraram sobre seus principais desafios; 2-As comunidades questionaram em relação aos objectivos e abordagem do projecto 3- Retorno da equipe do projecto condicionada a apresentação de uma carta formal sobre objectivos claros e abordagem do projecto	23 Participantes (sem especificação do número de líderes e nem dos membros da comunidade) Liderança: régulo, liderança dos cinco povoados de Mangalane Membros da comunidade: não foi possível identificar Outros: Chefe de Localidade e Coordenadora do projecto	<u>Narrativas:</u> “...vem aqui e diz que nos quer ajudar, mas não tem dinheiro...se não está pronto para vir ajudar, então não venha aqui incomodar-nos...” (Régulo, 06/08/2018) “...aqui dependemos da produção de carvão e da caça, actividades ilegais que a Universidade provavelmente não apoiará e poderá até desencorajar; por isso, não faz sentido voltar aqui... (Actor influente sem identificação, 06/08/2018)” <u>Facto:</u> Após o diálogo de cerca de 2 horas, o régulo de Mangalane concordou com o retorno da equipe à comunidade e pediu a coordenadora que escrevesse num papel as intenções do projecto e o número de telefone <u>Reflexão:</u> Pode-se observar que nesta fase, o régulo foi o actor de maior influência, uma vez que decidiu sobre o retorno da equipa do projecto à comunidade mediante a formalização por escrito das intenções do projecto, exercendo ainda um papel determinante ao persuadir a comunidade a confiar na equipa e a dar uma oportunidade de trabalhar com ela.
27-28/08/2018 Diagnóstico exploratório e colectivo da situação actual dos meios de vida da comunidade de Mangalane Local: Em casa do régulo	1-Recolher informações específicas sobre os meios de subsistência dos membros da comunidade e as suas dificuldades nos 7 povoados de Mangalane. 2- Explorar possíveis áreas de intervenção e investigação para o projecto	1-Problemas prioritários identificados em todas as aldeias (escassez extrema de água para consumo, agricultura e pecuária; 2-Conflicto Homem-animal; 3-Mortalidade elevada do gado; 4- Relação conflictuosa com o SGP; e 5- Furos e/ou infraestruturas hídricas não funcionais	10 Participantes Liderança de Mangalane: régulo, secretária do parido de Mukakaza, líder de Langa; líder de Mavhivhine, líder de Baptine, líder de Ndindiza/Costine Liderança de Mavunguane: ndota 2, ndota 4 Outros: equipe do projecto	<u>Factos:</u> 1- Participação de maior parte das lideranças de outros povoados pertencentes ao regulado de Mangalane 2-O régulo apontou o ndota 2 como a pessoa responsável pelo abastecimento de água na comunidade 3- Neste período, o ndota 2 não exercia função/responsabilidade no abastecimento de água na comunidade, nem de Mangalane nem de Mavunguane, povoado a qual pertence. <u>Reflexão:</u> A indicação do ndota 2 pelo régulo evidencia a confiança deste actor, reflectindo também a influência do ndota 2 sobre o régulo, possivelmente relaccionada ao facto de disponibilizar transporte para apoiar o régulo nas suas deslocações e à cooperação histórica entre as linhagens Zitha e Chihesse, sendo os membros da linhagem do ndota 2 historicamente reconhecidos como “braço direito” da linhagem do régulo.

Setembro a Dezembro 2018- Realização de múltiplas missões com equipas multidisciplinares	Mapear colectivamente os meios de vida das comunidades, as diferentes fontes de água, seu estado de funcionamento e a qualidade de água, práticas de criação de gado	1-Actividades de sustento e de geração de renda e sua ligação com os RN 2-Estrutura organizacional da comunidade na implementação das diferentes actividades, incluindo a gestão e manutenção de infraestruturas de água, criação animal e gestão de áreas de pastagem	15 Participantes Liderança de Mangalane: régulo, secretária do partido de Mukakaza, líder de Langa; líder de Mavhivhine, líder de Baptine, líder de Ndindiza/Costine Outros: coordenadora e 4 pesquisadora do projecto	<u>Factos:</u> 1- Participação de maior parte das lideranças de outros povoados pertencentes ao regulado de Mangalane 2-Realizado o levantamento colectivo das fontes de água funcionais e não funcionais, as formas de utilização e benefícios para seus meios de vida. 3-Discutidos de forma colectiva a percepção dos membros da comunidade sobre as razões de não funcionamento das fontes e as implicações nas suas vidas. 4-Apresentação e Discussão dos resultados do levantamento, criada a oportunidade de continuar a explorar as limitações e oportunidade para melhoria dos meios de vida no Workshop dos futuros
19-20/02/2019 Encontro de discussão dos preparativos do <i>Future Workshop</i> com os principais stakeholders Local: Em casa do régulo, zona de Manhinane	1-Apresentação dos objectivos do workshop dos futuros; 2-Apresentação do perfil dos participantes para integrar o workshop	1-Discussão das áreas de conhecimento identificadas para o workshop e perfil dos participantes propostos para representar a comunidade; 2-Discussão dos mecanismos que a liderança usaria para identificar e convidar os participantes 3- Discussão do local de realização do workshop (CEDAS-Sabié), a duração e os aspectos logísticos da organização do Workshop	6 Participantes Liderança: Régulo Outros: Representante do Posto, do SDPI Moamba, Chefe de localidades, Directora do SGP e coordenadora do projecto	<u>Narrativa:</u> “...para garantir a participação, é preciso falar directamente com as pessoas e explicar o objectivo da reunião, pois, se apenas ouvirem de mim, talvez não aceitem participar (régulo, 19/02/2019)” <u>Reflexão:</u> A narrativa indica que o régulo é um actor-chave na mediação com os intervenientes externos, evidenciando elevada influência nesse domínio. Contudo, a necessidade de intervenção directa da equipa do projecto para mobilizar a comunidade sugere que a sua influência interna é limitada ou enfraquecida, não sendo suficiente, por si só, para garantir a participação <u>Facto:</u> O régulo aprovou de imediato dois participantes, incluindo um líder de Mukakaza 1 e o ndota 2, de Mavunguane. Mas mostrou hesitação ao nome da secretária do partido de Mukakaza 2. <u>Reflexão:</u> Observa-se a influência do régulo na selecção dos participantes, ao incluir alguns e vedar outros. O facto de ter vetado a participação da secretária do partido pode revelar a tensão histórica entre os membros das duas estruturas de liderança, tradicional e administrativa. A indicação do ndota 2 como representante de Mavunguane evidencia a confiança que o régulo mantém sobre ele.

Da tabela acima do resumo dos principais eventos que evoluíram nesta fase, mostra que a participação da liderança e membros da comunidade evoluiu do global, isto é, de todos os povoados que constituem o regulado de Mavunguane durante a inserção do projecto, para uma participação mais restrita ao povoado de Mavunguane onde o régulo e o líder comunitário estão estabelecidos. Esta união de forças dos diferentes povoados para questionarem do propósito do projecto, pode ser interpretada de 2 formas. A primeira, como uma estratégia colectiva para fazer face a um passado recente de usurpação da terra para o estabelecimento do SGP. A segunda, como um sinal de desconfiança para com o regulado e seus conselheiros, pelas mesmas razões acima, tendo influenciado uma abordagem mais horizontal e colectiva para tomada de decisões.

Igualmente, nota-se pelos depoimentos expostos que a negociação para a inserção do projecto não foi um processo fácil, a comunidade demonstrou resistência justificando que não tinham perfil para colaborar com a universidade porque praticavam actividades como a produção de carvão e a caça consideradas ilegais. Por outro lado, o facto do projecto apresentar-se com uma abordagem participativa, em que o grupo alvo, neste caso as comunidades é que deveriam identificar o curso da intervenção aumentou a desconfiança. Foram necessários vários ciclos de interacção durante 1 ano para estabelecer alguma confiança e paulatinamente ganhar a abertura e colaboração da comunidade. Só nessa altura foi possível organizar o workshop para a identificação do curso das acções do projecto.

As narrativas indicam que o régulo foi decisivo para assegurar a continuidade das negociações e consolidar a confiança no projecto, num contexto marcado por desconfiança e limitada abertura ao diálogo por parte da comunidade, sendo a sua autorização para o retorno da equipa e a formalização das intenções do projecto um indicativo de que, nesta fase, o régulo detinha a maior influência na estrutura de liderança local. A sua influência torna-se igualmente visível na indicação e aprovação dos participantes seleccionados para o workshop, processo no qual exerceu a sua autoridade tradicional para impor a participação de alguns membros e vedando a participação de outros.

Além disso, constatou-se que os actores da liderança que participaram nesta fase, pertencentes ao povoado de Mavunguane, *ndota* 2 e *ndota* 4, mantêm relações de parentesco com o régulo e com o líder comunitário. O líder comunitário e o *ndota* 4 possuem vínculo de consanguinidade, enquanto o *ndota* 2 mantêm relações de parentesco por casamento com o régulo, o líder comunitário e o *ndota* 4.

Contudo, observa-se que o *ndota 2* foi o actor da estrutura de liderança de Mavunguane que participou regularmente em todos os encontros realizados nesta fase de inserção do projecto. Este mesmo actor, foi também indicado pelo régulo como responsável por velar pelas infraestruturas de água na comunidade, sendo assim indicado para acompanhar o trabalho de mapeamento e caracterização das infraestruturas de água em todos os povoados do Regulado. Este, foi também o participante do workshop que o régulo impôs a sua participação, evidenciando a confiança que o régulo deposita no *ndota 2*, bem como a influência que este exerce na comunidade. Estes acontecimentos podem ser explicados em parte pela relação de parentesco que o *ndota 2* mantém com o régulo, a qual contribui para o fortalecimento de laços de confiança e de proximidade entre ambos.

Por outro lado, a influência do *ndota 2* junto do régulo pode ser analisada sob outra perspectiva. Embora existam dois actores da estrutura de liderança pertencentes à linhagem Chihesse, *ndotas 1 e 2*, ambos com vínculos de parentesco com o régulo, observa-se o destaque do segundo nesta fase, o que sugere que a sua influência junto do régulo não se explica apenas pelos laços de parentesco, mas também por outros factores, como o *status* social do *ndota 2*, influenciado pela posse de bens. A análise do *status* social das linhagens de liderança através da posse de bens dos representantes destas (Figura 5) revela que o *ndota 2* detém o maior nível de riqueza, incluindo o maior número de gado e meios circulantes, facto que pode justificar a relação próxima com o régulo, visto que este recorre ao transporte do *ndota 2* para as suas deslocações. Dessa forma, o *ndota 2* assume uma posição estratégica que fortalece o poder do régulo, funcionando como representante da sua autoridade no povoado.

Estes resultados estão em concordância com Schiffer (2008), que argumenta que a influência dos actores não depende apenas da sua posição na estrutura de liderança, mas também das suas características individuais e dos recursos estratégicos que controlam. O caso do *ndota 2* ilustra que um actor pode exercer influência significativa nos processos decisórios mesmo sem ocupar posições centrais formais, evidenciando o papel determinante de factores estratégicos e contextuais na liderança local.

FASE II: Definição Colectiva das Prioridades de Intervenção

A definição colectiva das prioridades de intervenção só foi possível após várias sessões de engajamento na fase I, usando diferentes abordagens que permitiram o desenvolvimento de um entendimento colectivo e que facilitaram a construção de confiança entre os intervenientes do projecto e os diferentes actores, especialmente os membros da comunidade e a estrutura de

liderança. A partir deste entendimento colectivo da situação problemática pelas partes, foi facilitado um workshop para definição das prioridades. A selecção dos participantes obedeceu o critério de permitir um grupo diversificado de pessoas que detêm um conhecimento profundo e histórico sobre os diferentes temáticas identificadas como relevantes nomeadamente: agricultura, pastagens, recursos florestais, criação de gado, historial de assentamentos, fontes de água, cultura local. Outra sugestão feita aos critérios foi que deveria incluir indivíduos (homens e mulheres) das diferentes zonas que constituem o regulado, um professor residente na comunidade há mais de cinco anos, um jovem bem informado sobre os desafios da juventude e um empreendedor. A primazia não era dada necessariamente aos indivíduos que integram a estrutura de liderança, mas sim aos que detinham o conhecimento e com capacidade de o comunicar. Esta fase analisa como os critérios foram ou não considerados pela liderança local na identificação e escolha dos participantes do workshop, quais as lógicas e interesses persistiram na escolha dos participantes e como estes articularam o seu conhecimento e interesses no decurso do Workshop.

Tabela 9. Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de definição colectiva das prioridades de intervenção

Data, Evento e Local	Objectivos	Principais assuntos discutidos ou decididos	Participação	Narrativas, evidências da influência dos actores e análises reflexivas
21-22/03/2019 Future Workshop Centro de Desenvolvimento Agrário de Sabié	1-Desenvolver uma visão colectiva para o desenvolvimento da comunidade 2-Identificar as prioridades de intervenção mediante as necessidades prioritária das comunidades	Identificadas 5 prioridades de desenvolvimento para a Mavunguane: 1-Acesso a água; 2-Agricultura familiar e segurança alimentar, 3-Produção pecuária, 4-Governança comunitária, 5-Funcionamento do governo	33 Participantes: Liderança: régulo e liderança dos quatro povoados (Ndindiza, Mavunguane, Baptine e Mukakaza) Mavunguane: ndotas 1, 4 e 5 Membros da comunidade Manhinane (0); Ganguene (1) ; Mavunguane-Escola (0) e Tafula (2) Outros: 2 Técnicos SDAE, 2 do SDPI Moamba, 2 extensionistas Sabié, 2 chefes de localidades, 1 representante Sabié Game parque; 2 Representantes do projecto Kheta; 5 Pesquisadores e 2 estudantes do ProSuLi	<u>Factos:</u> 1-A participante da zona de Ganguene é esposa do ndota 4, e cunhada do líder comunitário, ndotas 5 e 6. 2- As participantes da zona de Tafula mantêm vínculos de parentesco com o ndota 2 (1 é comadre e a outra é cunhada) <u>Reflexão:</u> os participantes seleccionados para o workshop incluíram, por um lado, actores que integram directamente a estrutura de liderança tradicional e, por outro, membros da comunidade que mantêm relações de parentesco com actores da liderança

Os resultados apresentados na tabela mostram que, nesta fase, participaram quatro actores que integram a liderança de Mavunguane: o régulo, pertencente à linhagem Zitha; dois actores, *ndota* 4 e 5, pertencentes à linhagem Muconto; e um actor da linhagem Chihesse, o *ndota* 1. Além disso, observou-se quatro membros da comunidade de Mavunguane, provenientes de duas zonas: uma mulher de Ganguene e duas mulheres de Tafula. Observa-se que a participante da zona de Ganguene pertence à linhagem Muconto e mantém relações de parentesco por casamento com o líder comunitário e o *ndota* 4 (é esposa do *ndota* 4 e cunhada do líder comunitário). Quanto às participantes de Tafula, uma pertence à linhagem Nhognhama e a outra à linhagem Ngovo, sendo que ambas possuem vínculos de parentesco com o *ndota* 2 (a primeira é comadre e a segunda é cunhada). Estes resultados indicam que os participantes seleccionados para o workshop incluíram, por um lado, actores que integram directamente a estrutura de liderança tradicional e, por outro, membros da comunidade que mantêm relações de parentesco com actores da liderança. Observa-se ainda que a maioria dos participantes está associada às linhagens Muconto e Chihesse.

Ao confrontar os representantes seleccionados com os critérios previamente estabelecidos para a escolha dos participantes, pode-se concluir que a selecção não seguiu integralmente estes critérios. Pelo contrário, os resultados sugerem que os laços de parentesco desempenharam um papel importante na definição dos participantes, influenciando o acesso aos espaços de participação e decisão.

Esta situação evidencia uma limitação frequentemente associada às abordagens participativas, sobretudo quando o poder de decisão é amplamente transferido para actores locais sem mecanismos adequados de transparência e inclusão. Nesses contextos, existe o risco de captura de elites, em que indivíduos ou grupos com maior poder social, político ou simbólico, passam a dominar os processos participativos, orientando as decisões de acordo com os seus próprios interesses. Como resultado, grupos socialmente menos influentes, podem ser marginalizados ou excluídos dos processos de decisão.

Esta perspectiva está em concordância com Mansuri e Rao (2013), onde argumentam que, em contextos caracterizados por fortes hierarquias sociais e redes de parentesco, os processos participativos podem reforçar estruturas de poder preexistentes, em vez de promover uma participação equitativa. De forma semelhante, Cooke e Kothari (2001) alertam que a participação pode tornar-se uma “nova tirania”, na medida em que legítimas decisões tomadas por elites locais,

sob a aparência de inclusão comunitária. Estes autores destacam que, na ausência de mecanismos formais que garantam equidade e transparência, a participação pode reproduzir desigualdades sociais e limitar a representação efectiva de interesses diversos (Carr *et al.*, 2012).

Fase III: Desenho, Construção e Monitoria das Infraestruturas de Água e do seu Funcionamento

Após a identificação e priorização das áreas de intervenção, o acesso e a disponibilidade de água destacou-se como prioridade e foi seleccionado para intervenção. Esta fase do projecto engloba os eventos e processos que decorreram desde a aprovação do desenho do projecto e a definição do local para instalação da infraestrutura, até à mobilização e ao engajamento das comunidades na sua construção. Importa realçar que as actividades foram interrompidas durante o período de janeiro a outubro de 2020 devido à pandemia de COVID-19.

O processo de construção da infraestrutura seguiu um procedimento participativo, em que os empreiteiros foram previamente socializados sobre a abordagem e a importância de envolver os membros da comunidade em todas as etapas. Os diferentes actores desempenharam papéis distintos: os jovens estiveram mais envolvidos nas tarefas de construção, enquanto os ndotas assumiram funções de supervisão e fiscalização das actividades. A Tabela 10 apresenta em detalhe cada um dos principais eventos e suas nuances, permitindo também a análise da participação, do nível de influência exercido por cada actor e dos resultados alcançados durante esta fase do projecto.

Tabela 10 Resumo dos principais eventos, suas nuances e da influência dos actores na fase de desenho, construção e monitoria das infraestruturas de água e do seu funcionamento

Data, Evento e Local	Objectivos	Principais assuntos discutidos ou decididos	Participação	Narrativas, evidências da influência dos actores e análises reflexivas
20/11/2020 Socialização do empreiteiro sobre abordagem do projecto Local: FAEF	1-Discutir ideias e possibilidades de uma intervenção colectiva (em parceria com a comunidade) para estabelecimento de infraestrutura de água para multiuso	1-As diferentes opções para garantir a disponibilidade de água (reabilitar e transformar um furo existente, ou construção de um novo furo) 2- Formas de trabalho que poderão garantir o engajamento da comunidade	3 Participantes: 2 representantes do projecto ProSuLi, 1 empreiteiro da AFRIDEV	Não aplicável
15/12/2020 Reunião de apresentação do empreiteiro e definição das formas de trabalho, da participação e papel da comunidade Local: EP de Mav	1-Apresentar o empreiteiro à liderança e comunidade 2-Discutir as formas de interação, colaboração e o papel de comunidade	1-O empreiteiro deve priorizar a contratação de mão- de-obra local para apoiar nas actividades de construção das infraestruturas 2-A comunidade rejeitou a possibilidade de reabilitação de furo de água 3- identificadas os membros da comunidade para estabelecer o contacto com empreiteiro	8 Participantes Liderança: régulo, líder comunitário, ndotas 1, 2, 3 e 4 Outros: 2 Representantes do empreiteiro; 2 da equipa do projecto ProSuLi	<u>Narrativa:</u> “O projecto deve concentrar-se em realizar suas próprias acções, e não em reabilitar iniciativas que já foram implementadas por outros...” <u>Reflexão:</u> Persiste ainda certa desconfiança por parte da liderança em relação às intervenções externas, provavelmente porque muitas promessas anteriores não se concretizaram ou tiveram efeito apenas por um período limitado
17/01/2021 Encontro de apresentação, discussão e aprovação do projecto da infra-estrutura e do local de implantação pela comunidade Local: Escola Primária de Mavunguane	1-Apresentar a proposta do projecto da infraestrutura; 2-Consolidar a discussão e aprovação do seu desenho 3-Discutir a metodologia de implementação	1-Rejeitou-se a estrutura metálica, optando-se por betão pela sua maior durabilidade; 2-Solicitou-se um depósito de 10 000 L em vez de 5 000 L. 2-Acordou-se a construção com participação comunitária (jovens na mão de obra e ndotas na supervisão).	19 Participantes: Liderança: régulo, líder comunitário, ndotas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 Membros da comunidade Maninhane (0); Ganguene (2); Mavunguane-Escola (1) e Tafula (1) Outros: 1 Chefe do Posto; Chefes da localidade; 1 Durector da Escola; 2 Representantes do empreiteiro; 2 da equipa do projecto ProSuLi	<u>Facto:</u> Membros da comunidade que participaram do encontro : 3 pertencem a linhagem Muconto-2 esposas do ndota 4, Tafula 1 comadre do ndota 2; e Mavunguane-Escola 2, 1 pertence a linhagem sutho <u>Reflexão:</u> A comunidade mostrou uma posição firme sobre a infra-estrutura que deseja, tendo como referência a experiências ou exemplos a sua volta.
20/02/2021 Encontro de apresentação dos locais escolhido pela comunidade	1-Estabelecer os critérios para a escolha do local de implantação pela liderança	1-Identificados três locais para prospeção, mas nenhum atendeu plenamente aos critérios, 2- Em discussão colectiva, foi identificado um quarto local, com proximidade as áreas habitacionais e a única escola existente.	19 Participantes: Liderança: régulo, líder comunitário, ndotas 1, 2, 4, 5 e 6 Outros: 1 Chefe do Posto; Chefes da localidade; 2 Representantes do	<u>Facto:</u> Foram apresentadas três propostas de localização para implantação da infraestrutura pela comunidade: 1º local encontra-se próximo a área residencial do líder comunitário; 2º próximo a área

para implantação da infraestrutura Local: Escola Primária de Mavunguane	2- identificar/visitar conjuntamente os potenciais locais 3- -Buscar um parecer técnico preliminar sobre os locais identificados pelo empreiteiro	Que coincidentemente é também próxima a residência do líder comunitário e ndota 2, onde se concentram os principais serviços básicos.	empreiteiro; 2 da equipa do projecto ProSuLi	residencial do ndota 2 e o 3º próximo a área residencial do ndota 1 e ndota 2 <u>Reflexão:</u> A análise das três propostas de localização revela que todas se situam nas proximidades das residências de membros das linhagens Muconto e Chihesse, que, por sua vez, concentram o maior número de representantes na estrutura de liderança. Além disso, esse padrão reforça a tendência de serviços básicos estarem concentrados na mesma zona
24/03/2021 Visita de monitoria de progresso da Obra de Construção sistema de água e discussão sobre o envolvimento da liderança e da comunidade Local: EP de Mav	Engajar a liderança local e a comunidade no processo de construção e fiscalização da obra para garantir qualidade das infraestruturas e consistência com o projecto aprovado	1-Mobilizado o envolvimento activo dos jovens na construção e operação do sistema de distribuição, reforçando sua responsabilidade na manutenção e no conhecimento do sistema. 2-Esclarecido o papel da comunidade na supervisão da qualidade da obra, assim como a percepção sobre a distância dos bebedouros e o ponto de captação da água	16 Participantes Liderança: régulo, ndotas 1, 2, 4 e 7 Membros da comunidade Manhinhane (0); Ganguene (3); Mavunguane-Escola (3) e Tafula (1). Outros: 1 Representante do empreiteiro; 3 da equipa do projecto ProSuLi	<u>Facto:</u> O ndota 2 e o ndota 7 foram escolhidos pelos membros da liderança presentes no encontro como responsáveis pela fiscalização das obras <u>Reflexão:</u> A escolha do ndota 2 evidencia a sua influência, não apenas junto ao régulo, mas também perante a liderança de Mavunguane
22/04/2021 Monitoria de progresso da Obra de Construção sistema de água e resolução do conficto de roubo de material de construção da infraestrutura Local: EP de Mavunguane	1-Monitorar o progresso das obras do sistema de água em Mavunguane e o envolvimento da comunidade 2-Reforçar a responsabilidade dos líderes locais no seu papel de fiscalização e mediação dos conflitos	1-Fraca de apropriação da obra pela comunidade, caracterizado pelo desaparecimento ou desvio de materiais para a construção 2-O Régulo e chefe da localidade comprometeram-se em trabalhar em conjunto para reaver o material desviado e incutir maior responsabilidade aos jovens especialmente aos indiciados do roubo. 3- Reforçada a necessidade de união e trabalho colectivo para o alcance dos resultados desejados	11 Participantes Liderança: régulo, líder comunitário, ndotas 1, 2, 4, 5, 7 e 8 Membro da comunidade: zona de Mavunguane-Escola (1) Outros: Chefe da localidade; Empreiteiro e Coordenadora do projecto ProSuLi	Narrativa: os participantes solicitaram abertamente que o régulo tomasse medidas para disciplinar os jovens considerados “intocáveis”, responsáveis não apenas por este caso, mas por outros episódios que têm prejudicado a comunidade..., o régulo pediu para não ocultar e mencionar os nomes dos jovens visados - e alguns eram filhos de alguns presentes... <u>Facto:</u> Os presentes sabiam quem eram os autores do roubo, mas mesmo com várias insistências recusaram-se a revelar nomes. Os jovens autores do roubo eram os filhos do ndota 2 <u>Reflexão:</u> O ndota 2 é percebido como uma pessoa com poderes sobrenaturais, capaz de influenciar a vida dos outros por meio da magia negra, portanto temida na comunidade. Os membros da comunidade, incluindo actores da liderança local, tendem a evitar conflitos ou a expressar pontos de vista divergentes com ele. Este facto, justifica a omissão dos nomes dos autores do roubo.

Analisando o número de participantes, observa-se uma redução no número de envolvidos nas discussões e concertações em comparação com as fases anteriores, concentrando-se sobretudo na liderança de Mavunguane e em alguns membros da comunidade dos bairros circundantes, particularmente das zonas de Ganguene, Mavunguane-Escola e Tafula. A maior presença destes actores pode estar associada ao facto de a infraestrutura estar a ser instalada numa localização que facilita acesso a estas comunidades, o que justifica maior envolvimento destas comunidades em relação a outras zonas do povoado e provavelmente uma maior apropriação.

Nesta fase, a liderança contou com a presença do régulo, do líder comunitário e dos *ndotas* 1, 2, 4, 5 e 6, representando, respectivamente, a linhagem Zitha (1 membro), a linhagem Chihesse (2 membros) e a linhagem Muconto (4 membros). Registou-se, ainda, a participação de dois novos actores, *ndotas* 7 e 8, pertencentes a linhagens distintas das envolvidas nas fases anteriores, nomeadamente Sibui e Siteo. A participação do régulo e a inclusão de outros actores podem estar associadas ao facto de que os encontros contaram, na sua maioria, com a presença da Chefe do Posto e do Chefe de Localidade, o que possivelmente funcionou como incentivo para a mobilização de todos os tipos de liderança.

Com base nas narrativas e nos factos apresentados, e na análise das três propostas para a localização da infraestrutura apresentadas pela liderança local revela que todas estão situadas nas proximidades das residências de membros das linhagens Muconto e Chihesse, que igualmente concentram o maior número de representantes na estrutura de liderança. Nesta localização, observa-se também uma concentração dos serviços básicos da comunidade, próxima às estas linhagens. Assim, a escolha do local para a construção da infra-estrutura pela liderança pode reflectir uma estratégia deliberada para fortalecer a influência do líder comunitário e, simultaneamente, reduzir/enfraquecer a do régulo, uma vez que a infraestrutura é percebida como um activo estratégico, capaz de reforçar prestígio e controle sobre os recursos locais. Tal dinâmica corrobora o argumento de Giddens (1984), segundo o qual o poder se manifesta e se reproduz por meio do controlo de recursos, frequentemente concentrados em grupos específicos que orientam as decisões em função dos seus próprios interesses.

Além disso, a escolha do *ndota* 2 para novamente assumir a responsabilidade pela fiscalização das obras em construção, apesar de os seus filhos terem sido indiciados por desvios de material, pode indicar o poder invisível que este actor exerce e a sua elevada influência na comunidade. Esta situação reforça os resultados observados na fase I, que destacam a importância de características

individuais e recursos estratégicos na determinação da influência de determinados actores (Schiffer, 2008).

Com base no exposto, nota-se que apesar das abordagens participativas adoptadas pelo projecto, estas não contornaram as dinâmicas de poder exercidas pelas diferentes linhagens. Isto revela que, sem um conhecimento do historial das dinâmicas de poder, da influência de cada um dos actores e participantes do processo exerce, do papel e interesses que possivelmente articulam, estes processos participativos podem ao invés resultar em inclusão e equidade, podem exacerbar as elites (Aubriot *et al.*, 2018; Naiga, 2018; Saravanan *et al.*, 2008).

Fase IV: Constituição do Comité de Gestão de Água

A constituição do comité de gestão de água foi um processo paralelo para estabelecer um sistema de governança local, para garantir a manutenção e gestão da infraestrutura. Os diferentes eventos que culminaram com a constituição do comité incluem a mobilização dos diferentes membros da comunidade explicando o propósito, importância e funcionamento de um comité. Apresentou-se também a legislação referente aos procedimentos para estabelecimento do comité de água, os papéis e responsabilidade dos diferentes órgãos que devem formar o comité.

De acordo com a legislação em Moçambique, a constituição dos Comités de Gestão de Água está enquadrada no quadro legal do sector de águas, particularmente na Lei de Águas n.º 16/91 e no Decreto n.º 72/98, que estabelece o regime de gestão delegada do abastecimento de água, permitindo que comunidades locais assumam a gestão dos sistemas de abastecimento de água, incluindo a sua operação, manutenção e gestão do sistema, com vista a garantir a sua sustentabilidade. Além disso, a Estratégia Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2015-2030 (ENAASR) orienta que a constituição desses comités deve ocorrer por meio de processos participativos e transparentes, assegurando a representação dos utilizadores e a capacitação dos seus membros, como forma de garantir a sustentabilidade dos sistemas. Este instrumento legal estabelece que os membros dos Comités de Gestão de Água devem ser seleccionados com base em critérios como participação activa na comunidade, reconhecimento social, responsabilidade e capacidade de comunicação. O documento também recomenda assegurar a representatividade dos diferentes grupos de utilizadores, incluindo mulheres, bem

como a disponibilidade e proximidade dos membros em relação à infra-estrutura, de modo a garantir uma gestão eficaz e sustentável do sistema (DNAAS, 2015).

De acordo com estes documentos legais, o comité é constituído geralmente por 12 membros subdivididos em 3 grupos, nomeadamente: gestão (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro), manutenção e higiene e saneamento. O *Grupo de Gestão* é responsável pela organização e controlo dos serviços, incluindo a planificação, integração de aspectos sociais e técnicos e comunicação, e é composto por 3 a 4 membros. Enqunato, o *Grupo de Manutenção* é responsável por assegurar o funcionamento adequado do sistema, realizando actividades de manutenção, reparações preventivas e correctivas, sendo composto por 3 a 4 membros. Por fim, o *Grupo de Promoção de Higiene* é responsável pela promoção e sensibilização sobre as boas praticas de higiene e saneamento do meio ou seja da comunidade, sendo composto por 5 a 6 membros. A Tabela 11 11 abaixo apresenta de forma sumária os vários passos referentes a este processo.

Tabela 11. Resumo das principais etapas de constituição do comité de gestão de água e da influência dos actores no processo

Data, Evento e Local	Objectivos	Principais Assuntos discutidos ou decididos	Participação	Narrativas, evidências da influência dos actores e análises reflexivas
01/06/2021 Mobilização e preparação da comunidade para a gestão e uso sustentável das infraestruturas de abastecimento de água Local: EP de Mavunguane	1-Sensibilizar a comunidade sobre as suas responsabilidades na gestão da água e das infra-estruturas do sistema de abastecimento. 2-Reflectir em conjunto sobre os benefícios, riscos e potenciais conflitos com o funcionamento do sistema de abastecimento de água e propostas de estratégias para evitá-los.	1-Benéficos: acesso á água para o consumo e pecuária. 2-Riscos: roubo de gado, incidentes nos bebedouros, indisponibilidade de peças para reparar avarias, longas filas e desigualdade no acesso água entre os diferentes usuários (carro vs bidon; zonas próximas vs distantes). 3-Estratégia para evitar conflitos: construção de uma vedação; indicação de uma pessoa responsável por zelar as infraestruturas; instruir os pastores para garantir ordem do gado durante o acesso ao bebedouro	12 Participantes Liderança: régulo, líder comunitário, <i>ndotas</i> 1, 2, 4 e 7 Membros da comunidade Manhinhane (1); Ganguene (2); Mavunguane-Escola (4) e Tafula (2) Outros: 1 Chefe do Posto; Chefe da localidade; 1 Representante do empreiteiro; 4 da equipa do projecto ProSuLi	<u>Facto:</u> A maioria dos participantes eram membros da liderança e residentes da zona de Mavunguane. <u>Reflexão:</u> A maioria dos participantes sendo membros da liderança e residentes da zona de Mavunguane evidencia uma aliança entre estes actores, que concentram a sua influência nos encontros, reforçando o poder local e a capacidade de moldar decisões comunitárias.
17/06/2021 Capacitação da comunidade sobre suas responsabilidades e papel na gestão da infraestrutura do sistema de abastecimento de água Local: EP de Mavunguane	1-Socializar os membros da comunidade sobre o comité de água, sua importância e os principais órgãos constituintes 2- Discutir o papel e responsabilidades do comité de gestão de água 3-Definir o perfil e os critérios para identificação dos potenciais membros do comité	O papel de um comité, o tipo de actividades e responsabilidades que detêm. Os critérios de elegibilidade para os membros da comunidade, e consistiram em: responsáveis, activos, comunicável e respeitosos, saber ler e escrever, e já terem participado em outras actividades na comunidade, e representatividade das quatro zonas A comunidade comprometeu-se em construir uma vedação para as infraestruturas de água	28 Participantes Liderança: líder comunitário, <i>ndotas</i> 1 e 2 Membros da comunidade Ganguene (7) ; Mavunguane-Escola (11) e Tafula (5) Outros: 1 representante do Empreiteiro, 3 da equipa do projecto ProSuLi	<u>Factos:</u> 1-O <i>ndota</i> 2 foi o participante que mais interveio durante o encontro, sobretudo em questões relacionadas com as contribuições destinadas à reparação de avarias. 2-Observou-se também que a maioria dos participantes era proveniente da zona de Mavunguane-Escola, local onde o <i>ndota</i> 2 reside. Entre os presentes, identificaram-se ainda vários membros com relação directa ao <i>ndota</i> 2, incluindo dois filhos, um genro, duas esposas, uma comadre e uma cunhada. <u>Reflexão:</u> Este padrão de participação sugere que a comunidade poderá ter percebido o encontro como um espaço potencial para a constituição do comité de gestão de água e, conseqüentemente, o <i>ndota</i> 2 poderá ter mobilizado membros da sua zona de residência, possivelmente com o objectivo de influenciar o processo de selecção em caso de votação, favorecendo os seus interesses.
17-18/08/2021 Encontro com a comunidade para recolher informações sobre o processo de	1-Documentar o processo de identificação dos 10 membros escolhidos pela comunidade para compor o comité de gestão de água.	Foi seleccionado pela comunidade um grupo de 10 membros por meio de indicação numa reunião realizada pelos mesmos. Os critérios usados para escolha: responsáveis, activos, respeitosos, já terem participado em	15 Participantes Liderança: líder comunitário e <i>ndota</i> 2 Membros da comunidade Ganguene (3) ; Mavunguane-Escola (5) e Tafula (2)	<u>Factos:</u> 1-A escolha dos membros foi feita pela comunidade e a liderança, líder comunitário e <i>ndota</i> 2. 2-Foram escolhidos membros que não estavam presentes no encontro

identificação dos membros escolhidos para compor o comité e para capacitar no uso e manutenção da infraestrutura Local: EP de Mavunaguane	2-Monitorar a capacitação do grupo que vai constituir o comité sobre o uso e manutenção da infraestrutura de água. 3- Avaliar o progresso da construção da vedação das infraestruturas pela comunidade	outras actividades na comunidade, e representatividade das quatro zonas	Outros: representante do Empreiteiro, 2 da equipa do projecto ProSuLi	3-Lista de membros escolhidos pela comunidade para compor o comité: 2 da linhagem Chihesse, 2 de Muconto, 1 membro cada das linhagens Sibiu, Simango, Ngonhama, Ngovo, Matavane e Tivane 4-Lista de membros escolhidos pelo grupo seleccionado para integrarem também ao comité: 3 linhagens Chihesse, 2 linhagem Muconto, 1 Simango, 1 Maposse, 1 Matseve, 1 Cossa Reflexão: <u>Ob</u> seva-se um padrão de escolher membros que pertencem a determinadas linhagens, sendo na maioria da linhagens Muconto e Chihesse
09-10/09/2021 Encontro de treinamento da comunidade sobre os papéis do comité de gestão de água e eleição dos membros Local: EP de Mavunguane	Treinar sobre os papéis dos diferentes órgãos constituintes do comité. Facilitar o processo participativo do perfil para os diferentes papéis. Facilitar o processo de eleição dos membros e constituição do comité de gestão de água	Membros da comunidade sensibilizados sobre importância de um comité de gestão de água. Membros da comunidade capacitados sobre os papéis dos órgãos de um comité. Facilitado um processo de nomeação e votação dos membros identificados como elegíveis.	16 Participantes Liderança: régulo, líder comunitário, <i>ndotas</i> 1,2, 3 e 4 Membros da comunidade: Ganguene (4); Mavunguane-Escola (5) e Tafula (2) Outros: representante do Empreiteiro, 2 da equipa do projecto ProSuLi	Facto: Lista dos membros eleitos no processo participativo facilitado pelo projecto para compor o comité: 2 Chihesse, 3 Muconto, 1 Simango, 1 Ngonhamo, 1 Bila, 1 Matavane, 1 Suthu Reflexão: Embora o projecto ter conduzido um processo considerado participativo e transparente para a eleição, a composição final do comité reproduziu essencialmente as escolhas previamente definidas pela comunidade nos encontros anteriores

Dos vários eventos que integraram este processo, observa-se uma variação significativa no nível de participação da liderança. O régulo esteve presente em apenas dois encontros: o primeiro, realizado antes da identificação dos membros do comité, que contou igualmente com a participação da Chefe de Posto e do Chefe de Localidade; e o segundo ocorreu após a selecção dos membros elegíveis pela comunidade, tendo participado no processo de confirmação do grupo por meio de votação, facilitado pelo projecto ProSuLi. A participação do régulo na confirmação dos membros elegíveis ocorreu a pedido da coordenadora do projecto, em resposta ao sentimento de exclusão e ao afastamento que vinha manifestando em relação às actividades do projecto. Em contraste, os resultados indicam que o líder comunitário e o *ndota 2* participaram de todos os eventos relativos a essa fase.

Além disso, observa-se que a maioria dos membros da comunidade que participou nesta fase pertence às zonas de Ganguene e Mavunguane-Escola, correspondendo, respectivamente, às zonas residenciais do líder comunitário e do *ndota 2*. Por outro lado, os resultados revelam que os membros da zona de Maninhane, onde reside o régulo, não participaram de nenhum evento desta fase.

A constituição do comité de gestão de água foi marcada por três momentos principais. O primeiro ocorreu em seguimento de uma capacitação facilitada pelo projecto ProSuLi sobre o comité, os seus órgãos e o perfil dos potenciais candidatos definidos pela comunidade. Em seguida, realizou-se uma reunião interna conduzida pelo líder comunitário e pelo *ndota 2*, na qual foram identificados, pela comunidade, os membros elegíveis para compor o comité, representando diferentes linhagens, nomeadamente: 2 membros da linhagem Muconto, 2 de Chihesse, e 1 membro cada das linhagens Sibiu, Simango, Ngonhama, Ngovo, Matavane e Tivane.

No segundo momento, a equipa do projecto realizou entrevistas com todos os potenciais candidatos do comité identificados pela comunidade no processo anterior, com o objectivo de documentar as percepções desses indivíduos sobre as razões que favoreceram a sua nomeação. Os entrevistados afirmaram possuir atributos de prestígio, como responsabilidade, respeito e experiência prévia em actividades comunitárias. Durante as entrevistas, os potenciais candidatos foram questionados sobre outros membros que também poderiam integrar o comité, indicando-se novas possibilidades: 2 membros da linhagem Muconto, 3 de Chihesse, e 1 membro cada das linhagens Simango, Maposse, Matseve e Cossa.

No terceiro momento, dando sequência aos processos anteriores, a equipa do projecto conduziu um processo participativo e transparente para formalizar a escolha dos membros do comité. Inicialmente, foi realizada uma refrescagem sobre os papéis e responsabilidades de cada órgão, seguida da votação, onde foram eleitos os seguintes membros: 2 membros da linhagem Muconto, 2 de Chihesse, e 1 membro cada das linhagens Ngonhama, Simango, Bila, Ngovo, Suthu e Matavane.

Na análise das três listas produzidas ao longo dos três momentos, observa-se um padrão persistente envolvendo três linhagens: Muconto, Chihesse e Simango, sendo as duas primeiras as que apresentam maior número de membros em todas as listas, coincidindo com as linhagens às quais pertencem o líder comunitário e o *ndota* 2. A inclusão do membro da linhagem Simango em todas as listas pode estar associada à sua participação no processo de construção das infraestruturas e à percepção, por parte da comunidade, de que possui as qualidades e a experiência necessárias para integrar o grupo de manutenção do comité. Contudo, verifica-se também a inclusão de membros provenientes de outras linhagens que não integram a estrutura de liderança, nomeadamente Ngonhama, Ngovo, Matavane, Matseve e Suthu.

No entanto, ao contrapor os resultados dos membros eleitos para compor o comité com os critérios previamente estabelecidos pela comunidade e as orientações dos instrumentos legais supracitados, constata-se uma representação desigual em termos de género e distribuição territorial, com a inclusão de 3 mulheres contra 8 homens, e a representação de apenas três zonas: Ganguene (3 membros), Mavunguane-Escola (4 membros) e Tafula (4 membros). Verifica-se ainda que apenas 5 membros possuem competências de leitura e escrita, embora se observe a inclusão de representantes da juventude.

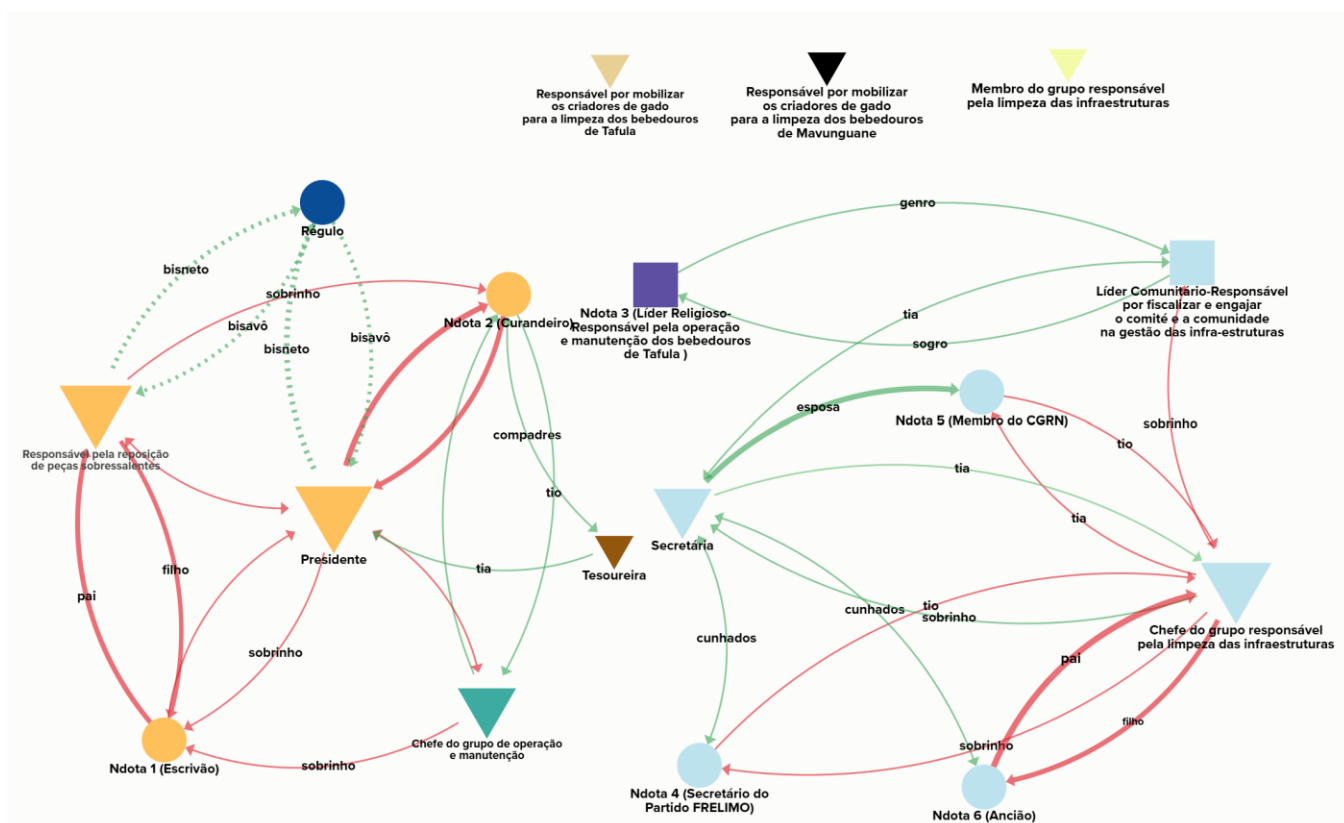
Estes resultados indicam a inclusão de novas linhagens e uma tentativa de representação de todas as zonas embora limitada, a selecção dos membros não seguiu integralmente os critérios previamente definidos, sugerindo a influência de dinâmicas sociais, marcada pela predominância de membros de certas linhagens e pela inclusão limitada de outras. Essa constatação evidencia que, quando aplicadas de forma acrítica, as abordagens participativas podem, paradoxalmente, reforçar os desequilíbrios de poder existentes (Arnstein, 1969 citado por Ebata *et al.*, 2020), em vez de promover a participação e inclusão efectiva dos grupos marginalizados

A secção seguinte analisa as relações sociais entre os membros seleccionados e os actores da liderança, com o objectivo de aprofundar os factores que moldaram a selecção e composição do comité.

4.7.1. Análise das relações de parentesco entre os membros do Comité de Gestão da Água e os Actores da liderança e sua influência na selecção e composição do grupo

A análise das relações de parentesco centra-se na identificação dos vínculos por consanguinidade e por casamento existentes entre os membros do comité e os actores da liderança. Esta análise permite compreender até que ponto a selecção e a composição do comité foram moldadas por relações de parentesco, influenciando o acesso às posições de poder e contribuindo para a reprodução das linhagens que concentram maior influência na estrutura de liderança.

A Figura 8 ilustra a análise da relação de parentesco de oito linhagens distinguidas pelas diferentes cores. As formas geométricas representam funções distintas: triângulos indicam membros do comité, círculos representam actores da liderança e quadrados correspondem a actores da liderança que também desempenham funções no comité. As relações são representadas pelas diferentes setas igualmente diferenciadas pelas distintas cores (vermelho-consanguinidade, verde- casamento com ligação próxima, verde tracejado- casamento com ligação distante) e formato da seta (cheias- forte e tracejado - fraca). Além disso, a Tabela 12 ilustra a distribuição do nível de influência dos membros do comité com base nos valores das métricas de grau de centralidade, centralidade de proximidade e centralidade de intermediação, cuja explicação foi apresentada na Secção 4.5.2.



Legenda:

Tipo de relação de parentesco: — por consanguinidade directo; — por consanguinidade indirecto; — por casamento próximo; - - - por casamento distante

Linhas:

- Muconto
- Chihesse
- Bila
- Ngonhamo
- Simango
- Suthu
- Ngovo
- Matavane

Figuras:

Círculo= actores da liderança local;

Triângulo= membros do comité;

Quadrado= actores da liderança com papel no comité

Figura 8. Mapa que ilustra as relações de parentesco entre os membros do comité e actores da liderança

Tabela 12. Nível de influência dos actores medido pelos métricas de grau, centralidade de proximidade e intermediação

Rede	Actores	Grau de centralidade ponderado	Centralidade de Proximidade	Centralidade de Intermediação
Relação de parentesco	<u>Presidente</u>	<u>16</u>	0.650	<u>0.054</u>
	<u>Secretária</u>	<u>13</u>	<u>0.750</u>	0.050
	Tesoureira	4	0.464	0
	<u>Chefe de grupo de manutenção e operação</u>	8	0.542	0.002
	<u>Responsável pela reposição de peças sobressalentes</u>	<u>10</u>	0.625	0.013
	<u>Chefe do grupo responsável pela limpeza das infraestruturas</u>	<u>19</u>	<u>0.750</u>	0.037
	Responsável pela operação e manutenção dos bebedouros de Tafula (<i>Ndota 3/Líder Religioso</i>)	4	0.359	0
	Responsável por fiscalizar e engajar o comité e a comunidade na gestão das infra-estruturas (<i>Líder Comunitário</i>)	8	0.512	0.042
	Membro do grupo responsável pela limpeza das infraestruturas	0	0	0
	Responsável por mobilizar os criadores de gado para a limpeza dos bebedouros de Mavunguane	0	0	0
	Responsável por mobilizar os criadores de gado para a limpeza dos bebedouros de Tafula	0	0	0

A análise revela que o comité de gestão de água é composta por oito linhagens (identificadas pela diferentes cores na figura), distribuídas da seguinte forma: a linhagem Muconto representada por 3 membros, a linhagem Chihesse por 2 membros e as linhagens Bila, Ngonhamo, Ngovo, Suthu, Simango e Matavane, cada uma representada com um membro. Observa-se que apenas três dessas linhagens integram simultaneamente a estrutura de liderança e o comité, nomeadamente Muconto, Chihesse e Bila, o que sugere a inclusão de outras linhagens que não fazem parte da liderança local na composição do grupo de gestão da água.

Este padrão indica uma configuração relativamente mais diversificada do comité em comparação com a estrutura de liderança, indicando que o processo participativo contribuiu para uma tentativa de ampliar a base de participação e promover maior representatividade na gestão local dos recursos hídricos. Pois, processos participativos estruturados por regras claras e inclusivas aumentam a probabilidade de envolvimento de grupos marginalizados e promovem maior representatividade de interesses (Mansuri e Rao 2013).

No entanto, os resultados mostram que 9 dos 11 membros que constituem o comité mantêm relações de parentesco com actores da liderança local, predominantemente por consanguinidade e casamento, estabelecidas entre as linhagens Muconto, Chihesse, Zitha, Bila, Simango, Ngonhamo e Ngovo. Observa-se que o presidente do comité e o responsável pela reposição de peças sobressalentes mantêm vínculos fortes de consanguinidade com os *ndotas* 1 e 2, enquanto o chefe do grupo de limpeza das infraestruturas apresenta relações igualmente fortes de consanguinidade com o *ndota* 6, o líder comunitário e os *ndotas* 4 e 5. Além disso, a secretária do comité mantém relações fortes de parentesco por casamento com o *ndota* 5, o líder comunitário e os *ndotas* 4 e 6, e, de forma semelhante, a responsável pela limpeza das infraestruturas de Tafula e a tesoureira mantêm também relações com o *ndota* 2. Adicionalmente, nota-se que as linhagens com maior número de representantes no comité, Muconto e Chihesse, são as mesmas que têm maior representatividade na estrutura de liderança, correspondendo às linhagens do líder comunitário e do *ndota* 2, respectivamente.

Por outro lado, apenas dois membros não apresentam tais vínculos: o responsável pelo grupo de limpeza das infraestruturas e o responsável por mobilizar os criadores de gado para a limpeza dos bebedouros de Mavunguane, que pertencem às linhagens Matavane e Suthu, respectivamente.

Embora o comité tenha sido concebido com base em abordagens participativas, os resultados indicam que a sua composição reflecte predominantemente as relações de parentesco e as hierarquias da liderança local, concentrando poder nas linhagens mais influentes, como Muconto e Chihesse. Essa configuração indica que, na prática, a participação formal não garante equidade e representatividade, pois espaços participativos podem ser capturados por grupos dominantes, reproduzindo ou mesmo reforçando estruturas de poder preexistentes (Shunglu *et al.*, 2022; Akbulut e Soyly, 2012; Saravanan *et al.*, 2008).

Em relação a análise das métricas, os resultados indica que o chefe do grupo de higiene e limpeza das infraestruturas apresenta o maior grau de centralidade ponderado (19) na rede, reflectindo

múltiplos e fortes vínculos de consanguinidade, com actores da liderança, sendo filho do *ndota* 6 e sobrinho do líder comunitário, e dos *ndotas* 3, 4 e 5. Observa-se outros membros com valores relativamente elevados de centralidade ponderada, que incluem o presidente do comité (16), a secretária (13) e o responsável pela reposição de peças sobressalentes. Esses resultados indicam também fortes relações de parentesco com a liderança: o presidente do comité é filho do *ndota* 2, sobrinho do *ndota* 1 e *bisneto* do régulo; a secretária é esposa do *ndota* 5 e cunhada do líder comunitário, dos *ndotas* 4, 5 e 6; e o responsável pela reposição de peças é filho do *ndota* 1, sobrinho do *ndota* 2 e *bisneto* do régulo .

Quanto à centralidade de proximidade, os resultados mostram que a secretária e o chefe do grupo de higiene e limpeza apresentam os valores mais elevados na rede (0,750), indicando que indica que ambos mantêm vínculos de parentesco directos e próximos com vários membros da estrutura de liderança. O presidente do comité e o responsável pela reposição de peças também apresentaram valores relativamente altos de centralidade de proximidade (0,650) em comparação com os demais membros, sugerindo que estes actores mantêm igualmente laços de parentesco directos e próximos com vários membros da liderança.

Na análise da centralidade de intermediação, os resultados apresentam valores relativamente baixos, sendo os mais elevados o presidente do comité (0,054) e a secretária (0,050). Esses valores sugerem que esses actores actuam, embora de forma limitada, como pontes de ligação de parentesco entre os membros do comité e os actores da estrutura de liderança.

Complementarmente, a Figura 9Figura 1 apresenta a distribuição das funções dos membros do comité, classificando-as em quatro categorias principais: (i) funções associadas à autoridade na tomada de decisões, (ii) funções relacionadas com o controlo e acesso à informação, incluindo a mediação entre a liderança local e actores externos, (iii) funções ligadas à gestão de recursos, como controlo e registo das contribuições monetárias, acesso a peças sobressalentes e coordenação das actividades de manutenção, e (iv) funções relacionadas com higiene e limpeza das infraestruturas.

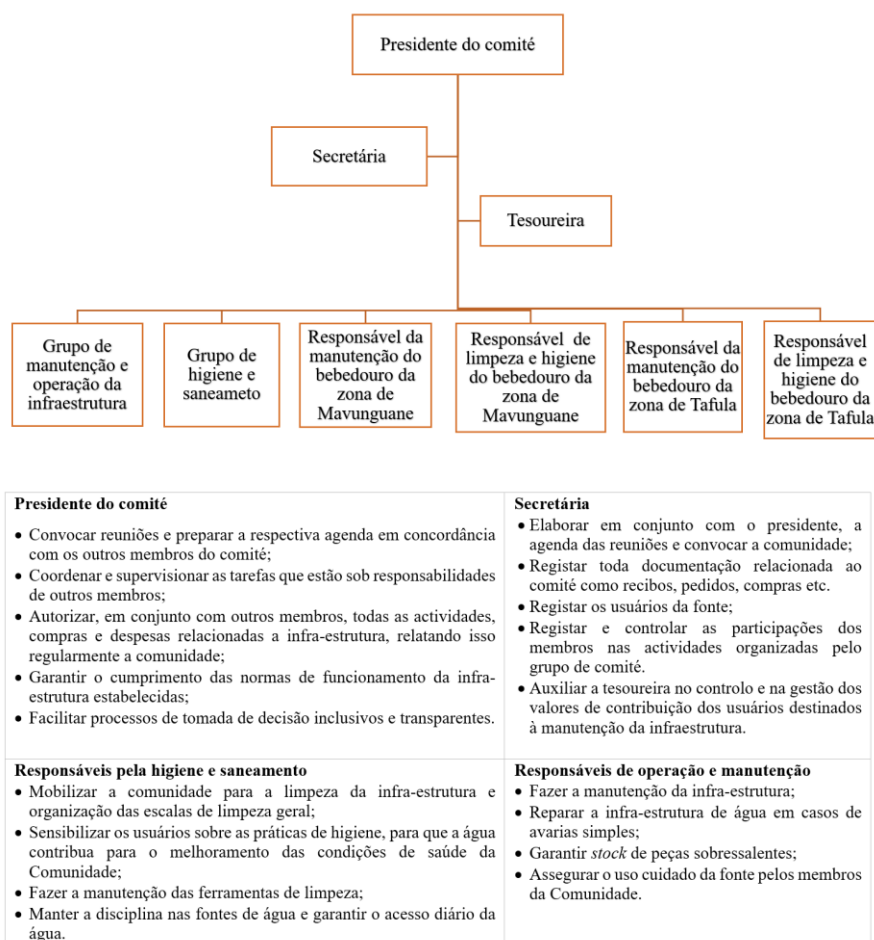


Figura 9. Estrutura hierárquica do comité de gestão da infra-estrutura de água ProSuLi e respectivos papéis

Com base nesta classificação, observa-se que os membros que mantêm relações de parentesco próximas e fortes com actores da liderança, pertencentes às linhagens mais representativas tanto no comité quanto na estrutura de liderança, Muconto e Chihesse, tendem a ocupar funções estratégicas e centrais, nomeadamente nas categorias de decisão, controlo de informação e gestão de recursos. Por outro lado, funções operacionais, como a limpeza das infraestruturas, são predominantemente atribuídas a membros sem vínculos fortes de parentesco.

A persistência de vínculos de parentesco fortes entre membros do comité e a liderança local, especialmente entre aqueles em cargos centrais, evidencia a reprodução do poder local. Conforme Bourdieu (1980), o capital social actua como capital simbólico, permitindo a manutenção de privilégios e a concentração de poder entre grupos dominantes. Na mesma perspectiva, Pena-

López *et al.* (2021) reforçam que o capital social nem sempre promove inclusão ou igualdade, funcionando muitas vezes como mecanismo de preservação de privilégios de elites.

Dessa forma, os resultados indicam que a selecção e composição dos membros do comité foram fortemente influenciadas pelas relações de parentesco com os actores da liderança, sobretudo aqueles com maior influência, funcionando como um mecanismo de consolidação de poder dentro de um grupo dominante.

5. CONCLUSÕES

Em Mavunguane, a liderança é organizada em duas linhas: tradicional e administractiva. Na tradicional é formada pelo régulo, que detém a autoridade máxima, pelo *nduna*, que coincide com a função do líder comunitário, e os *ndotas*, que são os conselheiros para os diferentes assuntos. Sete linhagens: os Zitha, Muconto, Chihesse, Bila, Sibui, Siteo e Matusse integram a estrutura de liderança local. A linha administractiva, é constituída pelo o Chefe do Posto Administrativo, o Chefe de Localidade, o Líder Comunitário e o secretário do Partido FRELIMO. A artitulação dos diferentes papéis e responsabilidades entre os actores das duas linhas, tradicional e administractiva, revelam sobreposição e falta de clareza dos limites das funções, o que pode gerar conflitos.

Em relação à configuração do poder entre os actores, todos os actores da liderança tanto tradicional ou administrativa exercem um poder visível, excepto o *ndota* 2, que combina poder oculto, derivado do nível de riqueza, e poder invisível, associado à autoridade simbólica e ao conhecimento em plantas medicinais. Além disso, 9 dos 11 membros da liderança mantêm relações de parentesco, principalmente por consanguinidade ou casamento. As métricas de centralidade mostram que o líder comunitário é o actor mais influente, actuando como elo central entre os membros, seguido pelos integrantes das linhagens Muconto (à qual ele pertence) e Chihesse, em detrimento do régulo que apresenta valores baixos, indicando sua limitada influência na rede. Os resultados evidenciam que os laços de parentesco moldam a configuração de poder da liderança, concentrando funções estratégicas entre familiares. A percepção da influência dos membros da comunidades na gestão dos recursos comuns focalizou sobretudo nos papéis desempenhados pelos actores (o régulo, o líder comunitário e os *ndotas* 1 e 4).

A influência dos actores da liderança nas quatro fases de implementação do projecto ProSuLi não foi uniforme, variando conforme o evento e a natureza das decisões tomadas. Na fase de inserção e negociação do projecto, a influência concentrou-se no régulo, principal porta de entrada da comunidade e interlocutor com actores externos, sendo decisivo para viabilizar as negociações e fortalecer a confiança no projecto. Destaca-se também o *ndota* 2, presente em todos os eventos e designado pelo régulo para participar do workshop, cuja influência decorre tanto dos laços de parentesco quanto do seu *status* social, que influencia a dependência do régulo a este por usufruir do seu *status* (exemplo: seu transporte para deslocações).

Nas fases de definição das prioridades de intervenção e de desenho, construção e monitoria das infraestruturas, a influência do régulo permaneceu presente, mas gradualmente enfraquecida. A participação maioritária de actores e membros da comunidade ligados às linhagens do líder comunitário e do *ndota* 2, Muconto e Chihesse, respectivamente, bem como a implantação das obras próximas às suas residências e a designação do *ndota* 2 para fiscalizar as obras, evidenciam o fortalecimento da influência destes actores nesta fase, em detrimento do régulo.

Na última fase, de constituição do comité de gestão de água, a influência das linhagens Muconto e Chihesse permaneceu predominante, enquanto o poder do régulo enfraqueceu ainda devido à sua participação limitada na seleção dos membros. A maioria dos membros eleitos (9 de 11) mantém relações de parentesco por consanguinidade ou casamento com actores da liderança local, sobretudo das linhagens Muconto e Chihesse, sugerindo que a composição do comité foi mais influenciada por vínculos familiares do que pelos critérios previamente estabelecidos

Com base nas constatações, o estudo demonstrou que a influência dos actores não depende exclusivamente das posições formais ocupadas na governança local. Embora o régulo detenha formalmente a autoridade máxima, o *ndota* 2 destacou-se como um dos actores com maior influência nos processos participativos, através de mecanismos informais de poder associados à sua centralidade relaccional, *status* económico, laços de parentesco e legitimidade social. Esta constatação evidencia que as dinâmicas de poder ultrapassam as hierarquias formais, sendo também moldadas por relações quotidianas de influência e negociação.

Neste contexto, conclui-se que as abordagens participativas adoptadas pelo projecto tiveram um efeito paradoxal, reproduzindo e reforçando as dinâmicas de poder pré-existentes na comunidade, favorecendo grupos de elite e restringindo a inclusão efectiva de actores menos influentes, mesmo em espaços formalmente concebidos para participação ampla. Este facto reforça a necessidade de complementar esses processos com estudos socioantropológicos prévios, que permitam uma compreensão aprofundada da dimensão sociopolítica e histórica dos contextos que moldam as inter-relações entre os diferentes actores e as dinâmicas de poder existentes.

6. RECOMENDAÇÕES

Com base nas constatações apresentadas neste estudo, propõem-se as seguintes recomendações, com vista a reforçar a eficácia das abordagens participativas para lidar com as dinâmicas de poder entre os diferentes tipos de poder existentes na comunidade, contribuindo para o estabelecimento de uma governança funcional e inclusiva:

À Comunidade

- Incentivar o envolvimento de grupos potencialmente marginalizados, incluindo jovens, mulheres e linhagens com menor influência, nos processos de tomada de decisão
- Promover processos participativos mais inclusivos e transparentes, como forma de assegurar a representação equitativa de todas as linhagens e grupos sociais
- Estimular que as diferentes lideranças locais priorizem o bem colectivo sobre interesses pessoais, cooperando e engajando as comunidades em acções colectivas, de modo a fortalecer a confiança mútua, as relações comunitárias e o capital social da comunidade.

Aos pesquisadores

- Desenhar intervenções informadas por uma análise longitudinal e contextualizada das dinâmicas sociopolíticas locais, baseada em estudos de campo com pelo menos um ano de contacto contínuo com a comunidade, que permita identificar os actores, os seus papéis e as formas de poder e influência que exercem. Isto permitirá que as intervenções adoptem metodologias participativas sensíveis ao contexto, evitando a reprodução de desigualdades ou o favorecimento de grupos ou linhagens específicos
- Integrar diferentes abordagens de análise do poder (como análise de redes sociais, análise institucional, análise de *stakeholders*, métodos qualitativos, etc) de forma a capturar de maneira abrangente as dimensões formais e informais do poder local, bem como as interacções entre actores e instituições que moldam as dinâmicas locais.
- Incentivar os facilitadores do projecto a adoptarem uma postura “não neutra” em relação às assimetrias de poder observadas durante os processos de facilitação. Após cada processo, deve-se realizar uma análise da participação e das decisões tomadas, de modo a identificar se os processos estão a ser capturados por grupos dominantes ou se foram inclusivos. É fundamental que essas análises não se limitem aos momentos pré ou pós-implementação da intervenção, como ocorre frequentemente, mas sejam integradas continuamente ao acompanhamento das actividades, permitindo ajustes nas metodologias e assegurando resultados inclusivos e equitativos

Ao Governo

- Promover capacitação sobre o papel e as responsabilidades dos diferentes tipos de liderança, visando fortalecer a governança inclusiva, a gestão sustentável de recursos naturais e a resolução eficaz de conflitos
- Integrar de forma explícita questões sobre inter-relações entre os diferentes tipos de liderança existentes nas comunidades locais nas políticas e estratégias de governança da água e de outros recursos naturais, assegurando que a tomada de decisão considere a dinâmica local de poder e as redes de influência pré-existentes
- Reforçar a capacidade do SDPI de actuar como guardião das intervenções ao nível das comunidades, garantindo deste modo a continua capacitação das comunidades, em particular dos comités de gestão e sustentabilidade das intervenções
- Incentivar a documentação e organização da história de estabelecimento das comunidades, criando um banco de informações abrangente sobre os territórios para apoiar decisões governamentais, planeamento local e gestão de recursos.

Aos Doadores das intervenções

- É fundamental não apenas promover a integração de abordagens participativas como condição para o financiamento, mas também assegurar tempo e recursos suficientes para a sua implementação.
- A construção de confiança e a compreensão do contexto sociopolítico, elementos imprescindíveis para o sucesso destas abordagens, requerem investimento contínuo e adequado, sendo fundamentais para garantir que os processos participativos sejam efectivos e sustentáveis. Este requisito torna-se inconsistente com a moldura de três anos de projecto.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agarwal, B. 2001. Participatory exclusions, community forestry, and gender: an analysis for South Asia and a conceptual framework, *World Development*. 29 (10), p 1623–48
2. Agrawal, A. & Gupta, K. 2005. Decentralization and participation: the governance of common pool resources in Nepal's Terai, *World Development*. 33 (7), p 1101–14
3. Akbulut, B. & Soylu, C. (2012) An inquiry into power and participatory natural resource management. *Cambridge Journal of Economics*. 36, p 1143–1162
4. Amit, V. & Rapport, N. 2002. *The Trouble with Community: Anthropological Reflections on Movement, Identity and Collectivity*. Pluto Press.
5. Antony, B.; Treue, T.; Salim, S. S.; & U., M. (2014). Benefit sharing and community participation dynamics in forest management: A case study of Kankali community forestry, Nepal. *Natureza da Descoberta*. 7(16), p 15–26.
6. Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224.
7. Arnstein, S.R., 1969. A ladder of citizen participation. *J. Am. Plann. Assoc.* 35 (4), p 216–224.
8. Aubriot O., Fernandez S., Trottier J., Fustec K. (2018). Water technology, knowledge and power. Addressing them simultaneously, *Wiley Interdisciplinary Reviews*.
9. Barnaud, C., van Paassen, A., Trébuil, G., Promburom, T., & Bousquet, F. (2010). Dealing with Power Games in a Companion Modelling Process: Lessons from Community Water Management in Thailand Highlands. *The journal of agricultural education and extension*, 16(1), p 55-74.
10. Berger, S. (2010). *Analyzing Governance: Analytical Tools and Social Implications*. London: Routledge.
11. Bisol, L. (2012). *Métodos de Pesquisa Qualitativa em Estudos Sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 27(78), p 123–140.
12. Bodin, Ö., & B. I. Crona. 2009. The role of social networks in natural resource governance: what relational patterns make a difference? *Global Environmental Change*. 19, p 366–374.
13. Bodin, Ö.; Crona, B.; & Ernstson, H. (2006). Social networks in natural resource management: What is there to learn from a structural perspective? *Ecology and Society*. 11(2).
14. Boletim da República. (1991). *Lei n.º 16/91, de 3 de agosto (Lei de Águas)*. Moçambique
15. Boletim da República. (1998). *Decreto n.º 72/98, de 23 de dezembro*. Moçambique
16. Bollier, D. & Helfrich, S. (2015). *The Wealth of the Commons: A World Beyond Market and State*. Amherst, MA: Levellers Press.
17. Bonfiglioli, A. (2003). *Empowering the Poor: Local Governance for Poverty Reduction*. UNDP.
18. Bourdieu, P. (1990). *The Logic of Practice*. Stanford, CA: Stanford University Press.
19. Bovens, M.; Hart, P.; & Peters, B. G. (2001). *Success and Failure in Public Governance: A Comparative Analysis*. Cheltenham: Edward Elgar.
20. Buur, L. & Kyed, H. (2006), *Contested Sources of Authority: Re-Claiming State Sovereignty by Formalising Traditional Authority in Mozambique*, in «Development and Change. 37(4).

21. Buur, L. & Kyed, H. 2005. "State Recognition of Traditional Authority in Mozambique.
22. Buur, L., & Kyed, H. M. (2006). *State recognition of traditional authority in Mozambique: The nexus of community representation and state assistance* (DIIS Working Paper).
23. Cabrita, J. 2000. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. London: Palgrave.
24. Carr, E. R., Suter, L., & Barbieri, A. (2012). *Population dynamics and tropical climate change: Participatory governance and community-based adaptation*. *Global Environmental Change*, 22(2), p 376–388.
25. Cleaver, F. (2000). *Moral Ecologies: Institutional Change and Governance in African Commons*. *Development and Change*, 31(2), p 361–383.
26. Cleaver, F. (2002). *Reinventing Institutions: Bricolage and the Social Embeddedness of Natural Resource Management*. *European Journal of Development Research*. 14(2), p 11–30.
27. Cleaver, F. 2012. *Development through bricolage: rethinking institutions for natural resource management*. Earthscan, London, UK.
28. Creswell, J. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Sage.
29. Cullen, B.; Tucker, J.; Snyder, K.; Lema, Z.; & Duncan, A. (2014). Uma análise da dinâmica de poder em plataformas de inovação para a gestão de recursos naturais, *Inovação e Desenvolvimento*, 4 (2), p 259-275
30. Dava, F., Chitsondo, C., & Mbanze, N. (2003). *Conflitos e governança local em Moçambique: desafios e implicações para a administração da terra*. *Revista de Estudos Africanos*, 5(2), p 45–63.
31. Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2018). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. 5th ed
32. Ducrot, R. E Givá, N. (2022). Acção Colectiva e Injustiça Socio-ambiental no acesso a água no Semiárido de Moçambique.
33. Ebata, A.; Hodge, C.; Braam, D.; Waldman, L.; Sharp, J.; MacGregor, H. & Moore, H. (2020). Power, participation and their problems: A consideration of power dynamics in the use of participatory epidemiology for one health and zoonoses research. *Preventive Veterinary Medicine* . 177
34. Feliciano, A. (1989). *História Social e Política das Comunidades Shangana*. Maputo: Imprensa Universitária de Moçambique.
35. Filipe, E. V. (2005). *Colonato do Sábiè, 1956–1975: A questão da terra, mão de obra e crédito agrário*. Maputo.
36. Fischer, M., & Sciarini, P. (2015). *Network Governance and Political Analysis*. *Swiss Political Science Review*, 21(1), p 1–20.
37. Forquilha, S. (2009). O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *Cadernos de Estudos Africanos*. 16 (17).
38. orquilha, S. (2010). Chefferie traditionnelle et décentralisation au Mozambique: discours, pratiques, dynamiques locales. *Politique africaine*. 1(117), p 45 – 61
39. Frija, A. (2015). *Social Network Analysis as a Tool for Governance Studies*. *International Journal of Public Administration*, 38(5), p 362–373. from North and South'. University of Sussex. 113

40. Gaventa J (2006) Finding the spaces for change: a power analysis. 37, p 23–33.
41. Gaventa J (2019) Applying power analysis: using the ‘Powercube’ to explore forms, levels and spaces. *Power, Empowerment and Social Change*. p 117–138.
42. Geffray, C. 1990. *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d’une Guerre Civile*. Paris: Karthala.
43. Gibson, C. C. (1999). *Politicians and Poachers: The Political Economy of Wildlife Policy in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
44. Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
45. Gil, A. C. (2002). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª edição. São Paulo: Atlas.
46. Gil, A.C. (2002). Como elaborar projectos de pesquisa. EDITORA ATLAS S.A., São paulo.
47. Gonçalves, E. (2004). *Finding the Chiefs: Political Decentralisation and Traditional Authority in Mocumbi, Southern Mozambique*. *Journal of Southern African Studies*. 30(3), p 549–564.
48. Gonçalves, E. (2006). *Finding the chiefs: Political decentralisation and traditional authority in Mocumbi, Southern Mozambique*. *Journal of Southern African Studies*. 32(3), p 549–564.
49. Graham, J.; Amos, B.; Plumptre, T. (2003). *Principles for Good Governance in the 21st Century*; Institute on Governance (IOG): Ontario, Canada.
50. Grindle, M. S. (2007). *Good Enough Governance: Poverty Reduction and Reform in Developing Countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press
51. Hardin, G. (1968). *The Tragedy of the Commons*. *Science*, 162(59), p 1243–1248.
52. Hill, M. 2013. Understanding Governance and water Governance.
53. Holmes, T. & Scoones, I. 2000. ‘Participatory Environmental Policy Processes: Experiences.
54. Hufty, M. (2011). *Investigating Policy Processes: The Governance Analytical Framework (GAF)*. In U. Wiesmann & H. Hurni (Eds.), *Research for Sustainable Development: Foundations, Experiences, and Perspectives*. Bern: Geographica Bernensia.
55. Jones, R. W., and S. Sok. (2015). Impacts and implications of deep fisheries reforms on the governability of small-scale fisheries in Tonle Sap Lake, Cambodia in S. Jentoft and R. Chuenpagdee, editors. *Interactive governance for small-scale fisheries*. Springer, Cham, Switzerland. p 539-557.
56. Junod, H. A. (1912). *The Life of a South African Tribe*. London: Macmillan.
57. Kooiman, J. (2003). *Governing as Governance*. London: SAGE Publications.
58. Koutsou, S., Partalidou, M., & Ragkos, A. (2014). *Young farmers’ social capital in Greece: Trust levels and collective action*. *Journal of Rural Studies*, 34, p 204–211.
59. Krebs, V. (2004). *Building Sustainable Communities through Social Network Analysis*. *Connections*, 24(3), p 53–57.
60. Krejcie, V., & Morgan, W. (1970). *Determining Sample Size for Research Activities*. *Educational and Psychological Measurement*. 30(3), p 607–610.
61. Kuper, A. (1960). *The Social Anthropology of Complex Societies*. London
62. Lauze, J.; Silva, T. (2013). *Water Governance and IWRM*
63. Lei 8/2003. Boletim da República. I Série, n.º 20, de 20 de Maio de 2003.

64. Loockwood, M.; Davidson, J.; Stratford, E.; Griffith, R. (2010). Governance Principles for natural resource management.
65. Loubser, J. (2005). *African Traditional Leadership and Power Structures*. Pretoria: University of South Africa Press.
66. Lourenço, L. (2005). *Traditional Authorities and Local Governance in Mozambique*. *African Sociological Review*. 9(2), p 45–62
67. Lourenço, V. A. (2009). Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas. *Cadernos de Estudos Africanos*. 6(17); p115-138
68. Lukes, S. (2004). *Power: A Radical View* (2nd ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
69. Magode, J. (2003). *Pouvoir et réseaux sociaux au Mozambique* Appartenances, interactivité du social et du politique. p 1933 – 1994.
70. McIlwain, D., Smith, R., & Thompson, L. (2023). *Understanding Power Dynamics in Governance: Visible, Hidden and Invisible Dimensions*. *Public Administration Review*. 83(2), p 210–225.
71. McNiff, J. & Whitehead, J. (2009). *Doing and writing action research* (2nd ed.). SAGE Publications.
72. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. (2015). *Estratégia nacional de abastecimento de água e saneamento rural 2015–2030 (ENAASR)*. Moçambique.
73. Morrison, H., Farhan, A., & Brown, K. (2019). *Power and Influence in Environmental Governance: Understanding Actors, Processes and Outcomes*. *Environmental Science & Policy*. 101, p 103–112.
74. Naiga, R. (2018). Conditions for successful Community-based Water Management: perspectives from Rural Uganda.
75. Navarrete, M., Le Bail, M., & Papy, F. (2009). *The role of participatory approaches in natural resource management: A review of the literature*. *Journal of Environmental Management*, 90(1), p 142–151.
76. Newman, J., Barnes, M., Sullivan, H., & Knops, A. (2004). *Public Participation and Collaborative Governance*. *Journal of Social Policy*, 33(2), p 203–223.
77. O’Laughlin, B. 2000. Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*. 99, p 5–42.
78. Olson, M. (1965). *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
79. Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
80. Ostrom, E. (1994). *Rules, Games, and Common-Pool Resources*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
81. Ostrom, E. (2009). *A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems*. *Science*, 325(5939), p 419–422.
82. Ostrom, E. (2011). *Background on the Institutional Analysis and Development Framework*. *Policy Studies Journal*. 39(1), p 7–27.
83. Ostrom, E. (2011). Background on the institutional analysis and development framework. *Policy Studies Journal*. 39, p 7–27.

84. Pena-López, A., García, R., & Torres, M. (2021). *Social Networks and Power in Community Governance: When Dense Ties Reinforce Elites*. *Journal of Rural Studies*, 82, p 130–142.
85. Putnam, R. D. (1995). *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. *Journal of Democracy*, 6(1), p 65–78.
86. Putnam, R. D. (2001). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster
87. Reason, P., & Bradbury, H. (2008). *The SAGE Handbook of Action Research: Participative Inquiry and Practice*. London: SAGE Publications. 2nd ed.
88. Rei, D. (2000). *Power and Centrality in Organizational Networks*. *Social Networks*, 22(1), p 33–56.
89. Reyers, B., Folke, C., Moore, M.-L., Biggs, R., & Galaz, V. (2018). *Social-Ecological Systems Insights for Navigating the Dynamics of the Anthropocene*. *Annual Review of Environment and Resources*, 43, p 267–289
90. Ribot, Jesse C. & Peluso, Nancy Lee. (2003). *A Theory of Access*. *Rural Sociology*, 68(2), p 153–181.
91. Riomalo, J.; Ann-Kathrin Koessler, A.; Montagut, Y.; Cardenas, J. (2022). Participatory interventions for collective action and sustainable resource management: linking actors, situations and contexts through the IAD, NAS and SES frameworks. *Sustainability Science*. 18, p 79–96.
92. Santander, P., Lorenzini, S., & Martinez-Cruz, A.. (2024). *Bridging dimensions: Participation and natural resource management principles in the tapestry of governance*. Social Science Research Network.
93. Saravanan, V., McDonald, G. T., & Mollinga, P. (2009). Critical review of integrated water resources management: Moving beyond polarised discourse. *Natural Resources Forum*. 33, p 76–86.
94. Schiffer, E. (2008). *Net-Map Toolbox: Influence Mapping of Social Networks*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute (IFPRI).
95. Shunglu, R., Köpke, S., Kanoi, L., Nissanka, T. S., Withanachchi, C. R., Gamage, D. U., Dissanayake, H. R., Kibaroglu, A., Ünver, O., & Withanachchi, S. S. (2022). Barriers in participative water governance: A critical analysis of community development approaches. *Water*. 14, 762.
96. Sikor, T., e Lund, C. (2009). Access and property: A question of power and authority. *Development and Change*, 40(1), p 1–22
97. Srinivas, M. N. (2003). An obituary on caste as a system. *Economic and Political Weekly*. 38, p 455–459.
98. The Nexus of Community Representation and State Assistance”. Uppsala: Nordic Africa Institute. 28
99. Turner J.A.; , Horita A.; Fielke S.; Klerkx L.; Blackett, P. (2020). Revealing power dynamics and staging conflicts in agricultural system transitions: case studies of innovation platforms in New Zealand. *J Rural Stud*. 76, p 152–162.
100. West, H. (1998). “This Neighbour is not my Uncle!”: Changing Relation of Power and Authority on the Mueda Plateau’, *Journal of Southern African Studies*, 24 (1), p 143.

8. ANEXOS

Neste capítulo apresentam-se os registos fotográficos que documentam as diferentes fases de implementação do projecto ProSuLi, assim como as actividades de colecta de dados realizadas no âmbito deste estudo.

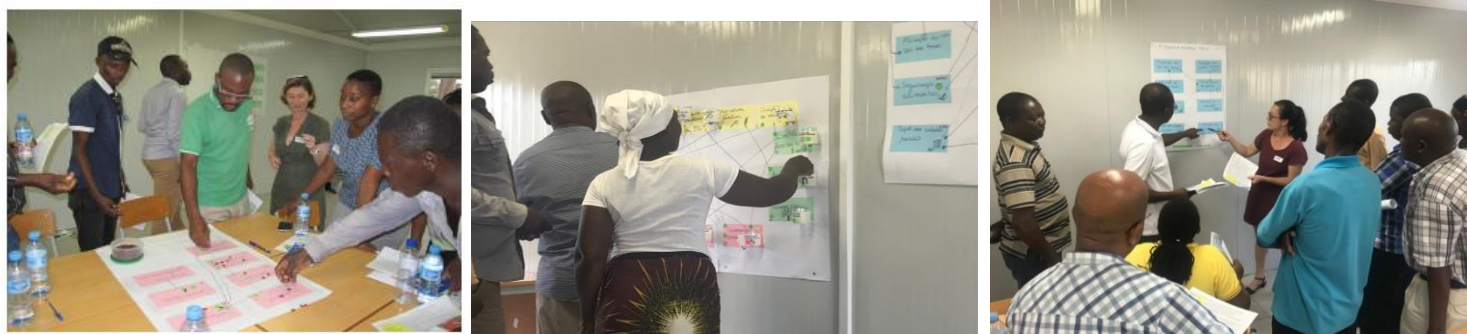
A. Fases do processo de implementação do Projecto

FASE I: Inserção e Negoiação do Projecto



NB: Existência de limitado registo fotográfico nesta fase, uma vez que se tratava dos primeiros contactos com a comunidade

FASE II: Definição Colectiva das Prioridades de Intervenção



FASE III: Desenho, Construção e Monitoria das Infraestruturas de Água e do seu Funcionamento



FASE IV: Constituição do Comité de Gestão de Água



Composição parcial do grupo eleito para a constituição do comité de gestão da água



B. Registo fotográfico do processo de recolha de dados

